UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

AILA MARIA SILVA MAGALHÃES

O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADO NO ESTADO DO CEARÁ:
Avaliar para Avançar

JUIZ DE FORA
2013

AILA MARIA SILVA MAGALHÃES

O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADO NO ESTADO DO CEARÁ:
Avaliar para Avançar

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação - Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim

JUIZ DE FORA
2013

AILA MARIA SILVA MAGALHÃES

O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADO NO ESTADO DO CEARÁ:
Avaliar para Avançar

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FACED/ UFJF, aprovada em 31/10/2013.

_____

Membro da banca – Orientadora
Profª.Dra: Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim

_____

Prof. Dr. Lourival Batista de Oliveira Júnior

_____

Prof. Dr. Roberto Perobelli de Oliveira

Juiz de Fora, 31 de outubro de 2013.

DEDICATÓRIA

À minha família, particularmente aos meus pais, Isaura e Liberato, *in memorian*, por todo o amor, dedicação e abnegação, para que nós, seus filhos, pudéssemos voar...

AGRADECIMENTOS

Aos gestores da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, pela opção política de investimento na formação dos profissionais da educação;

À equipe do CAED, especialmente às orientadoras Sheila e Michele, pelo suporte logístico e acadêmico e por toda a paciência durante as preciosas contribuições a este trabalho;

À equipe de professores e tutores do Mestrado, pela dedicação, qualidade e responsabilidade na condução das atividades docentes, especialmente os professores Marcos Tanure e Marcus Bessa, pela confiança e suporte durante momentos difíceis desse processo e aos tutores Carla Silva e Wallacy Faustino, por toda a atenção e carinho demonstrados;

Aos membros da Banca Examinadora, pelas valiosas observações e questionamentos na fase de qualificação;

Aos colegas da turma de Mestrado, especialmente às amigas Germana e Josélia pela parceria e paciência, aos colegas do Ceará, pela cumplicidade partilhada durante o curso, e aos colegas de outros estados, pelas discussões, aprendizado, sugestões e boas gargalhadas.

Aos gestores, coordenadores de curso, professores e alunos das escolas profissionais pesquisadas, pela valorosa contribuição na construção das ideias presentes neste trabalho.

Aos meus alunos e alunas, que de tanto desafiarem meus limites, ampliaram-nos.

Às minhas irmãs e irmão, companheiro, filhos e filha, pelo suporte, compreensão e apoio às minhas escolhas e ausências durante esse período.

A Deus, por ter tanto a agradecer.

Esta manhã, antes do alvorecer, subi numa colina para admirar o céu povoado, e disse à minha alma: Quando abarcarmos esses mundos e o conhecimento e o prazer que encerram, estaremos finalmente fartos e satisfeitos?
E minha alma disse: Não, uma vez alcançados esses mundos prosseguiremos no caminho.

Walt Whitman

RESUMO

Esta dissertação expõe os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo investigar e analisar o Programa de Educação Profissional Técnica integrado ao Ensino Médio no estado do Ceará, entre os anos de 2008 a 2011 em dez escolas da Rede Estadual de Educação do Estado do Ceará. Trata-se de uma pesquisa de campo, onde se recorre, também, à análise documental e bibliográfica a partir da qual é descrito o panorama da educação profissional de nível médio integrado no referido estado a partir da década de 90 e a rápida expansão da oferta dessa modalidade de ensino no estado a partir do ano de 2008. Também expomos as características gerais das escolas profissionais do estado e seus principais indicadores, os quais são utilizados como base para a análise do desempenho do programa ao final do seu primeiro ciclo. Analisamos, especialmente, aspectos relacionados à organização curricular e suas possibilidades de subsidiar a construção de um projeto educacional comprometido com a formação técnica de nível médio em uma perspectiva cidadã e emancipadora. Por fim, apresentamos um Plano de Ação Educacional (PAE) com ações estratégicas que apontam alternativas aos problemas e dificuldades detectadas durante a realização de pesquisa, para a implementação e desenvolvimento dos procedimentos correspondentes ao programa no âmbito das escolas no sentido de alcançar os objetivos propostos.

Palavras-chave: Educação Profissional Técnica; Ensino Médio; Trabalho; Currículo Integrado.

ABSTRACT

This dissertation presents the results of a research that aims to investigate and analyze the Technical Education Program integrated to the middle school in the state of Ceará, developed in ten schools located in small, medium and big cities of the state of Ceará from the year 2008 to 2011 and intends to investigate the existence of risks for the sustainability of the professional schools resulting the courses offered or of the cities where the schools are localized. The research intends to use the legal literature and documentary analysis from which it is described the evolution of the professional middle level education in that state from the nineties. To answer the main question, it will also observe student performance, integration in the labor market and higher education and the general characteristics of the professional schools related to technical support, professionals contracted and aspects of curriculum organization and its possibilities to subsidize the construction of an effective educational project and committed to middle level technical training in a citizen perspective and emancipator. Finally, it is presented an Educational Action Plan (PAE) with strategic actions that suggest alternatives to the problems and difficulties to develop and implement procedures related to the program within schools in order to achieve the proposed objectives.

Keywords: Technical Education, Secondary Education, Labor, Integrated Curriculum

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB – Câmara da Educação Básica

CEE – Conselho Estadual de Educação

CENTEC – Centro de Tecnologia do Estado do Ceará

CNE – Conselho Nacional de Educação

DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio

EEEP – Escola Estadual de Educação Profissional

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EXAT – Exame do Aluno Técnico

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB – Índice Desenvolvimento da Educação Básica

ICE – Instituto de Corresponsabilidade pela Educação

IDM – Índice de Desenvolvimento Municipal

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OE – Orientador de Estágio

PAE – Plano de Ação Educacional

PAR – Plano de Ações Articuladas

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROEP - Programa de Expansão DA Educação Profissional

SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEDUC – Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará

SICE - Sistema Informatizado De Captação De Estágio – Sice

SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle.

SPAECE – Sistema Permanente de Avaliação do Ceará

TCE – Termo de Compromisso de Estágio

TRE - Termo De Realização Do Estágio

TESE – Tecnologia Empresarial Sócio-Educacional

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 Escolas Profissionais – 2008 – 2012 33
Gráfico 02 Admissões p/ Setores de Atividade Econômica 34
Gráfico 03 Abandono - Turmas de 2008 e 2009 49
Gráfico 04 Abandono por Curso – 2008 a 2011 / Geral 51
Gráfico 05 Motivos de Solicitação de Transferência 52
Gráfico 06 Desempenho Docente – Avaliação dos Alunos 65
Gráfico 07 Práticas Docentes. – Avaliação dos Alunos 67
Gráfico 08 Desempenho EEEP´s no ENEM 2011 71
Gráfico 09 Médias de Desempenho Língua Portuguesa 73
Gráfico 10 Médias de Desempenho – Matemática 74
Gráfico 11 Evolução das Médias Spaece – 2008-2011 75
Gráfico 12 Inserção Total por Localização da Escola 87
Gráfico 13 Situação de Empregabilidade – Egressos 90
Gráfico 13 Interesse na Continuidade De Estudos 91
Gráfico 15 Exame do Aluno Técnico – EXAT 120

LISTA DE QUADROS

QUADRO	1	Distribuição por Município, Escola e Categoria	39
QUADRO	2	Questionários Respondidos por Escola / Categoria	40
QUADRO	3	Perfil de Participantes	46
QUADRO	4	Abandono segundo o ano de início e localização	50
QUADRO	5	Desempenho Professores Técnicos	68
QUADRO	6	Proficiência ao Longo de um Ciclo	77
QUADRO	7	Resultado Avaliação Concedentes Estágio	81
QUADRO	8	Médias de Avaliações Positivas	82
QUADRO	9	Inserção Total por EEEP	85
QUADRO	10	Inserção Universidade / Mercado de Trabalho por Curso em Oferta	88
QUADRO	11	Inserção Universidade / Mercado de Trabalho por curso pesquisado	89
QUADRO	12	Médias Spaece	97
QUADRO	13	Modelo de Matriz Curricular (Curso Informática)	111
QUADRO	14	Distribuição de Carga Horária Professor Base Comum	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Matrículas da Educação Profissional por Dependência Administrativa - 2003 a 2005 – Brasil..... 28

Tabela 2- Número de estabelecimentos por Dependência Administrativa – Brasil..... 29

Tabela 3- Número de estabelecimentos por Dependência Administrativa – Ceará 29

Tabela 4- Índice médio, número de municípios e população, segundo as classes do IDM Estado do Ceará – 2010 43

Tabela 5- Laboratórios Técnicos 58

Tabela 6- Crescimento IDEB Ceará – 2005 a 2013 98

Tabela 7- Empregabilidade por EEEP pesquisada 2011/2012 122

Tabela 8- Inserção Mercado x Inserção Ensino Superior..... 124

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Esquema de Financiamento de Ações da EP.....26
Figura 2 Localização das CREDE´s.....42
Figura 3 Escola Adaptada 169
Figura 4 Escola Padrão Liceu.....169
Figura 5 Escola Padrão MEC.....170

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	**UM BREVE PANORAMA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL E NO ESTADO DO CEARÁ**	21
1.1	**Educação Profissional – O Resgate**	21
1.2	**Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Ceará**	27
1.3	**As Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP**	33
1.4	**Aspectos Metodológicos**	37
1.4.1	Metodologia	37
1.4.2	Instrumentos de Coleta de Dados	38
1.5	**População e Amostra da Pesquisa**	38
1.6	**Caracterização dos Municípios e Escolas**	41
1.7	**Perfil dos Participantes**	46
1.8	**Matrícula Inicial e Final**	48
1.9	**Aspectos Estruturais: Instalações, Materiais, Recursos Humanos**	56
1.10	**Corpo Docente**	63
1.10.1	Desempenho Acadêmico em Avaliações Externas	69
1.10.2	Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM	70
1.11	**Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE**	72
1.12	**Estágio Curricular Obrigatório**	78
1.13	**Inserção no Mercado de Trabalho e Nível Superior**	84
2	**ENTRE OS MUROS DA ESCOLA**	92
2.1	**Percursos Discentes**	94
2.2	**Infraestrutura**	100
2.3	**Processos Pedagógicos**	103
2.4	**Níveis de Resultados**	119

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL 127
3.1 Identificação dos Aspectos Críticos 128
3.2 Detalhamento do PAE 129
3.2.1 Categoria 1 – Percursos Discentes
3.2.2 Categoria 2 – Infraestrutura 131
3.2.3 Categoria 3 – Processos Pedagógicos 132
3.2.4 Categoria 4 – Níveis de Resultados 133
3.2.5 Considerações Finais 134
137
REFERÊNCIAS
144
APÊNDICES
148
ANEXOS
159

INTRODUÇÃO

A primeira condição para modificar a realidade
consiste em conhecê-la.
Galeano

As duas últimas décadas acarretaram significativas mudanças à educação brasileira, notadamente após a promulgação da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e em especial ao que se refere à educação profissional de nível médio.

Para esta modalidade de ensino, o texto aprovado na LDB limita a abordagem do tema a apenas dois artigos, deixando no texto legal lacunas interpretativas, as quais implicaram a necessidade de regulamentação posterior, realizada através do Decreto 2208/97, da Lei 11.741/08 e do Decreto 5154/04, vindo este a se constituir no marco regulatório da educação profissional técnica integrada ao ensino médio, em torno da qual formulamos o objetivo do presente trabalho.·.

O fio condutor das mudanças promovidas pelo Decreto 2208/97 se baseia na separação entre a educação básica e a educação profissional, conforme Artigo 3°:

> Art.3º-A educação profissional compreende os seguintes níveis:
> I - básico: destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
> II - técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;
> III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.
> Art. 4º - A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular. (BRASIL, 2008).

Deste modo, o Decreto 2.208/97 institucionaliza a fragmentação da educação profissional, possibilita a oferta modular com certificações mais curtas e definição de habilidades e competências básicas, por área profissional, o que vem ao encontro da lógica do mercado, reestabelecendo assim, o dualismo historicamente presente entre formação técnica e propedêutica.

A mudança no cenário político do país, com a eleição de um sindicalista à presidência, reestabeleceu o debate acerca do decreto nº 2.208/97 especialmente no que se refere à separação obrigatória entre o ensino médio e a educação profissional, mobilizando diversos setores vinculados ao campo da educação, na expectativa de reverter os efeitos decorrentes da aprovação do referido decreto a partir do estabelecimento de um ensino médio de caráter politécnico, com currículos que integrem a formação científica, tecnológica e cultural, visando à formação de indivíduos capazes de articular as dimensões do fazer, do pensar e do sentir. Segundo Saviani (2003, p.142):

> [...] A ideia de politécnica envolve a articulação entre o trabalho intelectual e manual, implicando uma formação que, a partir do próprio trabalho social, desenvolva a compreensão das bases da organização do trabalho na nossa sociedade e que, portanto, nos permite compreender o seu funcionamento.

A resposta oficial às discussões que mobilizaram profissionais dos mais diversos campos da educação veio através da aprovação do Decreto 5154/04, que apesar de reestabelecer a oferta da educação profissional de nível médio na forma integrada, conforme Art.4, § 1°:

> § 1o A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:
> I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno.

Apesar do restabelecimento acima referido, as mudanças trazidas pelo Decreto 5.154/04 não contemplam a concepção de ensino médio integrado e de educação unitária, politécnica e omnilateral defendidas por professores, estudantes,

sindicalistas e outros profissionais ligados à educação, contudo, como afirmam Frigotto et al. (2005, p.43):

> [...] Entendemos que o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade.
> Sabemos que foi essa travessia que o Decreto n. 2.208/97 interrompeu, ao forçar a adequação da realidade à lei, proibindo que o ensino médio propiciasse também a formação técnica. O restabelecimento dessa garantia por meio do Decreto n. 5.154/2004 pretende reinstaurar um novo ponto de partida para essa travessia, de tal forma que o horizonte do ensino médio seja a consolidação da formação básica unitária e politécnica, centrada no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação mediata com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino.

Apesar de permanecer no meio educacional certa insatisfação com as mudanças provenientes do Decreto 5.154/04, sua aprovação permitiu, em março de 2008, a previsão de oferta dessa modalidade de ensino no, lançado em março de 2008, que estabelece como meta a retomada da oferta de educação profissional no estado do Ceará, conforme estabelecido no Eixo Temático V do Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará: A Relação da EPT com a Educação Básica:

> […] Outro grande desafio a ser enfrentado nesse campo diz respeito à oferta de Ensino Médio integrado a formação profissional de nível técnico, como estratégia de melhoria da qualidade do Ensino Médio com a oferta de profissionalização. (CEARÁ, 2008)

Respaldado nos dispositivos legais acima citados, o governo do estado encaminha e consegue a aprovação da Lei estadual n° 14.273/08, que formaliza a criação das 25 primeiras escolas de educação profissional, conforme estabelece:

> Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar mediante Decreto, na estrutura organizacional na Secretaria da Educação - SEDUC, Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP, sendo-lhes asseguradas as condições pedagógicas, administrativas e financeiras

> para a oferta de ensino médio técnico e outras modalidades de preparação para o trabalho.
> Parágrafo único. Para garantir a necessária articulação entre a escola e o trabalho, o ensino médio integrado à educação profissional a ser oferecido nas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP terá jornada de tempo integral. (CEARÁ, 2008)

Ainda em 2008, ano da promulgação da referida lei, são inauguradas as 25 primeiras escolas estaduais de educação profissional (EEEP´s), sendo seis em Fortaleza, duas em municípios da região metropolitana e as demais no interior do estado do Ceará.

Às 25 escolas iniciais, seguem-se outras 26, inauguradas em 2009, novamente contemplando a capital com seis unidades, a região metropolitana com três e as demais distribuídas em municípios do interior, totalizando nos dois primeiros anos de funcionamento do programa, 51 escolas estaduais, e atingindo em 2012, 92 escolas estaduais de educação profissional distribuídas em todo o estado do Ceará.

A rápida expansão das EEEP´s, instaladas em municípios de variadas características geográficas, socioeconômicas e culturais, se por um lado representa uma oportunidade para os jovens desses municípios obterem uma formação técnica integrada ao ensino médio, por outro gera expectativas quanto à sustentabilidade do projeto ao longo dos anos.

Assim, a vivência por quase quatro anos no ambiente de uma escola profissional localizada na capital do estado, na qualidade de gestora da instituição, e a familiaridade com dificuldades relacionadas ao desenvolvimento das atividades de diversas naturezas, típicas das escolas profissionais, foi fator de motivação para uma investigação mais acurada da realidade de escolas funcionando em contextos diferentes daquele ao qual estava habituada.

Considerando os diferentes contextos regionais nas quais estão instaladas, assim como a necessidade de investimentos significativamente elevados em função de características específicas das escolas, e a consequente expectativa por resultados decorrentes do trabalho desenvolvido, tanto por parte dos jovens e seus familiares quanto da Secretaria de Educação, justifica-se a importância de se pesquisar o assunto.

O tema se reveste ainda de maior de importância na medida em que a oferta do ensino médio constitui-se obrigação do estado constitucionalmente estabelecida, e é missão das escolas profissionais a garantia da oferta dessa modalidade de ensino, conforme previsto no documento base da educação profissional (SEDUC, 2008):

> As Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP tem como missão integrar a formação escolar de nível médio com uma habilitação profissional técnica através de educação acadêmica de excelência, formação para o mundo do trabalho e práticas e vivências em protagonismo juvenil.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo principal, averiguar e identificar a presença de fatores de riscos à sustentabilidade das escolas profissionais relacionados à sua localização e cursos oferecidos, com base na análise de indicadores de atendimento, conclusão, desempenho e inserção no mercado de trabalho e ensino superior.

O trabalho se desenvolve a partir de pesquisa de campo em dez escolas de educação profissional, localizadas em sete municípios do estado do Ceará, distribuídos entre as categorias grande, médio e pequeno porte, mediante classificação estabelecida pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Será também considerado o levantamento bibliográfico e documental acerca do assunto, incluindo legislação pertinente, e análise de documentação institucional presente nas instituições pesquisadas.

Em cada escola pesquisada será dada ênfase a um dos cursos técnicos ofertados. Tendo em vista o grande número de escolas com oferta dos cursos de enfermagem e informática, decidimos analisar os dois cursos em ambientes distintos, ou seja, em uma das escolas da capital e outra do interior. Procedimento semelhante foi feito com o curso de edificações, pertencente a um dos setores produtivos mais representativos para o estado: a construção civil.

O trabalho está estruturado em três capítulos: No primeiro capítulo faz-se um breve histórico da educação profissional de nível médio no Brasil e no estado do Ceará, buscando conhecer o contexto da oferta dessa modalidade de ensino nas duas últimas décadas.

A fim de contextualizar as instituições pesquisadas, são apresentados os dados da pesquisa de campo, incluindo a metodologia e instrumentos utilizados, o perfil dos sujeitos da pesquisa e a caracterização das escolas envolvidas.·.

No segundo capítulo analisamos os dados relativos à pesquisa à luz do arcabouço teórico que fundamenta a oferta da educação profissional técnica de nível médio no Ceará e da documentação institucional das escolas pesquisadas, buscando identificar lacunas, fragilidades ou inadequações relativas à implementação e desenvolvimento do referido programa que possam vir a comprometer a sustentabilidade das EEEP´s.

O terceiro e último capítulo é destinado à elaboração de um Plano de Ação Educacional, que tem como objetivo apresentar sugestões que apontem soluções ou melhorias capazes de contribuir para a redução de problemas porventura identificados no sentido de assegurar o funcionamento do programa de modo sustentável.

1. UM BREVE PANORAMA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL E NO ESTADO DO CEARÁ

> "A teoria sem a prática é puro verbalismo inoperante, a prática sem a teoria é um atavismo cego". (Paulo Freire)

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um breve histórico da educação profissional de nível médio no Brasil e no Ceará a partir da promulgação da Constituição de 1988 e legislação subsequente, e, ainda, descrever o cenário em que se dá a criação das escolas estaduais de educação profissional no estado do Ceará. Para tanto, lançamos um olhar sobre a legislação específica à educação profissional de nível técnico posterior à Constituição Federal de 88, buscando identificar avanços ou retrocessos verificados neste período e as implicações resultantes dos mesmos para a educação profissional.

Discorre-se também acerca da configuração dessa modalidade de ensino no estado do Ceará a partir da implantação das escolas estaduais de educação profissional no ano de 2008 e sua rápida expansão em todo o estado do Ceará.

Tendo em vista as enormes desigualdades sociais, econômicas, estruturais e ambientais presentes no estado, procuramos averiguar se essa oferta é capaz de atender aos objetivos previstos no documento base da educação profissional, assegurando as condições necessárias de modo a evitar que condições adversas relacionadas à localização das mesmas ou aos cursos ofertados possam comprometer a qualidade do ensino ou os resultados esperados.

É nosso objetivo, portanto, investigar, a partir de pesquisa de campo realizada em dez escolas estaduais de educação profissional localizadas em sete municípios classificados como de grande, médio e pequeno, a presença de fatores de risco à sustentabilidade das escolas profissionais relacionadas à sua localização ou oferta dos cursos.

1.1- Educação Profissional – O resgate

A Constituição Federal de 1988, a Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação e posteriores alterações acrescentaram um conjunto significativo de mudanças ao sistema educacional brasileiro, com efeitos sobre todos os níveis de educação.

A educação profissional de nível técnico, historicamente desprestigiada no cenário educacional do país, recebe na LDB uma abordagem apenas tangencial, mediante referências à preparação para o trabalho no Art. 39 e 40 do Capítulo III:

> Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.
> Parágrafo Único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.
> Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.(BRASIL. 2006)

O texto, longe de definir a quais possibilidades se refere, apresenta lacunas que abrem espaço para interpretações. A flexibilidade interpretativa presente na LDB termina por limitar a educação profissional quanto às possibilidades de organização, aspecto que será revisto a partir de sua regulamentação. A respeito da flexibilização encontrada no texto legal, afirma Frigotto (2001):

> Na verdade, a mudança mais ampla e que incorporaria todas as ações parciais na perspectiva de uma política de estado para a educação nacional seria a revisão da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, cujo caráter minimalista está viabilizando o aprofundamento do processo de mercantilização da educação.

O Decreto 2.208/97 vem regulamentar a LDB no que concerne à Educação Profissional, definindo seus níveis e modo de articulação, conforme Arts. 3° e 5°:

> Art. 3º - A educação profissional compreende os seguintes níveis:
> I - Básico: destinado à qualificação, requalificação e

> reprofissionalização de trabalhos, independentes de escolaridade prévia;
> II - Técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egresso de ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;
> III - Tecnológico: corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.
> Art. 5º - A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este. (BRASIL, 1997)

Ao definir a habilitação profissional como finalidade da educação profissional de nível técnico e estabelecer que sua oferta se dará apenas nas formas concomitante e sequencial, o Decreto 2.208/97 termina por impossibilitar a construção de um projeto integrador envolvendo as dimensões da formação geral e profissional em um único currículo.

Sete anos depois, o Decreto 5.154/2004 vem restabelecer a oferta de educação profissional técnica de nível médio na forma integrada. Essa mudança vem ao encontro de parcela das propostas formuladas a partir das discussões travadas pela comunidade educacional brasileira e representantes de diversas entidades ligadas à educação e outros segmentos da sociedade. A esse respeito, afirma Ramos, 2008:

> A partir do Decreto n. 5.154/2004, dispositivo legal cuja formulação se baseou no reconhecimento das necessidades dos trabalhadores, tivemos formas possíveis de se tentar desenvolver a educação integrada, com o objetivo de possibilitar que os sujeitos tenham uma formação que, conquanto garanta o direito à educação básica também possibilite a formação para o exercício profissional.

As necessidades mencionadas no excerto acima, são referentes à inversão da lógica prevista no Decreto 2.208/97, que limitou a educação profissional ao campo da formação profissional voltada ao exercício de atividades específicas no mundo do trabalho, nas modalidades concomitante e subsequente e organização curricular independente do ensino médio, vindo posteriormente o Decreto 5154/04 reformular a regulamentação através da inclusão do ensino profissionalizante integrado ao ensino médio.

O período de 2003 a 2007 coincide com uma mudança no cenário político nacional, com a ascensão de uma nova força política ao poder. É nesse contexto que em abril de 2007, através do Decreto 6094/97, é implementado o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal.

> Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.(BRASIL, 1997)

O programa, executado em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, é desenvolvido mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, constitui-se de um conjunto de 28 diretrizes visando à melhoria da qualidade da educação brasileira em todos os seus níveis, que buscava regulamentar o regime de colaboração com os entes federados a partir da assinatura de Termo de Adesão, com justificativa legal prevista na LDB:

> Art. 8°: A União, os Estados, o DF e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.
> Parágrafo 1°: Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo a função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais. (BRASIL,1996)

As ações são financiadas pelo Governo Federal, mediante a adesão ao Programa Compromisso Todos pela Educação e da elaboração de um Planejamento de Ações Articuladas (PAR) pelos entes (estados, municípios, DF), as quais são vinculadas a um índice que será tomado como medida de avaliação das ações empreendidas.

O índice acima referido é estabelecido pelo ente proponente, baseado nos objetivos previstos em determinada ação, os quais são definidos em função da situação a ser alcançada pela ação prevista.

Também é de 2007 a Lei 11.494, que regulamenta a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado através do Decreto n° 6.253/2007.

O Fundeb foi criado em substituição ao antigo Fundef, o qual garantia apenas o financiamento de ações relativas ao ensino fundamental. Com a ampliação do fundo que passou a abranger também o ensino médio, os recursos oriundos do mesmo passaram a poder ser utilizados também em ações relativas ao ensino médio, inclusive na forma integrada à educação profissional.

Também remonta o ano de 2007, o Decreto 6302/97, que institui o Programa Brasil Profissionalizado, com vistas a estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais.

O Programa lista oito objetivos, entre os quais se destacam: desenvolvimento e reestruturação do ensino médio visando à combinação de formação geral, científica e cultural com a profissional; construção de um novo modelo de ensino médio baseado na articulação geral e profissional; e, fomentar a oferta ordenada de cursos técnicos de nível médio.

Todos esses mecanismos são na verdade, parte de um todo maior, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e com ele se articulam através de fundos como o FUNDEB, FNDE, etc., que financiam ações relativas a programas como o PNAE, PNLD, Brasil Profissionalizado e outros, objetivando assegurar recursos aos estados, municípios e Distrito Federal, visando o desenvolvimento de ações voltadas ao desenvolvimento da educação.

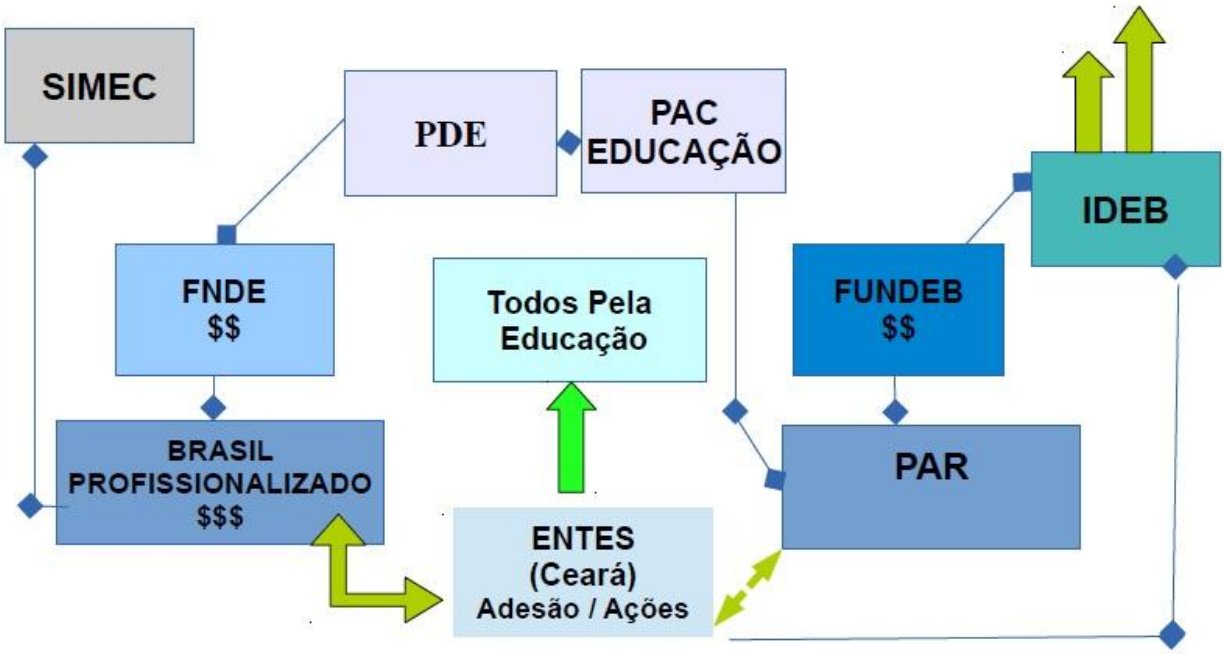
Vale destacar que a realização das ações são acompanhadas através do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC), por meio de diversos módulos específicos a cada programa, além de outros sistemas como o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS).

Na figura a seguir, buscamos mostrar de que maneira os programas criados a partir da legislação aqui detalhada se inter-relacionam visando assegurar que as ações prioritárias, indicadas pelos entes (estados, municípios e Distrito Federal) e

financiadas pelo governo federal, possam ser realizadas no sentido de melhorar a eficácia das escolas e consequentemente a qualidade da educação brasileira.

A inclusão do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no esquema, tem o objetivo apenas de representar que as políticas de financiamento das ações referidas visam à melhoria da educação, sendo o IDEB um de seus indicadores.

Figura 1 – Esquema de Financiamento de Ações da Educação Profissional



Fonte: Elaboração da Autora

Complementando o rol de dispositivos legais criados, regulamentados e revogados neste período, em 2008, por meio da Resolução CNE/CEB n° 3/2008 , é instituído o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, que vem uniformizar aspectos como nomenclatura, recursos humanos, materiais e carga horária mínima dos componentes teóricos e práticos dos cursos técnicos de nível médio a serem ofertados no país.

Finalizando o período contemplado nesse estudo, em setembro de 2012, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível

Médio. De um modo geral, não há mudanças significativas no texto legal em relação ao já anteriormente proposto pela Lei ,11741/08.

De igual modo, as Diretrizes reafirmam a educação profissional técnica de nível médio como parte integrante da educação básica, fundamentado pela Emenda Constitucional 59/2009, que veio assegurar a obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos, constituindo-se portanto como parte da educação básica e como tal, com possibilidade de acesso aos recursos do Fundeb, conforme já estabelecia a Lei 11.494/07.

Não nos aprofundaremos neste momento nas discussões relativas às mudanças conceituais trazidas pelas novas Diretrizes Curriculares do Ensino Profissional Técnico de nível médio, haja vista os seus efeitos ainda não estarem inseridos na análise das práticas pedagógicas das escolas profissionais do Ceará, detalhadas no próximo capítulo.

1.2– Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Ceará

Desde 1799, quando se tornou independente de Pernambuco, o estado do Ceará surge no contexto nacional associado principalmente à seca, à miséria, às lutas associadas à liberdade política e à religiosidade da população. Mais recentemente, referências mais positivas fazem menções às belezas naturais e à cultura popular.

No campo da educação, o estado apresenta um histórico de indicadores críticos relacionados, entre outros, aos índices de analfabetismo, evasão e reprovação escolar, entre outros.

Esse tempo passou, mas não passou de todo. A primeira década do Século XXI ainda mostra um estado carente de água e educação. Já atendemos a 76% dos jovens de 15 a 17 anos, mas apenas 35% concluem o ensino médio, e dos que o fazem, apenas 20,4% atingem o nível de desempenho satisfatório em português e 6,5% em matemática. Esses são número oficiais do INEP/SAEB relativos ao ano de 2007.

É a partir deste cenário de baixos indicadores de eficácia – número de concludentes abaixo de 50% e média de desempenho abaixo do nível adequado -

que ocorrem as primeiras iniciativas no estado do Ceará na perspectiva de adoção do ensino profissionalizante integrado ao ensino médio.

No final da década de 1990 encontramos o ensino técnico ofertado no estado do Ceará ainda organizado com base nas diretrizes estabelecidas no Decreto Federal n° 2.208/97, o qual ao extinguir o ensino técnico integrado à educação geral, levou a Secretaria de Educação do estado do Ceará a transformar as escolas profissionalizantes e técnicas estaduais em escolas de ensino médio regular, abrindo, assim, um vigoroso espaço à iniciativa privada no campo do ensino profissionalizante.

Ilustrando o alcance da situação acima mencionada, dados do Censo Escolar do ano de 2003 indicam a existência de 2.789 escolas com oferta de educação profissional de nível médio no Brasil, abrigando cerca de 589 mil alunos.

A partir de 2005, o número de escolas dessa modalidade de ensino é ampliado para 3.294, nas quais estavam matriculados aproximadamente 747 mil alunos, representando um aumento de 18% no número de escolas e 27% no número de matrículas em relação ao ano de 2003, conforme ilustra a Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Matrículas da Educação Profissional por Dependência Administrativa - 2003 a 2005 – Brasil

Ano	Total	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Privada	%
2003	589383	79484	13,5	165266	28	19648	3,3	324985	55,1
2004	676093	82293	12,2	179456	26,5	21642	3,2	392702	58,1
2005[1]	747892	89114	11,9	206317	27,6	25028	3,3	427433	57,2

Fonte: MEC/Inep/Deeb - Censo Escolar 2003 a 2005.

Em 2004, o governo do estado volta a ofertar o ensino técnico de nível médio através da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECITECE), cujo projeto previa a criação do Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC[2]), sociedade civil de direito

[1] Inclui as três formas de articulação com o ensino médio.

[2] Segundo a Lei 9790/90, em seu Art. 1º, podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos na referida Lei

privado sem fins lucrativos, qualificada posteriormente como OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Neste período, um dado que chama a atenção é a participação do setor privado na oferta do ensino técnico. Do total de estabelecimentos existentes em 2005, mais de 70%, ou 2.350 escolas, pertenciam à rede privada, e apenas 20%, ou 659 estabelecimentos, às redes estaduais, abrigando cerca de 28% do total de alunos, conforme Tabela 2:

Tabela 2 - Número de Estabelecimentos de Ensino Profissionalizante por Dependência Administrativa - Brasil - 2003 a 2005

Ano	Total	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Privada	%
2003	2.789	138	4,9	553	19,8	115	4,1	1.983	71,1
2004	3.047	143	4,7	602	19,8	130	4,3	2.172	71,3
2005	3.294	147	4,5	659	20	138	4,2	2.350	71,3

Fonte: MEC/Inep/DEE - Censo Escolar 2003 a 2005.

No estado do Ceará, no mesmo período, dados do Censo registram a existência de apenas 28 estabelecimentos de educação profissional, dos quais 22 pertencentes à rede privada, 4 do âmbito federal e apenas 2 da rede estadual:

Tabela 3 – Número de Estabelecimentos de Ensino Profissionalizante por Dependência Administrativa - Ceará 2005

	Total	**Federal**	**Estadual**	**Municipal**	**Privada**
Brasil	3.294	147	659	138	2.350
Ceará	28	4	2	-	22

Fonte: MEC/Inep/Deeb - Censo Escolar 2005

As matrículas na educação profissional no estado do Ceará, no ano de 2005, totalizavam 8.855 alunos, sendo 2.806 em estabelecimentos federais, 5.810 na rede privada e apenas 239 na rede estadual. Vale ressaltar que do total de alunos

matriculados, aproximadamente 55% frequentavam cursos técnicos subsequentes, em uma indicação de já haverem concluído o ensino médio.

Como detalhado anteriormente, dois importantes elementos no campo da educação profissional têm lugar neste mesmo período: a publicação do Decreto 5.154/2004, que ao regulamentar o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96, restabelece a educação profissional de nível médio na modalidade integrada e a consequente revogação do Decreto 2.208/97.

O cenário de quase ausência do setor público estadual na oferta de ensino técnico de nível médio coincide com uma mudança no cenário político local, que passa a adotar uma postura de alinhamento às políticas públicas educacionais implementadas pelo Governo Federal, que viria a transformar o ensino técnico de nível médio, no carro-chefe da política educacional do estado do Ceará.

Não menos significativa para a educação profissional de nível médio no Ceará, foi a implementação, através do Decreto n° 6.302/07, do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que tem entre suas metas o Programa Brasil Profissionalizado, com dotação orçamentária de R$ 900 milhões para o período de 2008 a 2011.

O programa apresenta como principal objetivo o estímulo e fortalecimento do ensino médio integrado à educação profissional via assistência financeira aos estados e municípios mediante adesão ao Compromisso Todos pela Educação e aprovação dos projetos apresentados por estados, municípios e Distrito Federal.

A adesão do estado do Ceará ao Programa Compromisso Todos pela Educação, do governo federal e a aprovação do seu Plano de Ações Articuladas, credencia o estado a uma importante fonte de financiamento do ensino profissional de nível médio.

No âmbito estadual, o lançamento do Plano Integrado De Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará, em março de 2008, representa uma perspectiva de retomada da oferta de educação profissional no estado, conforme estabelecido no Eixo temático III (Organização Institucional e o papel do Governo Estadual e da Sociedade Civil), e em seu Eixo temático V (A Relação da EPT com a Educação Básica):

> A expansão da oferta de ensino técnico de nível médio, no Ceará, representa uma importante contribuição para a

> consolidação e sustentação das políticas de desenvolvimento, em especial para a interiorização dessas ações nas regiões que apresentam potencial para desenvolvimento de atividades econômicas estratégicas para o Estado. (Eixo III)
>
> Outro grande desafio a ser enfrentado nesse campo diz respeito à oferta de Ensino Médio integrado a formação profissional de nível técnico, como estratégia de melhoria da qualidade do Ensino Médio com a oferta de profissionalização (Eixo V). (CEARÁ, 2008)

Em dezembro do mesmo ano é promulgada a Lei estadual n° 14.273 formalizando a oferta de educação de ensino profissionalizante técnico integrado ao ensino médio no estado do Ceará, e autorizando a criação das escolas de educação profissional, além de estabelecer características e definir a estrutura organizacional das referidas escolas:

> Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar mediante Decreto, na estrutura organizacional na Secretaria da Educação - SEDUC, Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP, sendo-lhes asseguradas as condições pedagógicas, administrativas e financeiras para a oferta de ensino médio técnico e outras modalidades de preparação para o trabalho.
> Parágrafo único. Para garantir a necessária articulação entre a escola e o trabalho, o ensino médio integrado à educação profissional a ser oferecido nas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, terá jornada de tempo integral.
> Art. 2º As Escolas Estaduais de Educação Profissional terão estrutura organizacional definida em Decreto, fundamentada em parâmetros educacionais que venham a atender os desafios de uma oferta de ensino médio integrado à educação profissional com corpo docente especializado e jornada de trabalho integral.

De acordo com a referida Lei, as equipes gestoras das escolas de educação profissional serão sejam escolhidas através de processo seletivo diverso do até então vigente para as escolas pertencentes à rede pública do estado do Ceará, que até então regido pela Lei nº 13.513, de 19 de julho de 2004, e o Decreto nº 29.451, de 24 de setembro de 2008, previam a escolha dos gestores das escolas estaduais por meio de eleição pela comunidade escolar:

> **Art. 3º** A constituição das equipes docentes e o provimento dos cargos em comissão das Escolas Estaduais de Educação Profissional serão feitos mediante seleção pública, que, além de exames de conhecimentos e comprovação de experiência, constará de avaliações situacionais de competências específicas, sendo sua regulamentação estabelecida por Decreto, não estando sujeitas ao que estabelece a Lei nº 13.513, de 19 de julho de 2004, e o Decreto nº 29.451, de 24 de setembro de 2008.

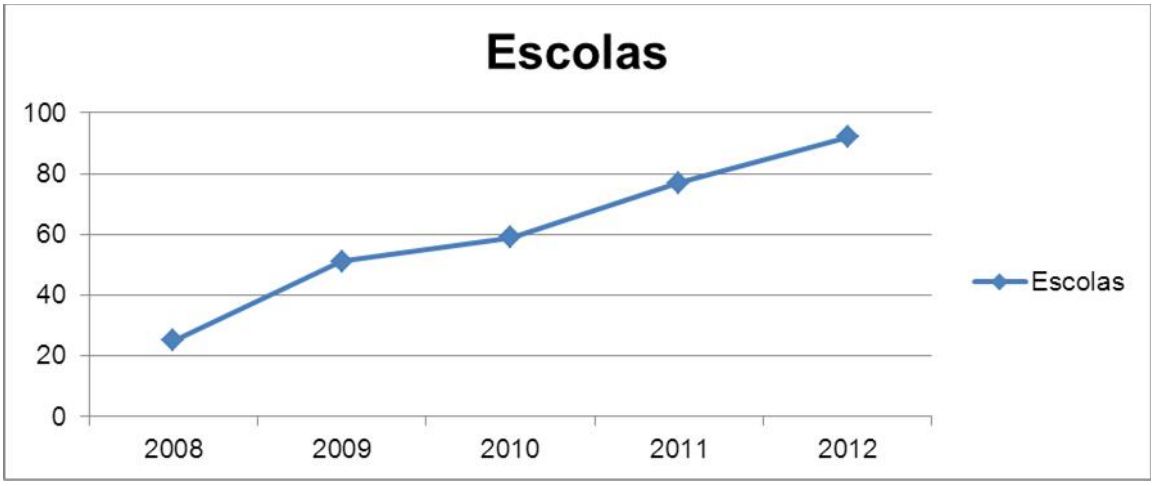
A seleção pública, à qual se refere o Art. 3° acima transcrito, possibilitou aos candidatos aprovados, a participação em curso de especialização na área de gestão e avaliação da educação pública, promovido mediante convênio estabelecido entre a Secretaria de Educação do Estado do Ceará e a Universidade Federal de Juiz de Fora, por meio do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd).

A participação no curso, que abordava temáticas voltadas aos processos presentes à gestão escolar, constituiu-se critério obrigatório à nomeação em um dos cargos constituintes do Núcleo Gestor das escolas profissionais (Diretor ou Coordenador Escolar), assim como uma importante fonte de formação àqueles profissionais sem experiência anterior em gestão escolar.

Em 2009, às 25 primeiras escolas inauguradas no ano de 2008, somaram-se 26 novas escolas de educação profissional, totalizando 51 unidades, das quais 12 localizadas em Fortaleza.

Nos anos seguintes, verifica-se a continuidade da política de ampliação da oferta de educação profissional no estado, atingindo em 2013 o total de 97 escolas em funcionamento, conforme demonstrado no gráfico 1:

Gráfico 1 – Evolução do Número de Escolas Profissionais
Ceará – 2008 – 2012



Fonte: Seduc/Coedp / Elaboração do Autor

A rápida expansão das escolas profissionais, atualmente instaladas em 75 municípios localizados em todas as macrorregiões administrativas do estado do Ceará, representa um esforço gigantesco do governo do estado e da Secretaria de Educação para diversificar a oferta do ensino profissional técnico de nível médio no estado.

Nos itens a seguir apresentamos o quadro geral de cursos e escolas de educação profissional no estado do Ceará, para em seguida detalhar aspectos relacionados à pesquisa de campo realizada em dez escolas de educação profissional da rede pública estadual, inauguradas nos anos de 2008 e 2009 e localizadas em sete municípios do estado do Ceará.

1.3. As Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP´s

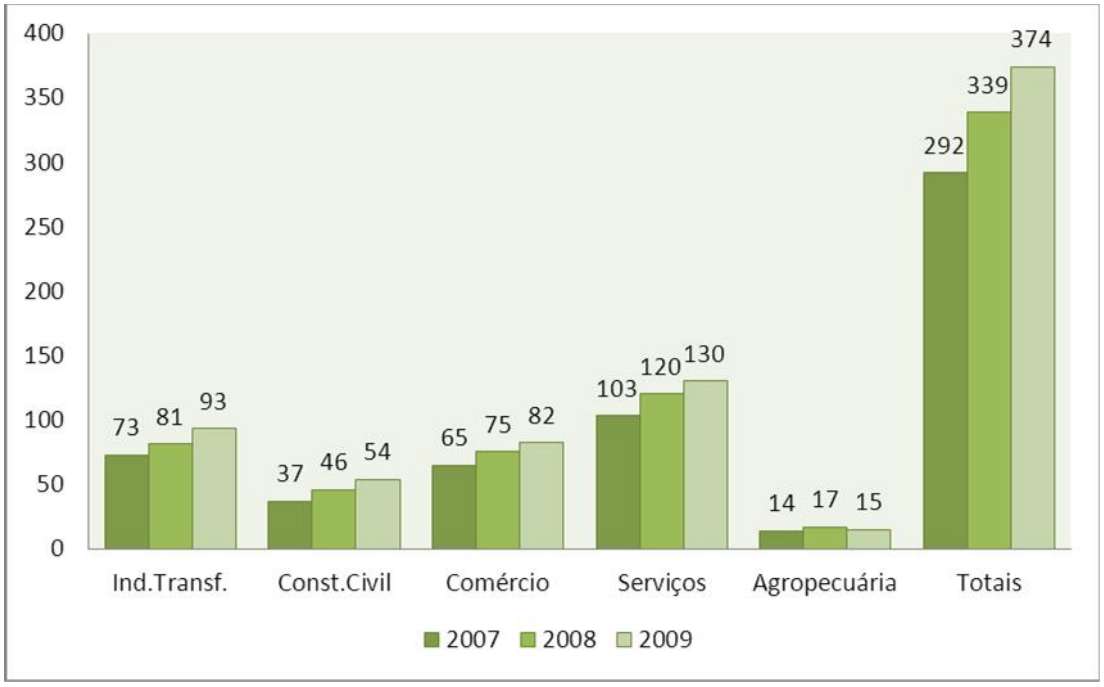
O estado do Ceará possui atualmente uma rede composta por 97 escolas de educação profissional, com oferta de ensino médio integrado ao ensino técnico, contemplando 53 cursos técnicos dos diferentes eixos previstos no Catálogo de Cursos Técnicos do MEC, dentre os quais destacamos: Contabilidade, Comércio,

Edificações, Automação Industrial, Eletrotécnica, Eletromecânica, Mecânica, Mecânica Automotiva, Petróleo e Gás; Informática, Rede de Computadores, Eventos, Guia de Turismo, Hospedagem; Enfermagem, Massoterapia, Segurança do Trabalho, Meio Ambiente; Agroindústria, Floricultura, Produção de Moda, Tecelagem e outros.

Todas as escolas da rede estadual de educação profissional do estado do Ceará funcionam em horário integral, das 7 às 17 horas. Durante o período letivo, são fornecidas três refeições diárias, compostas por dois lanches e almoço e os alunos recebem ainda uniformes escolares para uso diário e prática de educação física assim como o material didático das disciplinas da base comum e da base técnica.

As 25 escolas de educação profissional inauguradas no Estado do Ceará no ano de 2008 ofereceram como opção de matrícula os cursos de Informática, Enfermagem, Turismo e Segurança do Trabalho. A escolha dos cursos se deu inicialmente em função, principalmente, do crescimento da demanda existente no estado do Ceará por técnicos dos referidos setores de atividades:

Gráfico 2 – Admissões por Setores de Atividade Econômica
Ceará - 2007 a 2009



Fonte: Ministério do Trabalho, 2010

Na área de Enfermagem, as atividades relacionadas ao Programa Saúde da Família demandam técnicos de nível médio em todo o estado, especialmente em municípios do interior. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece a relação de 1 profissional de enfermagem para cada1000 habitantes. O Estado do Ceará possui uma relação de 1,73 técnicos de enfermagem para cada 1.000 habitantes[3], entretanto a distribuição desses profissionais, a exemplo do que ocorre com médicos e outros profissionais da área da saúde, não é uniforme.

No Campo do Turismo, além da vocação turística natural do estado do Ceará, com seus diversos ecossistemas – praia, serra e sertão - e a crescente procura do estado por turistas de todo o país, a realização de grandes eventos como a Copa das Confederações, em 2013 e Copa do Mundo em 2014, além do investimento em equipamentos como o Centro de Eventos[4] e o Aquário, em Fortaleza, e o fortalecimento do turismo religioso em municípios como Canindé, no Sertão Central e Crato, Juazeiro e Barbalha, no Cariri, justificam a oferta do curso.

No campo da Segurança do Trabalho, o setor empregador mais representativo da atividade, a construção civil, vem apresentando uma crescente e consistente demanda por profissionais da área. Segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), entre dezembro de 2008 e dezembro de 2011, ocorreu uma oscilação de 0,8 pontos percentuais no número de pessoas empregadas no setor da construção civil, o que denota uma estabilidade na oferta de empregos na área.[5], e por fim, o curso de Informática, com demanda crescente no mercado de trabalho não apenas na capital mas também em municípios do interior do estado.

A partir dos anos seguintes, a implantação dos cursos técnicos passa a ser precedida de pesquisa de mercado e estudo de viabilidade, ocasião em que a Secretaria de Educação conta com apoio de outros órgãos estaduais como o Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará (IPECE) e a Agência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE), através da utilização de estudos disponibilizados pelas câmaras setoriais vinculadas à mesma.

---

[3] Análise de dados das inscrições dos profissionais de Enfermagem existentes nos Conselhos Regionais no ano de 2011. Dados do Censo 2010, disponível em http://www.portalcofen.gov.br/atlas/

[4] Centro de Eventos do Ceará, inaugurado em 2012, com capacidade para 30.000 pessoas

[5] Boletim Estatístico do CBIC, Janeiro/2012, disponível em: http://www.cbicdados.com.br/media/anexos/boletim_ano8n01.pdf

Além do apoio institucional de órgãos governamentais, foram contratados consultores para o desenvolvimento de atividades como o desenho do curso e definição da matriz curricular, ementário das disciplinas, elaboração do plano de curso e material didático de apoio (apostilas), indicação bibliográfica destinada a alunos e professores, discriminação de laboratórios técnicos e equipamentos.

A contratação desse profissional, especialista na área de atuação do curso ao qual vai prestar consultoria, ocorre por tempo determinado, girando entre quatro a seis meses, sendo realizada pelo Instituto de Tecnologia do Ceará (CENTEC), através de seleção pública composta por prova de títulos e entrevista, conduzidas pela Secretaria de Educação.[6]

Passados mais de quatro anos da implantação do programa de educação profissional de nível médio e o total de 97 escolas em funcionamento, o desafio que se apresenta ao estado do Ceará, contudo, vai muito além da implantação de novas unidades.

Além da garantia dos recursos necessários à manutenção dessa rede, que deve atingir o número de 140 escolas em todo o estado até o ano de 2014, é fundamental investir na construção de uma proposta curricular capaz de superar a simples sobreposição de disciplinas gerais e específicas, conforme afirmado no projeto Ensino Médio e Educação Profissional.

O documento base do projeto preceitua que: Os cursos serão ofertados na forma integrada, o que implica aglutinar – e não somente reunir – o ensino médio e a educação profissional em um só curso.

> Reunidas em uma só formação, as EEEP's constituem proposta educacional diferenciada, mediante entrelaçamento de ciência, cultura e profissionalização. É um programa de educação integral, destinado a jovens que concluíram o ensino fundamental, visando à elevação da escolaridade, à formação para a cidadania, à preparação para o trabalho e ao prosseguimento dos estudos.
> A elevação da escolaridade será obtida com a conclusão do ensino médio, sendo oferecidas condições para o alcance do nível superior, pois a escola pública não pode mais perpetuar a sonegação da perspectiva de ingresso dos jovens nos cursos superiores, sejam tecnológicos ou não. (SEDUC, 2008)

[6] Editais disponíveis em drh.centec.org.br

A seguir, apresentamos os dados obtidos a partir de pesquisa realizada em dez escolas de educação profissional da rede pública estadual, localizadas em sete municípios do estado do Ceará, distribuídos entre as categorias grande, médio e pequeno porte, no período de 2011 a 2013, da qual participaram gestores, coordenadores de cursos, professores diretores de turma e alunos.

1.4 Aspectos Metodológicos

Descrevemos inicialmente a metodologia, procedimentos e instrumentos utilizados durante a pesquisa para em seguida descrever o ambiente no qual a pesquisa foi desenvolvida, destacando as características da população e amostra, os resultados encontrados a partir da análise dos instrumentos coletados e as percepções obtidas a partir da fala e da interação com gestores, coordenadores, professores e alunos das escolas, durante as visitas realizadas.

1.4.1. Metodologia

A primeira fase do trabalho se consistiu da realização de levantamento de informações relativas à legislação federal e estadual posteriores à promulgação da Constituição Federal de 88, pertinentes ao objeto de estudo, assim como instrumentos institucionais definidores do programa e sua execução.

O método escolhido para nortear o desenvolvimento desta pesquisa, fundamenta-se em abordagens qualitativas e quantitativas na modalidade pesquisa de campo.

Conforme explicam Bodgan e Biklen (1994, p.70), na pesquisa qualitativa o pesquisador tem como objetivo “compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrever em que consistem estes mesmos significados.” Assim, assumimos a abordagem qualitativa a partir da compreensão de que a avaliação de um programa dessa amplitude envolve uma complexidade que não pode limitar-se apenas a levantamentos estatísticos, e que nesse sentido, a interpretação da realidade a partir do ponto de vista das pessoas que nela convivem e atuam, qualifica a análise e amplia as possibilidades de propor intervenções.

Por outro lado, compreendemos não haver contradição ao também lançarmos mão da abordagem quantitativa, posto serem complementares, à medida que uma aponta o que a outra explica, conforme afirma Minayo (1999,p.13) “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.”

1.4.2 – Os instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de dados referentes a esta pesquisa de campo tem como base entrevistas realizadas com os gestores das escolas pesquisadas e questionários semiestruturados aplicados junto a coordenadores de curso, professores diretores de turma e alunos.

No que se refere à entrevista, afirma Moreira (2002, p.54), que esta se apresenta como “uma conversa entre duas ou mais pessoas com um propósito específico em mente”, podendo se apresentar de forma estruturada, ou seja, baseada em um padrão rígido em relação a elementos como tempo, questões abordadas, etc.; abertas, que não se atêm a roteiros ou tempo pré-estabelecidos ou semiestruturadas, modelo adotado neste trabalho, quando, apesar de um roteiro-base, as abordagens são mais flexíveis quanto à sua duração e ao surgimento de assuntos derivados durante a realização.

Durante as visitas às escolas, analisamos documentos relativos à rotina escolar, tais como calendário escolar, regimento interno, relatórios de atividades e documentos institucionais como Projeto Político-Pedagógico - PPP, Plano de Ação da escola, Programas de Ação individuais, formulários de matrícula e transferência, relatórios de encontros de planejamento e outros.

Tivemos também acesso a documentos de dois diretores de turma, quando foi possível observar o modo pelo qual ocorre a formação do portfólio dos alunos, atividade inerente à função.

1.5- População e Amostra da Pesquisa

A população do estudo constitui-se dos sujeitos das categorias gestores, professores diretores de turma, professores coordenadores e alunos. de 51 escolas profissionais da rede pública do estado do Ceará inauguradas nos anos de 2008 e 2009.

O quadro a seguir indica a distribuição dos instrumentos de coleta de dados por município, escola e categorias. Os municípios estão identificados pelas siglas GP, correspondente a município de grande porte, MP para médio porte, PP para pequeno porte e RMF para Região Metropolitana de Fortaleza, enquanto as escolas estão identificadas por letras de A a J seguidas de numerais de 1 a 4, numeração também relacionada ao porte dos municípios nos quais estão inseridas as escolas.

O número 1 equivale a escola localizada na capital, 2 a escolas da região metropolitana de Fortaleza, 3 a escolas do interior em municípios de médio porte e 4 a escolas localizadas no interior, em municípios de pequeno porte.

A não identificação nominal dos municípios decorre do fato de, com exceção de Fortaleza, os demais possuírem apenas uma escola profissional, fato que possibilitaria a identificação das escolas e respectivos gestores.

Quadro 1 - Questionários Distribuídos por Município, Escola e Categoria[7]

Município/ Escola	Gestores	Professores BT (2) / BC (1)	Alunos
GP / A1	01	03	10
GP / B1	01	03	10
GP / C1	01	03	10
GP / D1	01	03	10
RMF / E2	01	03	10
RMF / F2	01	03	10
MP / G3	01	03	10
MP/ H3	01	03	10
PP / I4	01	03	10
PP / J4	01	03	10
TOTAIS	**10**	**30**	**100**

Fonte: Elaboração da Autora

[7] GP – Grande Porte / MP – Médio Porte / PP – Pequeno Porte / RMF – Região Metrop.Fortaleza
BT – Professores da Base Técnica / BC – Professores da Base Comum

Foram distribuídos, por escola, 1 questionário para a categoria gestores, 3 questionários entre as categoria professores técnicos e professores da base comum e 10 questionários entre alunos, totalizando 140 questionários.

A amostra da pesquisa é composta por sujeitos das categorias Gestores, Professores Técnicos com função de coordenadores de curso, Professores da base comum com função de diretores de turma e alunos.

Todos os sujeitos estão vinculados às 10 escolas profissionais da rede pública do estado do Ceará selecionadas para a realização da pesquisa de campo.

Dos 140 questionários distribuídos entre as categorias (gestores, professores e alunos), 85 foram respondidos, com variações em relação às escolas e categorias participantes.

Quadro 2 – Questionários Respondidos por Escola / Categoria

Município / Escola	Gestores	Professores Técnicos	Professores Base Comum	Alunos
GP / A1	01	01	01	04
GP / B1	01	0	01	06
GP / C1	01	02	01	09
GP / D1	01	01	01	05
RMF / E2	01	01	0	06
RMF / F2	01	0	01	07
MP / G3	01	01	0	07
MP/ H3	01	0	01	07
PP / I4	01	0	01	05
PP / J4	01	01	01	04
TOTAIS	**10**	**07**	**08**	**60**

Fonte; Elaboração da Autora

100% dos gestores responderam aos questionários, enquanto o percentual de respondentes na categoria de professores foi de 50%, sendo 8 da base comum e 7 da base técnica. Entre os alunos, o percentual de respondentes foi de 60%, sendo 65% deles estudantes do segundo e terceiro anos e 35% egressos.

Os questionários destinados aos gestores e professores foram respondidos com a presença da pesquisadora, enquanto os questionários de alunos foram respondidos sem a presença da mesma.

A seleção das escolas participantes se deu com base em dois critérios: Ano de início das atividades e porte do município no qual estão inseridas. Estes dois critérios permitem obter uma visão mais aproximada da realidade, já que as escolas de 2008 e 2009, com um ciclo concluído (três anos do ensino médio) possuem dados relativos à inserção de alunos em cursos superiores e no mercado de trabalho, e os municípios nas quais estão localizadas ilustrarem as diferentes condições socioeconômicas presentes no estado do Ceará.

Após a definição dos critérios, realizamos sorteios entre as instituições que atendiam aos mesmos, definindo assim o campo de realização da pesquisa.

As ações desenvolvidas nesta pesquisa ocorreram durante visitas realizadas no período de 2012 a 2013, ocasiões em que também foram consultados documentos relativos aos processos e rotinas escolares além de registradas as impressões obtidas em contatos informais.

1.6 – Caracterização dos Municípios e Escolas

O Estado do Ceará possui 184 municípios distribuídos em oito macrorregiões administrativas: Baturité - Cariri/Centro Sul - Litoral Leste/Jaguaribe - Litoral Oeste - RMF - Sertão Central - Sertão dos Inhamuns – Sobral/Ibiapaba.

Na realização da pesquisa de campo optamos por selecionar escolas pertencentes a quatro tipos de municípios, classificados quanto ao seu porte: Capital (Grande porte), Região Metropolitana, Médio e Pequeno portes. A classificação dos municípios quanto ao porte segue a metodologia praticada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE.

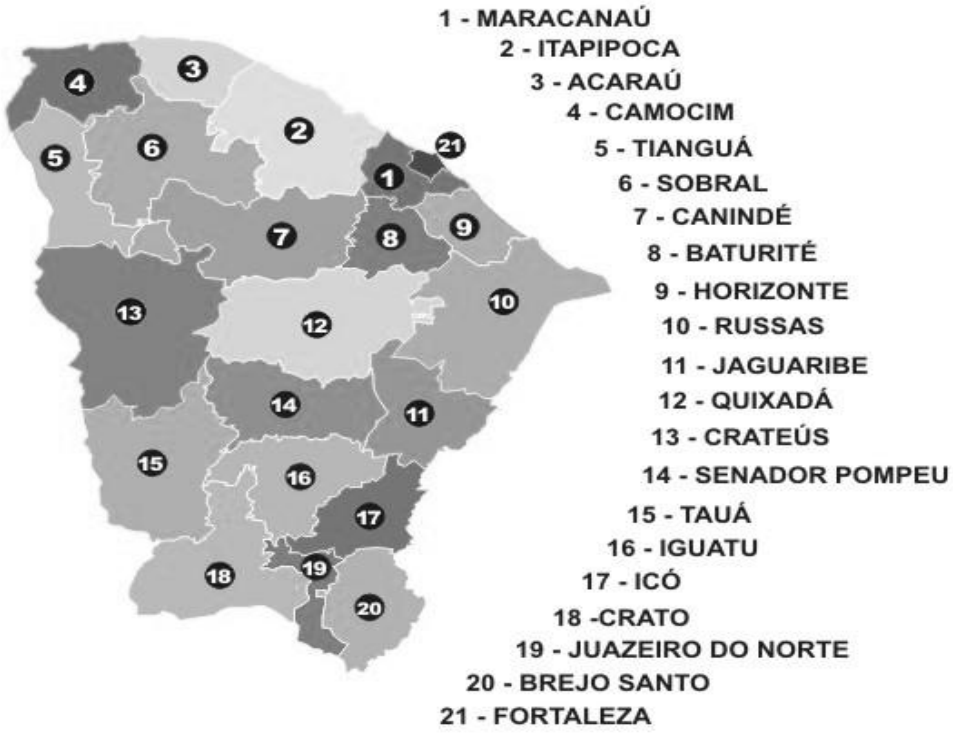
Do ponto de vista da educação, os municípios cearenses estão distribuídos em 21 regiões ou Coordenadorias Regionais de Educação – CREDE´s, às quais as escolas profissionais se vinculam.

As Credes são dotadas de uma estrutura similar à da Secretaria de Educação, dispondo inclusive de orçamento próprio, definido proporcionalmente ao número de escolas a elas vinculadas, e estão sediadas nos seguintes municípios: Maracanaú, Itapipoca, Acaraú, Camocim, Tianguá, Sobral, Canindé, Baturité, Horizonte, Russas, Jaguaribe, Quixadá, Crateús, Senador Pompeu, Tauá, Iguatu,

Icó, Crato, Juazeiro, Brejo Santo e SEFOR (Fortaleza), conforme demonstrado na Figura 2, a seguir.

A Superintendência das Escolas de Fortaleza (SEFOR), é subdividida em três regiões, tendo cada uma o status equivalente às demais CREDE´s

Figura 2 – Localização das CREDE´s



Fonte: Seduc (2011)

Bienalmente, o Instituto de Pesquisa e Estatística do Ceará – IPECE, analisa dados dos 184 municípios do Ceará relativos a quatro grandes setores: Econômicos, Sociais, Fisiográficos / Fundiários e Agrícolas e de Infraestrutura, consolidando-os em indicadores relativos aos quatro grupos .

A combinação de índices obtidos em cada um desses setores, dá origem a um índice mais abrangente, o IDM – Índice de Desenvolvimento Municipal, o qual, conforme Relatório IPECE, IDM, p.3:

> O Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) carrega em sua essência a ideia de uma análise multidimensional,

> que por meio de técnicas estatísticas traduz o nível de desenvolvimento relativo de cada um dos municípios cearenses em um indicador. Ao todo são trabalhados 30 indicadores agrupados em quatro os grupos ligados a aspectos fisiográficos, fundiários e agrícolas, demográficos e econômicos, de infraestrutura e sociais.

Após a formação do Índice de Desenvolvimento dos Municípios (IDM), os municípios são divididos em quatro classes, conforme tabela , abaixo:

Tabela 4 - Índice Médio, Número de Municípios e População, segundo as classes do IDM Estado do Ceará – 2010

CLASSES	IDM	ÍNDICE MÉDIO	QUANT. DE MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO %
IDM	6,56 a 73,96	23.75	184	8,452,381	100
A	73.96	73.96	01	2,452,185	29,01
B	43,14 a 60,66	50,99	08	739,243	8,75
C	23,82 a 39,92	29,67	70	3,102,163	36,67
D	6,56 a 23,29	17,25	105	2,158,790	25,54

Fonte: IPECE

De acordo com a classificação proposta pelo IPECE, os municípios nos quais estão localizadas as escolas pesquisadas encontram-se nas classes A e C, cujas populações correspondem a 65,68% da população do estado.

Das dez escolas pesquisadas, cinco iniciaram suas atividades em 2008 e cinco em 2009. Os prédios de todas as escolas são adaptados, isto é, não são prédios construídos especificamente para abrigar escolas profissionais, já funcionando anteriormente como escolas regulares. Todas passaram por reformas, especialmente para a construção de laboratórios técnicos.(figuras 3 e 4).

As escolas possuem entre nove e doze salas de aula, banheiros, laboratório de ciências, laboratório educativo de informática (LEI), biblioteca, sala de vídeo, sala de leitura, quadra esportiva, banheiros e dependências administrativas (sala da

direção, coordenação, sala dos professores, secretaria), cozinha e refeitório ou local preparado para as refeições.

Todas as escolas possuem cozinha, onde são preparadas as refeições, no entanto apenas uma possui refeitório. As demais organizam o fornecimento de refeições em mesas e cadeiras plásticas, em espaços alternativos como quadra ou pátio coberto.

As escolas A1, B1, C1 e D1 são localizadas em Fortaleza, município de mais alto IDM do estado do Ceará, em bairros de classe média, caracterizados por grande atividade comercial e pouca atividade industrial. São todas escolas adaptadas, tendo as escolas A1 e B1 iniciado suas atividades como escolas profissionais no ano de 2008 e as escolas C1 e D1 em 2009.

As escolas A1 e D1 estão próximas a corredores viários com grande quantidade de coletivos ligando bairros diversos ao centro da cidade e a terminais de ônibus localizados em diversos pontos da cidade, o que oferece às mesmas a possibilidade de receber alunos do próprio bairro, bairros vizinhos e até municípios pertencentes à região metropolitana.

As escolas B1 e C1 por sua vez, estão localizadas em bairros de população com maior poder aquisitivo e em áreas de características predominantemente residenciais, embora nas vias principais a atividade comercial e de serviços também esteja presente.

Segundo documentação consultada nas secretarias das escolas, 70% dos alunos das referidas escolas utilizam transporte coletivo para chegarem à mesma, o que pode representar um tempo de deslocamento de até duas horas nos percursos entre a escola e a residência desses alunos. Um número menor de alunos utiliza a bicicleta como meio de transporte e transporte privado e apenas 18% vão à escola a pé.

Nas escolas E2, F2 e I4 localizadas em municípios da região metropolitana e nas escolas G3, H3 e J4, localizadas em municípios do interior do estado, a maioria dos alunos reside próximo à escola, e aqueles que moram em distritos mais distantes têm acesso ao transporte escolar da Prefeitura Municipal.

Nos municípios das escolas E2 e F2, localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza há significativa atividade comercial e industrial, enquanto no município da escola J4 (pequeno porte), as atividades estão mais voltadas aos setores de serviços e comércio.

As escolas G3, H3 e I4 são localizadas no interior do estado. As duas primeiras estão localizadas em municípios de médio porte. O município no qual está localizada a escola G3 se destaca em atividades nos setores agrícolas e comercial, enquanto a escola H3 localiza-se em área onde os setores de serviços e comércio são os de maior incidência. A escola I4 pertence a município de pequeno porte, com atividades predominantemente agrícolas e comerciais.

Por ocasião das visitas, constatamos que todos os alunos frequentam a escola uniformizados: camisa padronizada com brasão do estado do Ceará na frente e identificação da escola na parte de trás, calça jeans e tênis. Esses dois últimos itens não são fornecidos pelo governo do estado.

O horário de funcionamento das escolas é de 7:10 às 17:00, com três intervalos diários. O primeiro, de 20 minutos, após a segunda aula, ocasião em que recebem o primeiro lanche; o segundo, mais longo, das 11:40 às 13:10, quando é servido o almoço, e o terceiro, das 15 às 15:20, quando recebem o segundo lanche.

Durante as visitas, quando o contato com os alunos foi próximo, as refeições foram alvo das maiores reclamações por parte destes, seguida pela quantidade de aulas diárias (nove no total).

Durante o intervalo do almoço, alguns serviços são oferecidos aos alunos: Em todas as escolas as bibliotecas funcionam para empréstimo e devoluções de livros e as salas de leitura recebem uma quantidade significativa de alunos; Enquanto parte realiza pesquisas e outras tarefas, outros aproveitam para ler ou utilizar os jogos disponíveis: damas, xadrez, ludo, uno, banco imobiliário, etc.

Muitos alunos, em sua maioria os meninos, utilizam a quadra esportiva para a prática de futebol de salão ou basquete, enquanto outra parte prefere utilizar o laboratório de informática, que oferece livre acesso no intervalo do almoço e pode receber até 20 alunos por período. Em algumas escolas há monitores que se revezam em uma escala de utilização do laboratório, de modo a evitar que algum grupo monopolize a utilização dos computadores.

Em três escolas (A1, C1, H3) verificamos a existência de um protótipo de rádio escolar, que durante os intervalos, toca músicas de variados estilos, escolhidas pelos alunos.

Nas escolas B1 e C1, percebe-se uma presença significativa de alunos evangélicos, que utilizam o intervalo do almoço para orações e leitura da Bíblia. Também foi possível encontrar em várias escolas, grupos de alunos tocando

instrumentos musicais (violão), entretanto a grande maioria utiliza o intervalo do horário de almoço para descansar ou permanecer ao telefone celular.

Quanto à alimentação oferecida, há um cardápio afixado nos locais de alimentação; as guarnições básicas são feijão, arroz, macarrão, farofa e salada. As “misturas”, como são chamadas o prato principal, variam entre frango, carne de boi, carne de porco e peixe. Em duas escolas encontramos a oferta de baião de dois e carne de sol, e em uma escola, macarronada. Todas oferecem suco e uma sobremesa, que varia entre doce de banana ou goiaba, cocada ou frutas.O horário está distribuído em nove aulas diárias de 50 minutos, sendo cinco no período da manhã e quatro no período da tarde. As aulas das disciplinas da base técnica acontecem tanto no período da manhã quanto no da tarde, assim como as de disciplinas da base comum.

1.7– Perfil dos Participantes

Os perfis dos participantes envolvidos na pesquisa de campo, constituídos de 10 gestores de escolas de educação profissional, 8 professores da base técnica com função de direção de turma, 8 professores da base técnica com função de coordenadores de curso e 60 alunos, sendo 38 do segundo e terceiro anos do ensino médio e 22 egressos, estão classificados em relação à ocupação, sexo, idade, formação e tempo de trabalho na educação, conforme quadro 3:

Quadro 3 - Perfil de Participantes da Pesquisa

CATEG.	SEXO		IDADE					FORMAÇÃO			ANOS TRAB.		
	M	F	16/17	18/21	22/ 30	+ 30	+ 40	GRA	ESP	EM	- 2	2 a 5	+ 5
GESTOR	3	7	-	-		4	6	-	10			4	6
COORD	4	3	-	-	2	5	-	4	3		1	6	-
D.TURMA	4	4	-	-	3	5	-	6	2		3	5	-
ALUNO	34	26	23	37	-	-	-	-	-	22	-	-	-

Fonte: Elaboração a partir de dados da pesquisa

Conforme demonstrado no quadro 3, a população é constituída por sete gestores do sexo feminino e três do sexo masculino. Seis gestoras têm idade acima de 40 anos, e uma está na faixa de 30 a 40 anos. Todas possuem formação superior em nível de especialização; seis atuam na educação há mais de 5 anos e uma das gestoras está na educação entre dois e cinco anos.

Três gestores são do sexo masculino, têm entre 30 a 40 anos, possuem formação superior em nível de especialização e estão na educação entre dois a cinco anos.

Os Coordenadores são homens na maioria (4), têm entre 30 e 40 anos (5), possuem formação em nível de graduação (4) e estão na educação há mais de dois e menos de cinco anos (6).

Os diretores de turma constituem o grupo mais equilibrado em relação à variável “sexo” (4 homens e 4 mulheres), idade variando entre 30 e 40 anos (5), com formação em nível de graduação (6), e atuando há mais de dois e menos de cinco anos na educação (5).

O grupo de alunos é constituído em sua maioria por membros do sexo masculino, com idade variando entre 16 e 21 anos. 22 já concluíram o ensino médio e 38 ainda cursam a segunda ou terceira série nas escolas pesquisadas. Não foram incluídos alunos do primeiro ano do ensino médio em função de os mesmos ainda não terem tido ou terem tido pouco contato com disciplinas do eixo técnico.

O grupo constituído por gestores atendeu a questionários semi-estruturados, abertos, os quais serviram de base às entrevistas realizadas, sem contudo limitá-las aos assuntos propostos. As entrevistas foram realizadas em locais adequados, sem interferência externa, com duração entre 35 e 60 minutos.

Os questionários dos gestores, diretores de turma e coordenadores de curso foram previamente encaminhados por e-mail e respondidos durante as visitas às escolas. O menor número de respondentes da categoria professores decorre do fato de nem todos estarem presentes no dia da visita à respectiva escola.

Os questionários dos alunos foram todos aplicados durante as visitas, ocasião em que alguns deles entregaram depoimentos por escrito, quando, percebendo valor dos relatos, deixei um e-mail disponível para os que desejassem fazê-lo posteriormente, tendo recebido cerca de 40 depoimentos de alunos ainda cursando e de egressos.

Além do contato com os participantes diretos da pesquisa, tive a oportunidade de conversar com professores, funcionários de diversos setores, participar de momentos importantes como o horário das refeições, intervalos, observar atividades nas bibliotecas e laboratórios.

Nos itens a seguir, são descritos os fenômenos relatados e observados referentes aos seguintes aspectos: Matrícula inicial e final, quando apresentamos questões relacionadas ao o acesso às vagas em escolas profissionais e evasão de alunos; Os aspectos relacionados à estrutura disponível nas escolas correspondentes a instalações físicas, materiais e equipamentos, serviços de apoio pedagógico e recursos humanos; A prática pedagógica a partir da integração curricular e estágio curricular obrigatório; e os resultados da escola sob a ótica das avaliações externas – SPAECE e ENEM – e dos índices de inserção no mercado de trabalho e ensino superior.

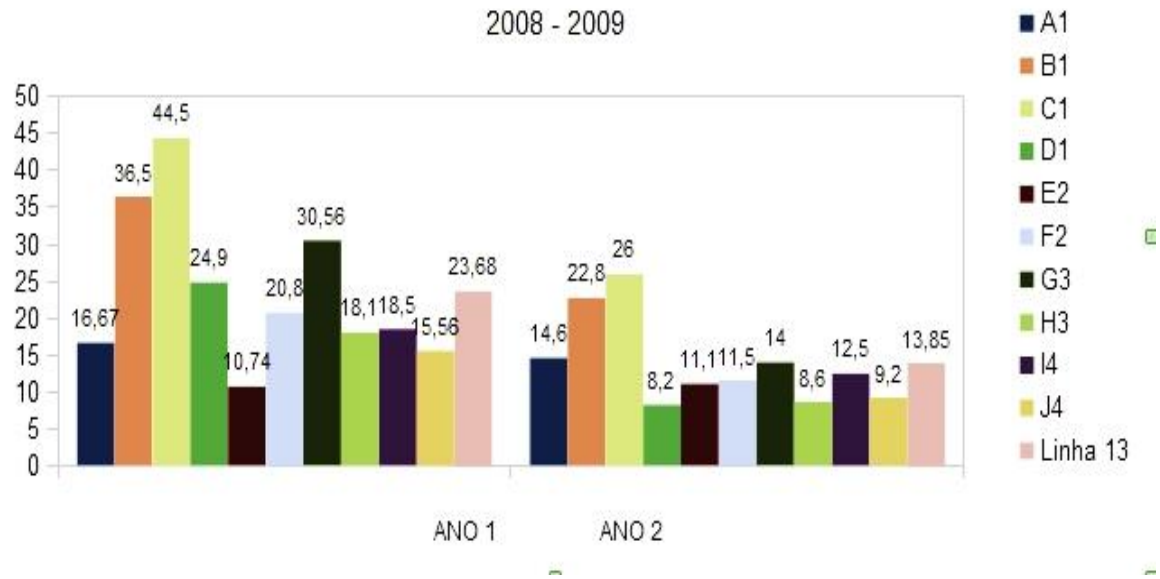
1.8– Matrícula Inicial e Final

Dos números obtidos a partir da documentação das escolas durante a realização das visitas, iniciaremos a análise dos dados relativos à matrícula inicial e final (concludentes) em cada uma das dez escolas. Este indicador possibilita analisar a “evasão” em cada uma das instituições, a qual é conhecida pela diferença entre a matrícula inicial e a matrícula final.

Cabe entretanto destacar que no contexto das escolas profissionais, o termo “evasão” não corresponde necessariamente à saída do aluno do sistema educacional, mas à sua transferência do ensino profissional para o ensino regular. No âmbito da Secretaria de Educação do Ceará, esse aspecto pode ser acompanhado através do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE).

No gráfico 3, apresentamos duas séries de dados relativamente à evasão nas escolas pesquisadas. A primeira série, denominada Ano 1, refere-se ao resultado de todas as escolas e respectivas turmas no seu primeiro ano de funcionamento, seja ele 2008 ou 2009, e Ano 2, às mesmas escolas e respectivos cursos relativos às turmas iniciadas no segundo ano de funcionamento, ou seja, 2009 e 2010.

Gráfico 3 : Abandono em Turmas de 2008 e 2009



Fonte: Escolas Pesquisadas

Essa abordagem nos permite perceber qual a tendência manifestada em relação ao aspecto analisado, ou seja, menor ou maior número de concludentes ao final do terceiro ano letivo. Os dados apresentados representam a média de todos os cursos ofertados nas escolas, cabendo entretanto ressaltar que em algumas unidades educacionais há diferenças significativas entre os cursos , aspecto que será abordado posteriormente.

Como é possível observar no gráfico 3 acima, no primeiro ano de funcionamento, seja nas escolas iniciadas em 2008, seja nas de 2009, os percentuais de abandono são significativamente maiores, variando de 10,7, na escola E2, localizada na Região Metropolitana de Fortaleza a 44,5, na escola C1, localizada em Fortaleza.

Dois fatores contribuíram enormemente para o alto índice de abandono na escola C1: A troca dos cursos inicialmente oferecidos (Enfermagem e Segurança do Trabalho) por dois novos cursos, e a substituição da oferta de uma das duas turmas de um mesmo curso por um terceiro curso, terminou por afastar os alunos inicialmente inscritos para os cursos retirados de oferta, gerando um grande número de vagas em duas das quatro turmas ofertadas, as quais foram preenchidas ao longo dos dois primeiros meses de funcionamento por alunos que não conseguiram vaga em outras escolas profissionais.

Um segundo aspecto diz respeito à distância entre a escola e a residência dos alunos. Em 2009 a escola possuía alunos oriundos de 58 bairros de Fortaleza e três municípios da Região Metropolitana, aspecto que causava dificuldades no cumprimento da rotina dos horários escolares, contribuindo assim para pedidos de transferência para escolas regulares mais próximas das residências dos mesmos.

Nas turmas iniciadas no segundo ano de atividades das escolas, é possível perceber uma redução significativa, especialmente nas escolas B1, C1 e G3, as duas primeiras localizadas em Fortaleza e a terceira em município de médio porte.

Procuramos também investigar a relação entre ano de início e região onde estão localizadas as escolas, separando-as em dois grupos: Fortaleza e Região Metropolitana e municípios do interior. No quadro a seguir, comparamos os dados classificando-os pela média da evasão das escolas, em dois grupos: o primeiro por ano de início das atividades, e o segundo pela localização, subdividida em Fortaleza e Região Metropolitana e municípios do interior:

Quadro 4 - Abandono Segundo Ano de Início e Localização

QUANTO AO ANO DE INÍCIO					
INÍCIO 2008	ANO 1	ANO 2	INÍCIO 2009	ANO 1	ANO 2
A1/B1/E2/G3/I4	22,6	15,0	C1/D1/F2/H3/J4	31,0	15,9
QUANTO À LOCALIZAÇÃO					
FORTALEZA / RMF	ANO 1	ANO 2	INTERIOR	ANO 1	ANO 2
A1/B1/C1/D1/E2/F2	25,7	15,7	G3/H3/I4/J4	20,7	11,1

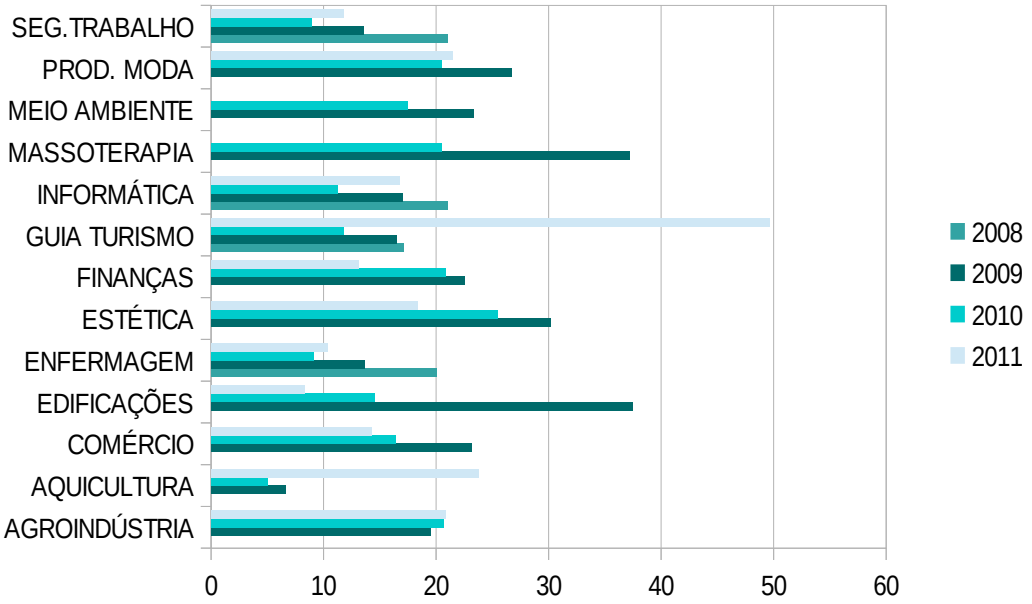
Fonte: Seduc/Coedp (2011)

Pela análise dos dados apresentados no quadro 4, percebe-se que não há uma variação significativa em relação aos dois aspectos comparados. Os maiores percentuais entre as escolas com atividades iniciadas em 2009 e localizadas em Fortaleza, deve-se especialmente aos números da escola C1, relativamente ao aspecto ano de início de atividades e às escolas B1 e C1 quanto à localização, as quais apresentam números bastante acima da média geral, obtida a partir dos valores apurados em todas as escolas.

Como já mencionado anteriormente, os índices de abandono apresentados no Gráfico 3 acima, representam a média do abandono verificado em todos os cursos oferecidos em cada uma das escolas pesquisadas.

‘ No gráfico a seguir, demonstramos os índices de abandono de todos os cursos em oferta no estado nos anos de 2008 e 2009. Estão também inseridos os cursos não contemplados na pesquisa, já que do total de 13 cursos ofertados, a pesquisa limitou-se a analisar dados referentes a apenas 7 cursos: Edificações Enfermagem, Guia de Turismo, Informática, Massoterapia, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho.

Gráfico 4 – Abandono Cursos 2008 – 2011 - Geral



Fonte:Seduc/Coedp (2012)

Os números acima representam a média de abandono por curso, abrangendo todas as escolas do estado com oferta dos referidos cursos, que são aqueles com início de oferta nos anos de 2008 e 2009.

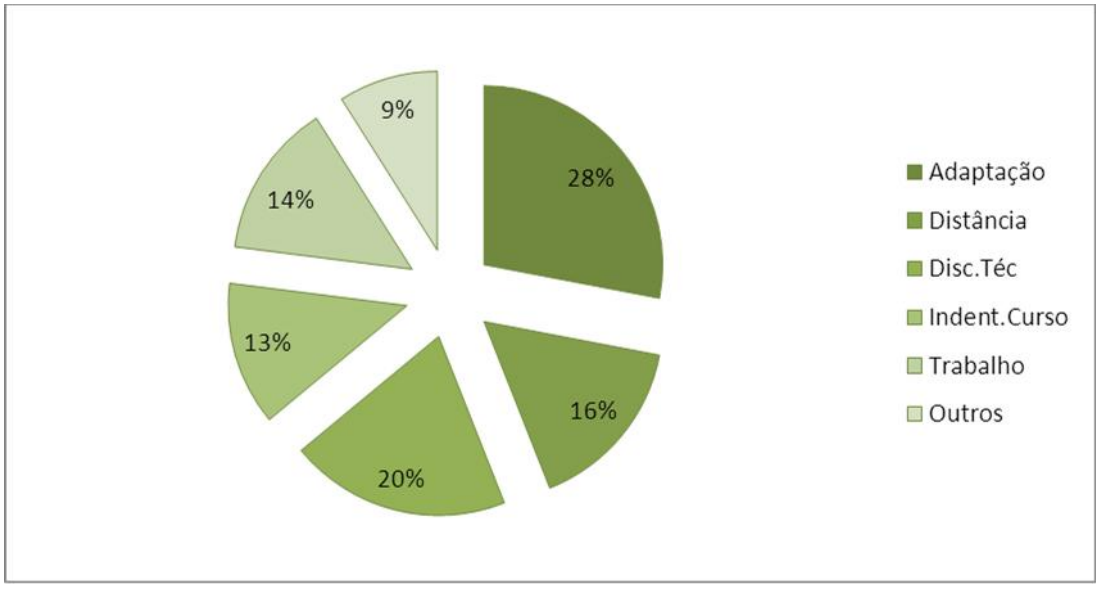
Os cursos de Massoterapia e Meio Ambiente não foram ofertados em 2011, voltando à oferta em 2012. Essa situação ocorre quando a escola solicita à Secretaria de Educação a inclusão de um novo curso, retirando de oferta aquele que apresentou rendimento menos satisfatório. Vale no entanto observar que ambos

apresentaram queda nos índices de abandono nas turmas referentes ao segundo ano de oferta.

Nos cursos de Enfermagem, Edificações, Informática e Segurança do Trabalho, observa-se uma tendência de queda nos índices de abandono, com destaque para o curso de edificações, que reduziu quase trinta pontos percentuais em relação à primeira turma. De modo oposto o curso Guia de Turismo apresentou o maior crescimento de abandono entre as escolas de 2008 e 2009.

Durante a pesquisa foram consultados documentos relativos aos pedidos de transferência através de formulários preenchidos pelos responsáveis dos alunos, nos quais os motivos elencados com maior frequência são: não adaptação ao horário integral, distância da escola em relação à residência do aluno, não identificação com o curso escolhido, dificuldade com as disciplinas técnicas e necessidade de trabalhar, conforme demonstrado no gráfico 5:

Gráfico 5: Motivos de Solicitação de Transferência



Fonte: Escolas pesquisadas

O gráfico acima representa a média dos percentuais relativos a cada um dos motivos elencados nos pedidos de transferência existentes nas escolas.

Nas escolas localizadas em Fortaleza, existe uma relação mais forte entre os pedidos de transferência e a distância entre estas e a residência do aluno, fato possivelmente relacionado ao custo com transporte e tempo gasto no percurso,

enquanto em outras localidades as razões apresentam maior relação com dificuldades de aprendizagem das disciplinas técnicas, mas. a dificuldade de adaptação foi a causa mais mencionada tanto em Fortaleza quanto nas demais regiões.

Quando comparamos os dados das escolas de Fortaleza e Região Metropolitana com aqueles registrados em escolas das outras regiões, encontramos diferenças nos motivos “trabalho” e “distância”, sendo esses dois motivos mais representativos nas escolas da capital, enquanto o motivo “disciplinas”, referente às dificuldades de aprendizagem nas disciplinas técnicas, é mais significativo nas escolas localizadas nas cidades do interior.

Observando os motivos elencados, dois deles fogem completamente à gerência da escola no que se refere a minimizar seus efeitos; O primeiro refere-se à localização da unidade escolar em relação à residência do aluno e o segundo refere-se à necessidade de o aluno contribuir financeiramente para o sustento da família ou o seu próprio, através do trabalho.

O resultado obtido nos documentos das escolas de certa forma é confirmado em uma das perguntas presentes ao questionário aplicado aos alunos:

> **Ao escolher a escola, você levou em consideração:**
>
> a (06) Bons resultados da escola
> b(**18**) Proximidade da residência
> c(**22**) Oferta do curso que eu queria
> d (14) Indicação de parentes,amigos, conhecidos
> e (0) Escolha dos pais

A opção “proximidade da residência” só é menos escolhida que “oferta do curso que eu queria” indicando a importância para os alunos de residirem próximo de casa. o que nos leva a concluir que residir distante de casa, fato comum nas escolas A1, B1, C1 e D1, todas em Fortaleza, é fator dificultador para a permanência do aluno, conforme explica a aluna egressa do curso de Informática, em Fortaleza:

> (...) Escolhi a Escola Profissional pelo fato de ser perto de minha casa, pois facilita muito. Meus colegas ficam muito cansados de passar o dia inteiro lá e ainda ter que ficar mais de duas horas dentro de ônibus , sem falar no gasto

> né, porque não era todo dia que a minha mãe ia ter dinheiro pra mim e meus dois irmãos. .(Camila Martins)

Ainda relacionado à questão, uma segunda resposta, desta vez oferecida pelos professores diretores de turma, também fornece uma indicação com a preocupação com assiduidade e pontualidade dos alunos. Questionados sobre a prioridade número 1 da escola, quatro opções foram selecionadas:

> **2.1. O que se caracteriza como prioridade 1 na Escola:**
>
> ( ) A. A Formação dos Gestores.
> **(3)** B. O planejamento conjunto.
> ( ) C. A realização de eventos visando um clima positivo de trabalho na escola.
> (1) D. Os resultados das avaliações externas.
> (1) E.O acompanhamento dos Programas de Ação e Plano de Ação.
> **(3)** F. A proteção do tempo pedagógico, monitorando a assiduidade e pontualidade dos alunos.

A fala de duas gestoras de Fortaleza corrobora a preocupação com a infrequência e atrasos dos alunos, ao mesmo tempo em que indica ações tomadas no sentido de reduzí-las:

> Nós criamos um sistema de controle de frequência e pontualidade aqui na escola. Se o aluno falta ou chega atrasado, diretor, coordenador de curso, diretor de turma e o pai ou a mãe são avisados por SMS. Não tem como garantir aprendizagem se o aluno não frequenta a escola direitinho. Também estimulamos a criação dos grupos de estudos com os monitores nos horários de estudo. Às vezes eles aprendem mais com os colegas do que com os professores […] (Gestora da escola C1).

> Olha, esse problema não é assim tão fácil de resolver não, viu, porque muita coisa não depende da escola, entende? Como é que eu posso impedir um aluno que mora do outro lado do mundo vir estudar aqui? [...] Aí depois começam os atrasos, porque eles andam de ônibus, né? Aí perdem muita aula, e termina refletindo na aprendizagem... Chega o segundo bimestre e já tem um monte de aluno pendurado, cheio de nota baixa. A gente tenta convencer os pais a colaborar, mandando os meninos irem dormir mais cedo, acordar mais cedo...e também a estudar em casa, porque aqui não dá pra tirar todas as dúvidas que eles trazem do ensino fundamental, né? ...Tem menino que chega aqui sem nunca ter

> estudado física ou química...como é que vai dar conta dos conteúdos, se não tem base? (Gestora da escola B1).

O aspecto mais fortemente mencionado como motivo para pedido de transferência – a falta de adaptação do aluno à escola,merece uma análise mais aprofundada, especialmente em função de desconhecermos o que representa exatamente esta dificuldade de adaptação: O horário, as disciplinas técnicas, a quantidade de aulas e disciplinas, o modelo de gestão das escolas, que exige maior rigidez quanto à disciplina, o perfil do aluno, o curso escolhido? Todos esses fatores provavelmente se encontram inseridos nessa justificativa de caráter mais amplo.

São perguntas que não puderam ser respondidas durante a realização da pesquisa, mas que certamente merecem ser investigadas com maior profundidade, com vistas a prevenir ou minimizar os efeitos.

Outro aspecto de difícil intervenção para a escola é quando o aluno relata precisar deixar a escola para entrar no mercado de trabalho de modo precoce e ainda sem a formação técnica concluída. Os demais motivos são passíveis de alguma interferência da gestão escolar, especialmente a questão da dificuldade de aprendizagem nas disciplinas técnicas.

Questionados acerca de medidas necessárias no sentido de reduzir os números relativos aos pedidos de transferência, os gestores relataram algumas das dificuldades encontradas, mencionaram impressões e ações corretivas:

> Eu acho que os meninos deviam ter mais tempo pra escolher o curso. Eles entram muito crianças, ainda chamam a gente de tio, tia...precisava mais tempo pra se acostumar com o ritmo, pra conhecer mais sobre a profissão. A maioria quer fazer informática, aí quando chega na hora das disciplinas técnicas que eles veem que não tem nada a ver com *internet*, *facebook*, joguinhos, e sentem grande dificuldade nas disciplinas técnicas, eles querem sair. Mas o problema é que a gente não tem como dar esse tempo pra eles. A gente faz oficinas, seminários, traz palestrantes e tenta pelo menos que se o menino não quer ficar, que saia antes do início das aulas técnicas, pelo menos a gente pode colocar outro na vaga. Pior é quando vão sair no fim do primeiro ano, que a gente não tem mais como preencher a vaga […] (Gestor de escola I4)

Acerca da migração de alunos para escolas regulares, uma resposta presente ao questionário aplicado aos Coordenadores de Curso fornece pistas. Em um bloco de perguntas abordando a dimensão “Responsabilidade Social”, foi solicitado que os itens fossem respondidos com “S” para sim ou “N” para não: “Existem ações que favoreçam a inclusão e permanência de estudantes em situação econômica desfavorecida” A opção “Não” foi selecionada por 5 dos sete coordenadores, indicando não existir nenhuma ação ou desconhecer, no caso de existência.

De um modo geral, percebe-se na fala dos gestores a compreensão da gravidade que representa a evasão de alunos das escolas profissionais, e em todas as escolas encontramos ações voltadas à sua redução, aspecto que pode ser constatado pela tendência observada a partir do segundo ano de funcionamento das escolas, quando os gestores se apropriam melhor da situação da unidade escolar e em conjunto com sua equipe podem estabelecer estratégias para seu enfrentamento.

1.9- Aspectos Estruturais: Instalações, Materiais, Recursos Humanos

Como já citado anteriormente, todas as escolas pesquisadas são adaptadas, ou seja, passaram por reformas visando à construção de laboratórios técnicos e outras melhorias como rede elétrica, vestiários, etc.

Todas estão equipadas com laboratório de ciências e laboratório educacional de informática (LEI) em condições razoáveis, instalados em salas com ar condicionado. Os móveis e equipamentos estão em estado bom ou razoável e funcionam adequadamente. No LEI são instalados 21 computadores, ligados em rede e com acesso à internet. Ao longo do ano de 2012 os equipamentos dos laboratórios de informática da maioria das escolas foram substituídos por máquinas novas e de melhor configuração.

O acesso à *internet* ainda é um problema, especialmente nas unidades localizadas no interior do estado, seja pela frequência de instabilidade motivada por baixa velocidade da conexão ou por indisponibilidade da rede motivada por fatores externos à escola.

O mobiliário das escolas (direção, coordenação, sala dos professores, biblioteca, secretaria e salas de aula) é composto por móveis como mesas, cadeiras, armários, quadros brancos, carteiras e outros, todos em bom estado. Há computadores instalados na direção, coordenação, secretaria, biblioteca e sala dos professores, todos com conexão à *internet*.

Um aspecto considerado crítico em todas as escolas pesquisadas diz respeito aos laboratórios técnicos. Entre as dez escolas pesquisadas, mesmo sendo do grupo iniciado nos anos de 2008 e 2009, ainda foram verificadas pendências relativas aos laboratórios técnicos, seja por necessidade de construção ou adaptação do espaço destinado ao seu funcionamento, seja pela não aquisição de equipamentos que farão parte dos mesmos.

Em uma das escolas pesquisadas, verificou-se a oferta de curso técnico com alunos já em fase de conclusão do curso, sem a existência de nenhum laboratório técnico instalado. Para minimizar os prejuízos desta situação, os alunos foram encaminhados para a realização de práticas em laboratórios de instituições parceiras ou empresas, mediante contratação.

Em item constante do questionário dos alunos solicitando avaliar as escolas em relação a 17 itens relacionados, apenas dois receberam o conceito “RUIM”: Banheiros/Vestiários e Laboratórios Técnicos, tendo este sido assinalado por 42 alunos. A “qualidade das aulas práticas” foi considerada regular por 35 alunos.

M- Classifique a sua escola quanto a:

	MB	**BOM**	**REG**	**RUIM**
d) Laboratórios Técnicos	( )	( )	( )	(**42**)
g) Qualidade das aulas práticas	( )	( )	(**35)**	( )

De igual modo, Coordenadores de curso e diretores de turma avaliaram o item “laboratório técnico” como inadequado ou insatisfatório, conforme item transcrito do questionário do Diretor de Turma, onde foi solicitado que o respondente assinalasse até 3 alternativas:

1.1 - **O aspecto causador de maior dificuldade no desenvolvimento das atividades docentes é**:
( ) A. Falta de materiais básicos no dia a dia (papel, pincel, etc).
(2) B. Estrutura geral do prédio mal conservada ou inadequada.

(3) C.Salas de aula quentes, mal iluminadas ou pequenas
(8) D.Laboratórios técnicos deficientes.
(5) E. Número insuficiente de professores da base comum
( ) F. Ausência de equipamentos (data show, som, tv, etc)
(5) G. Número insuficiente de professores da base técnica
(1) H. Serviços de apoio deficientes (LEI, laboratório de ciências, sala de vídeo, etc)

Todos os 8 diretores de turma que responderam o questionário, escolheram o item " D – Laboratórios Técnicos deficientes" como um dos 3 aspectos dificultadores da atividade docente nas escolas pesquisadas. A situação não se altera quando a mesma temática é exposta aos coordenadores de curso. A opção "Às vezes" foi escolhida por 5 entre 7 coordenadores quando questionados se " O curso oferece atividades de aplicação prática dos conteúdos estudados"

Antes de apresentarmos a situação dos laboratórios técnicos nas escolas pesquisadas, cabe esclarecer alguns aspectos. As dez escolas pesquisadas oferecem juntas, 18 diferentes cursos. Esse fato ocorre devido ao fato de haver oferta de cursos semelhantes em escolas diferentes, como é o caso de Informática, Rede de Computadores, Enfermagem, Guia de Turismo, Segurança do Trabalho, edificações e outros. Do total de 18 cursos ofertados, 07 foram analisados no presente trabalho.

Tabela 5 – Laboratórios Técnicos[8]

ESCOLA	CURSOS OFERTADOS	CURSOS C/ LABORATÓRIO	LABORAT NECESSÁRIO	LABORATÓRIO FUNCIONANDO	PENDÊNCIAS DE LABORAT
A1	8	6	6	5	1
B1	6	6	6	4	2
C1	7	7	15	6	9
D1	4	4	6	5	1
E2	7	3	3	2	1
F2	5	5	5	3	2

[8] Os dados apresentados na tabela representam o momento da pesquisa de campo, não significando portanto que a situação se mantenha até a atualidade.

G3	4	2	2	2	0
H3	5	4	6	5	1
I4	4	3	3	3	0
J4	3	3	3	2	1
TOTAIS	**18**	**14**	**55**	**37**	**18**

Fonte: Escolas Pesquisadas / Elaboração da Autora

Através dos dados obtidos, é possível observar que, mesmo inauguradas há mais de três anos, ainda persistem em algumas escolas, pendências relativas a laboratórios técnicos.

Outro aspecto a destacar é o fato de nem todos os cursos necessitarem de laboratórios técnicos, como por exemplo Administração, Comércio e Secretariado, que podem realizar suas práticas no próprio laboratório de Informática Educacional (LEI).

Tais esclarecimentos são importantes para a compreensão das informações contidas na tabela elaborada, onde o número de cursos ofertados nem sempre é igual ao número de laboratórios necessários.

Considerando-se o fato de as aulas práticas serem iniciadas no segundo semestre do 1° ano do curso,é possível deduzir a ocorrência de prejuízos na aprendizagem das disciplinas técnicas, a despeito da adoção de alternativas tais como o estabelecimento de parcerias, que embora importantes não suprem as necessidades por inteiro.

Essa dificuldade é vivenciada por gestores, professores e, principalmente, alunos, que se ressentem da complementação da teoria aprendida em sala de aula, e se configura motivo de grande pressão por parte dos docentes, discentes e familiares, haja vista a expectativa pela formação técnica, conforme explicam uma gestora e um professor coordenador de curso:

> Olha, professora, pra ser sincero, a situação agora até que melhorou, porque após muitas reclamações dos alunos, dos pais e dos professores, parte dos laboratórios foram instalados e estão funcionando, mas por mais de dois anos tivemos que apelar para a criatividade pra poder oferecer algumas práticas aos alunos. (Coordenador de curso)

> É constrangedor. Os meninos cobram o tempo inteiro, pois a maior expectativa deles é com o início às aulas

> práticas. A gente fica de mãos atadas, pois sabemos que não é correto oferecer o curso sem os laboratórios estarem prontos, mas por outro lado, como gestores, a gente entende que nem tudo ocorre conforme planejado. (Gestora de escola D1)

Entre as escolas de 2008, duas não apresentam pendências relacionadas à instalação de laboratórios e nas duas demais as pendências são relacionadas a cursos oferecidos em 2011. Ainda assim, há uma demora considerável na instalação dos mesmos.

Nas escolas de 2009 a situação apresenta maior gravidade. Nenhuma das cinco escolas pesquisadas apresentava todos os seus laboratórios em funcionamento regular no momento da pesquisa. Os casos mais graves ocorrem em unidades escolares que oferecem cursos com alta demanda de laboratórios como na Escola “C1”, com nove laboratórios ainda pendentes de instalação, enquanto nas demais a pendência varia entre um e dois laboratórios ainda não instalados.

. Destacam-se ainda dificuldades referentes à aquisição de materiais de consumo a serem utilizados nas práticas de disciplinas técnicas, cujo repasse de recursos para as escolas nem sempre ocorre de forma sincronizada com a realização das práticas, ou seja, o laboratório está instalado, os equipamentos funcionam adequadamente mas faltam os materiais de consumo para a aula prática.

Também há problemas relacionados à inadequação ou insuficiência de espaço físico para a construção/adaptação de laboratórios técnicos em pelo menos cinco escolas.

No que diz respeito ao material didático oferecido aos alunos, é necessário separá-los em dois grupos: O primeiro grupo, formado por livros didáticos referentes às disciplinas do eixo comum: Língua portuguesa, Matemática, História, Geografia, Química, Física, Biologia, Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol), Filosofia e Sociologia; e o segundo grupo, por material didático relativo às disciplinas técnicas, inclusive as apostilas.

Todos os alunos recebem um exemplar dos livros das disciplinas acima referidas, excetuando-se Língua Estrangeira, Filosofia e Sociologia, cuja distribuição foi iniciada em 2011 e ainda não há em quantidade suficiente para todos, e as disciplinas Educação Física e Artes, para as quais não há disponibilidade de livro didático.

Relativamente aos materiais das disciplinas técnicas, os alunos recebem apostilas de todas as disciplinas, as quais são elaboradas pelos consultores de cada um dos cursos e disponibilizadas em meio digital às escolas, que coordenam a licitação para a reprodução das mesmas, distribuídas a todos os alunos dos respectivos cursos. Complementarmente, a Secretaria de Educação vem investindo na formação dos acervos técnicos correspondentes a cada curso.

Os títulos indicados por professores e coordenadores dos cursos são adquiridos e permanecem nas bibliotecas das escolas para consulta e empréstimo, entretanto o número de exemplares adquiridos ainda não é suficiente para suprir a demanda.

Dados de questionários aplicados, também revelam o problema; 5 dos 7 coordenadores de curso afirmam que raramente (R) a bibliografia é encontrada na biblioteca da escola, enquanto 3 indicaram que somente às vezes (AV) o material é de boa qualidade:.

> **Q, 2.3 - Desempenho Docente e Disciplinas do Curso (S) Sempre (Q) Quase sempre (AV) Às vezes (R) Raramente (N) Nunca**
>
> 30. O material didático indicado para a disciplina é de boa qualidade. (AV - 3)
> 31. A bibliografia para estudo do conteúdo é disponível na biblioteca. (**R - 5**)

As apostilas, apesar de representarem uma opção mais prática em decorrência de um processo menos burocrático de impressão e distribuição, ainda recebem críticas por parte de alunos e professores em decorrência principalmente da existência de erros ou conteúdos não suficientemente aprofundados, mas a possibilidade de revisão e reimpressão com certa facilidade vem contribuindo para sua melhor aceitação por parte dos usuários, reduzindo as reclamações, conforme explica um coordenador de curso :

> No começo foi difícil, pois o material era muito ruim. Havia erros de português, informações desatualizadas, trechos até copiados da internet. Havia muitas reclamações dos alunos e dos professores. Hoje o material já é de qualidade muito superior. Os professores das disciplinas têm ajudado, localizando erros antes das apostilas serem reproduzidas e entregues aos alunos. (Coordenador de Curso Escola E2)

As funções de apoio pedagógico nas escolas são desenvolvidas em três ambientes: Laboratório de Ciências, Laboratório Educativo de Informática (LEI) e Centro de Multimeios, que é composto por biblioteca, sala de vídeo e sala de leitura.

Os profissionais que atuam nos laboratórios de informática e de ciências devem ter graduação nas áreas específicas, e tanto podem ser efetivos quanto temporários. Os profissionais lotados no Centro de Multimeios, em um total de 03, sendo um professor regente e dois apoios, devem pertencer à rede, e os apoios devem ser professores readaptados.

Todas as escolas pesquisadas possuem laboratório de ciências em boas condições de funcionamento, equipados com móveis e equipamentos seminovos, assim como os laboratórios de informática, os quais seguem o padrão de 20 computadores ligados à *internet*, que, conforme já mencionado, sofre alterações na qualidade da conexão, dependendo da localização da escola.

Os Centros de Multimeios estão presentes em todas as escolas, e representam um apoio significativo ao processo educativo. Os profissionais desenvolvem projetos de leitura, dão apoio aos professores de português e outras disciplinas na realização de oficinas, feiras e seminários, realizam eventos culturais e literários, enfim, são bastante atuantes em todas as escolas visitadas.

As bibliotecas das escolas possuem um acervo razoável de livros paradidáticos e organizam o banco de livros didáticos, catalogando e distribuindo aos alunos no início de cada ano letivo.

Os laboratórios de Informática e as Bibliotecas estão entre os espaços favoritos dos alunos, o que pode ser facilmente constatado pela visitação em horários livres. A impressão obtida durante as visitas realizadas pode ser confirmada através das respostas fornecidas nos questionários aplicados aos alunos, onde 80% ou mais classificaram os espaços como “Muito Bom” ou “Bom”, conforme reprodução abaixo:

M- Classifique a sua escola quanto a:

	MB	**BOM**	**REG**	**RUIM**
c) Biblioteca	(**38**)	(16)	(06)	( )
g) Salas de Apoio	(**33**)	(15)	(12)	( )
h)Laboratório de Ciências	(24)	(**28**)	(08)	( )

Durante as visitas realizadas às escolas e a troca de ideias com professores, gestores e alunos, a despeito de queixas relacionadas à *internet* e insuficiência quanto à quantidade e variedade de títulos técnicos disponíveis para empréstimo, a biblioteca e o laboratório de informática parecem representar uma espécie de oásis no dia a dia dos alunos.

1.9.1 – Corpo Docente

Qual o papel do professor nessa intrincada rede de relacionamentos que compõe uma escola? A literatura acerca do assunto é muito vasta e diversa, e apesar de não termos o objetivo de analisar diretamente essa questão, não podemos deixar de mencionar aquela que consideramos o mais importante fator externo ao aluno no processo de construção do conhecimento.

Segundo Freire (1979), a ação docente é a base de uma boa formação escolar e contribui para a construção de uma sociedade pensante. Mais do que pensante até, transformadora, pois é a transformação da sociedade o que se busca através da educação. Nas escolas de educação profissional os professores estão divididos basicamente em duas categorias.

A primeira é constituída pelos professores da base comum, com formação em nível de licenciatura em suas áreas de atuação, que além da função docente (em efetiva regência), também atuam em espaços pedagógicos como o laboratório de ciências, laboratório de informática e biblioteca, além de poderem assumir funções como professor diretor de turma.

A segunda é constituída por professores da base técnica, com formação em nível de bacharelado ou técnico, sem formação pedagógica, que podem assumir as funções de Coordenador de curso ou Orientador de estágio.

Os primeiros podem ser efetivos, isto é, servidores efetivos admitidos através de concurso público, ou temporários, admitidos por meio de contrato com a Secretaria de Educação. A remuneração desse grupo é regulada por lei, e hoje se constitui em um fator de afastamento dos profissionais da carreira docente na educação básica.

Os segundos são contratados através de contrato de gestão firmado entre a Secretaria de Educação e o Instituto Centec, admitidos com base na CLT, podendo

ter salários mais próximos daqueles praticados no mercado para profissionais como enfermeiros, engenheiros, fisioterapeutas, turismólogos e outros.

Pertencendo a uma ou outra categoria, ambos se encontram imersos no universo das escolas profissionais, cabendo aos mesmos o engajamento social, político e pedagógico, necessários ao exercício da atividade docente, sem os quais nenhum licenciado ou bacharel se constitui em professor, ou como afirma Gadotti (1998, p.71):

> É preciso ser desrespeitoso, inicialmente, consigo mesmo, com a pretensa imagem do homem educado, do sábio ou mestre. E é preciso desrespeitar também esses monumentos da pedagogia, da teoria da educação, não porque não sejam monumentos, mas porque é praticando o desrespeito a eles que descobriremos o que neles podemos amar e o que devemos odiar. [...]. Nessas circunstâncias, o educador tem a chance de repensar o seu estatuto e repensar a própria educação. O educador, ao repensar a educação, repensa também a sociedade.

Nesse sentido, é fundamental avaliar o modo pelo qual se manifestam as relações entre professores e outros professores, entre estes e gestores, e principalmente entre professores e alunos, de que modo as posturas assumidas se mostram problematizadoras, democráticas, dialéticas, ou por outro lado, centralizadoras e autoritárias, até que ponto são estabelecidas relações baseadas na cooperação, no respeito e na inclusão ou na reprodução da lógica competitiva do mercado.

Durante as visitas realizadas às escolas participantes da pesquisa de campo, foi possível observar um clima amistoso entre professores e alunos, o que sem dúvida contribui de maneira positiva para o processo de aprendizagem. Também não foram registradas impressões de qualquer animosidade entre os dois grupos de professores, a despeito das diferenças salariais entre ambos.

Apesar dessa boa impressão, gestores fazem referências a algumas dificuldades relativas a procedimentos constantes da rotina escolar, tais como a resistência em participar de momentos coletivos, como o planejamento escolar, semana pedagógica e conselhos de classe, e até mesmo a realização de tarefas corriqueiras como entrega de frequências e notas à secretaria, acompanhamento dos programas de ação e até substituições de professores por motivo de falta, como explica uma gestora de Fortaleza:

> Entre todos os grupos que temos que lidar no dia-a-dia, certamente é com os professores que tenho mais dificuldades. O discurso deles é sempre muito progressista, nas reuniões não faltam ideias para melhorar os processos, desde que as ações propostas não sejam feitas por eles. (Gestora da Escola B1).

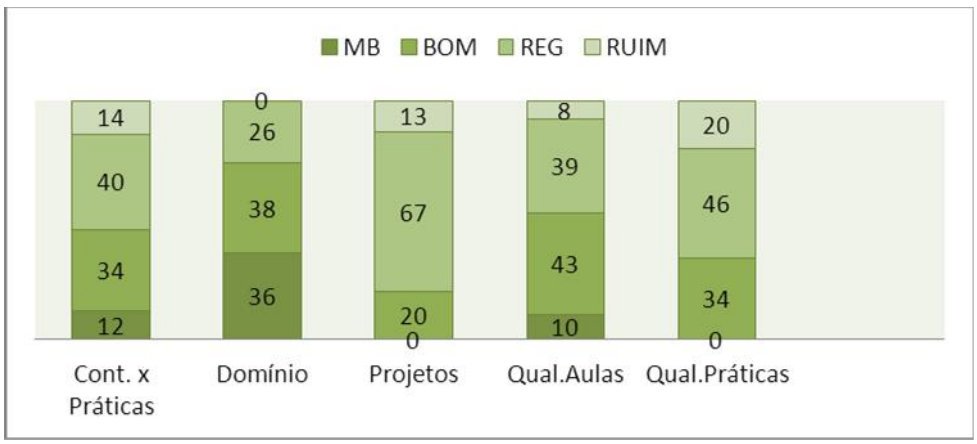
Um segundo aspecto relatado pelos gestores trata da questão da avaliação. Para o gestor de uma escola do interior, os professores ainda tratam a avaliação como “moeda de troca”, ou seja, esta ainda se constitui elemento opressor na relação professor x aluno.

Em conversas com alunos, não observamos muitas reclamações. Obviamente sempre há aqueles professores que se constituem unanimidade entre o corpo discente e aqueles que são pouco estimados. De um modo geral as referências negativas estão relacionadas à metodologia utilizada pelo professor ou à rigidez quanto a aspectos disciplinares.

Os aspectos docentes avaliados pelos alunos estão a seguir, separados em duas categorias: A primeira expõe aspectos em que o aluno escolhia entre os conceitos: Muito bom, Bom, Regular e Ruim. Na segunda, são expostos a afirmativas com as quais terão que “concordar totalmente”, “concordar parcialmente”, “discordar parcialmente” ou “discordar totalmente”.

Os itens avaliados foram: Relação entre conteúdos teóricos e práticas, domínio dos conteúdos, projetos interdisciplinares, qualidade das aulas teóricas e qualidade das aulas práticas:

Gráfico 6 - Desempenho Docente - Avaliação dos Alunos



Fonte: Questionário alunos

Como é possível observar, nos itens representados, o aspecto melhor avaliado foi o domínio dos conteúdos, com 36% de conceito “muito bom” e 38% de conceitos “ bom”, seguido por “relação conteúdo x práticas”, com 12% de conceitos “muito bom” e 34% de conceitos “bom”.

Do lado oposto, a qualidade das aulas práticas foi o aspecto pior avaliado, sem nenhum conceito “muito bom” e com 20% de conceito “ruim”, seguido por relação entre conteúdo e prática, com 14% de escolhas do conceito “ruim”.

Analisando em conjunto, o aspecto relacionado a projetos interdisciplinares pode ser considerado o item de pior resultado, já que não recebeu nenhum conceito “muito bom” e o percentual de “bom” foi o menor entre os aspectos avaliados.

Tendo em vista a importância da interdisciplinaridade em uma proposta de currículo integrado, um índice tão alto relativamente à percepção do aluno quanto às relações entre as diversas áreas do conhecimento sugere equívocos relativos à concepção ou metodologia, ou ainda, opção. A esse respeito, afirma Japiassu (1992, p.91):

> É ilusório pensar que uma lei ou um conjunto de medidas administrativas possam colocar um paradeiro a hábitos tão arraigados, a rotinas e estruturas mentais tão solidamente estabelecidas. Mas é imprescindível que os educadores trabalhem no sentido de dotar as instituições de ensino de estruturas cada vez mais flexíveis, capazes de absorver novos conteúdos e de se integrarem em função dos verdadeiros problemas.

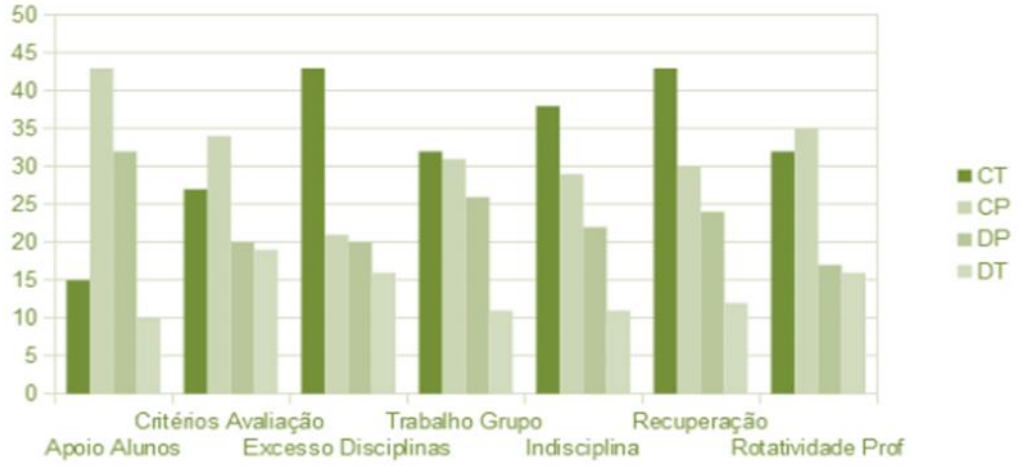
No mesmo sentido Moran (2000) reflete sobre a dificuldade de implementação de mudanças a partir de decretos, sem que antes haja mudanças efetivas nas concepções tanto das instituições quanto das pessoas que nelas atuam.

No item seguinte, é solicitado que o aluno assinalasse a sua concordância ou discordância em relação às seguintes afirmações: a) Falta apoio para alunos com dificuldades; b) Critérios de avaliação não são claros ; c) Excesso de matérias; d) Pouco trabalho em grupo ; e) Muita indisciplina na sala ; f) Atividades de recuperação insuficientes ; g) Muita rotatividade professores.

Os resultados apurados demonstram certa sensação de “abandono” por parte dos discentes à medida que 58% concordam ou concordam parcialmente que falta apoio aos alunos com dificuldade de aprendizagem, 61% concordam ou concordam parcialmente que os critérios de avaliação não são suficientemente claros e 73%

concordam ou concordam parcialmente que as atividades de recuperação são insuficientes, conforme representação gráfica

Gráfico 7 – Práticas Docentes - Avaliação dos Alunos[9]



Fonte: Questionários Alunos

De maneira coerente, parecem também apontar parte das “causas” por eles avaliadas quando 64% consideram haver excesso de matérias, 63% avaliam que os trabalhos em grupo são em quantidade insatisfatória, 67% concordam ou concordam parcialmente que há muita indisciplina em sala e que a rotatividade dos professores é muito presente.

Essa percepção dos alunos é preocupante à medida que as respostas demonstram certa coerência e equilíbrio em relação aos percentuais obtidos nos itens, e em alguns pontos coincidentes com as opiniões emitidas por Coordenadores de Curso.

No quadro a seguir, apresentamos as respostas apresentadas pelos professores coordenadores de curso quando foram solicitados a assinalar uma das seguintes opções: (S) Sempre, (Q) Quase sempre, (AV) Às vezes, (R) Raramente e (N) Nunca, relativamente ao desempenho docente e disciplinas do curso.

Chama à atenção a opção “Às vezes” assinalada nos itens 1, 6, 8, 13, 15,16, 17 e 18. A apresentação do plano de ensino após o início do semestre compromete o planejamento das atividades e pode comprometer a interdisciplinaridade.

[9] Os alunos responderam às afirmativas com as seguintes opções: “concordo totalmente”, “concordo parcialmente”, “discordo parcialmente” ou “discordo totalmente”

De igual modo, a disponibilidade apenas eventual para o esclarecimento de dúvidas dos alunos associada à didática nem sempre favorável à aprendizagem, são aspectos que contribuem para uma aprendizagem deficiente, o que pode ser confirmado com a opinião do coordenador quanto ao nível de satisfação dos resultados da disciplina, quando 5 dos 7 coordenadores assinalaram “às vezes”.

Os itens constantes do questionário dos alunos e respectivas respostas estão representados no quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – Desempenho de Professores Técnicos

ATRIBUTOS	**S**	**Q**	**AV**
1.Apresenta plano de ensino disciplina início do semestre		2	5
2.Domina o conteúdo e está atualizado.	4	2	1
3.Bom relacionamento / aberto ao diálogo c/ alunos	5	2	
4.É pontual em suas funções.	4	3	
5.É assíduo às suas funções	5	2	
6.A didática contribui para a aprendizagem.		4	3
7.O professor é disponível para o esclarecimento de dúvidas		3	4
8.O plano da disciplina apresentado contém os itens essenciais	2	4	1
9.Conteúdos/ carga horária são cumpridos adequadamente	5	2	
10.A sequência e organização dos conteúdos são adequadas	4	3	
11.O aprofundamento dos conteúdos na disciplina é adequado	2	4	1
12.Os conteúdos estão relacionados com demais disciplinas	1	3	3
13.Recursos didáticos utilizados na disciplina são de boa qualidade.	2	5	
14.Você está satisfeito com os resultados da aprendizagem		2	5
15.Há diversidade de instrumentos de avaliação		3	4
16.O professor analisa os resultados de avaliações com os alunos.		2	5
17.No desenvolvimento fica garantida a relação teoria-prática	1	3	3
18. Incentiva a autonomia intelectual do aluno		5	2

Fonte: Questionário Coordenadores de Curso

Aspectos como assiduidade, pontualidade, cumprimento da carga horária e conteúdo, atualização e facilidade de relacionamento são avaliados positivamente.

De um modo geral, gestores têm consciência dessa situação, entretanto uma questão delicada envolve a contratação de professores da base técnica, já que em algumas áreas, especialmente naquelas de áreas mais específicas como as engenharias e assemelhadas, a contratação de profissionais é dificultada em função da demanda existente no estado e a indisponibilidade desses profissionais de deslocamento para municípios do interior, além do aspecto salarial, nem sempre atrativo àqueles profissionais com faixas salariais mais altas, conforme relata uma gestora da escola A1:

> […] uma das maiores dificuldades que encontro é a questão da alta rotatividade da equipe, dificultando o desenvolvimento e a consolidação da formação da equipe docente, isso devido às seleções, contratos temporários e decisivamente a falta de atrativos, já que há mais dedicação e cobrança para atuar nas EEEP´s sem uma contrapartida para isso.

Nos itens a seguir, apresentamos os resultados das escolas relativos às avaliações externas (Spaece e ENEM), colocação e desempenho no campo de estágio e inserção dos jovens no mercado de trabalho e em cursos de nível superior.

1.10 – Desempenho Acadêmico em Avaliações Externas

A avaliação externa em larga escala a cada dia vem conquistando uma posição de destaque no cenário educacional brasileiro, e no estado do Ceará não tem sido diferente.

Avaliações em larga escala têm como propósito avaliar o desempenho de alunos em diversas faixas de escolarização por meio de testes de proficiência. Além do desempenho dos alunos, esses testes podem ter outros objetivos, como o Exame Nacional de Ensino Médio, cujos resultados são utilizados como critério de certificação e acesso a universidades públicas e privadas em todo o país.

No estado do Ceará, duas avaliações em larga escala vêm contribuindo para difundir nas escolas da rede pública a compreensão da avaliação enquanto instrumento capaz de subsidiar a formulação de políticas públicas ou monitorar a

sua eficácia, fornecendo ao gestor, elementos importantes na tomada de decisões no âmbito estadual, municipal e até mesmo escolar.

Nesse tópico, trataremos de duas avaliações em larga escala aplicadas no estado do Ceará: O ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio e o Spaece – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica.

1.10.1 – Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM)

As escolas estaduais de educação profissional têm entre seus objetivos a formação de técnicos de nível médio visando suprir as demandas do mercado, oferecendo aos jovens oportunidades de melhores remunerações. Além desse objetivo, a oferta na modalidade integrada também visa à preparação dos jovens para a continuidade de seus estudos em níveis superiores.

A utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como mecanismo de ingresso em grande parte das universidades públicas e privadas, e os vestibulares tradicionais, tem levado as escolas profissionais a adotarem estratégias voltadas a possibilitar aos estudantes melhores chances de acesso aos estudos em instituições de ensino superior.

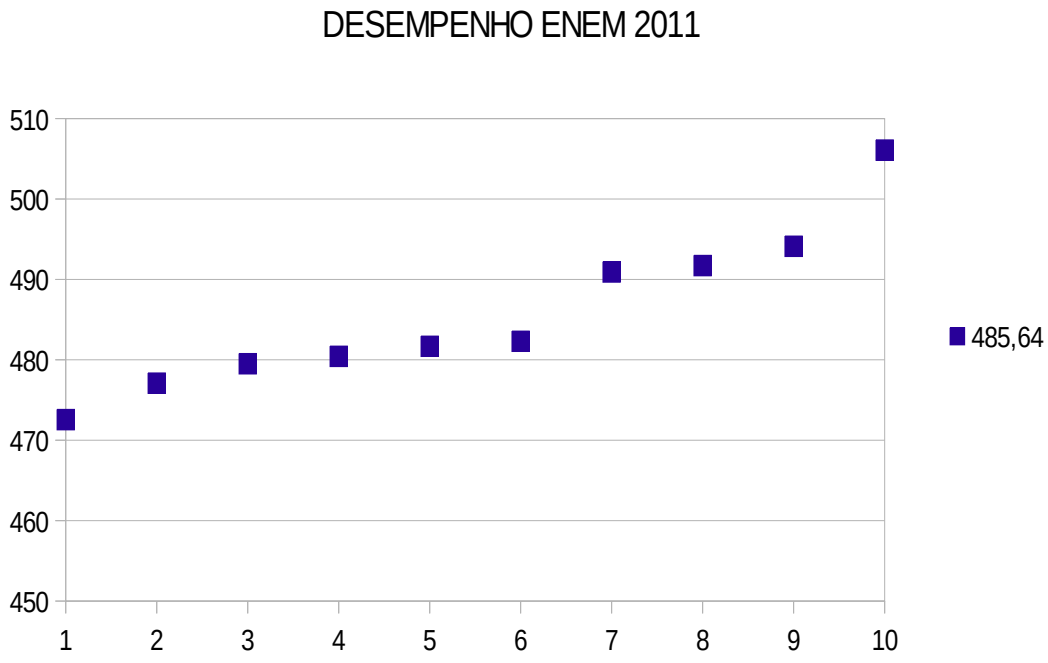
Além disso, o ENEM também se caracteriza como ferramenta de autoavaliação, possibilitando ao aluno avaliar seu nível de conhecimento nas três áreas do conhecimento abrangidas pelo exame, ou seja, Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Humanas e Linguagens e Códigos.

A Secretaria de Educação do estado do Ceará estimula e apoia a participação dos do ensino médio no exame, desenvolvendo uma série de ações nesse sentido, tais como a oferta de materiais didáticos específicos, aulas durante finais de semana, palestras motivacionais e um portal para a realização de exames simulados.

Vale ainda destacar que nos dias em que ocorrem os testes, denominado no âmbito da Seduc como “Dia E”, a Secretaria distribui aos alunos inscritos uma *kit* composto por camiseta identificadora, duas canetas transparentes, garrafinha para água, lanche e vale-transporte para os dois dias de prova.

No gráfico a seguir, o desempenho das dez escolas participantes da pesquisa e a média geral no ENEM 2011:

Gráfico 8 – Desempenho das EEEP´s – ENEM 2011



Fonte: INEP

.

Relativamente aos resultados obtidos pelos alunos da rede pública estadual no ENEM 2011, o IPECE realizou um estudo acerca do desempenho das escolas estaduais do Ceará no ENEM, e segundo o mesmo:

> a média das escolas estaduais profissionalizantes (480.8) permitiria que o Ceará ocupasse a 8ª posição na classificação geral de 2011, além de estar acima da média nacional (476.6). Por outro lado, nesse mesmo ano, considerando-se apenas as escolas estaduais não profissionalizantes, a média do Ceará cairia para 442.5, e deixaria o estado na penúltima posição da classificação geral, à frente somente do Maranhão.
> O substancial aumento da participação de estudantes de escolas públicas de ensino médio não profissionalizante no ENEM, de 4,72% para 7.60%, pode ter contribuído para essa queda na média, visto que o ENEM é um exame não obrigatório e o maior uso de sua nota como critério de admissão nas universidades públicas pode incentivar uma maior participação não somente de estudantes de alto rendimento, bem como estudantes de baixo rendimento. (Publicações Ipece: Informe 54, fevereiro/2013)

Ainda segundo o relatório em pauta, é de grande relevância o fato de 33 escolas profissionais estarem entre as 50 melhores médias estaduais obtidas no ENEM, demonstrando que os investimentos realizados têm apresentado um retorno impactante na formação dos jovens e resultados obtidos.

Para a edição de 2013, 185 escolas no estado tiveram 100% de seus alunos de primeiro e segundo anos inscritos no ENEM. Destas, 86 são escolas profissionais. O total de inscritos nas escolas da rede estadual superou a casa de 192.000 alunos

1.10.2– Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE).

A Secretaria de Educação do Estado do Ceará promove anualmente a sua própria avaliação em larga escala, o SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação Básica do Ceará), instituído em 1992 e expandido a partir de 2007 de modo a abranger a avaliação da alfabetização - Spaece-Alfa (2º ano), o Ensino Fundamental (5º e 9º anos) e Ensino Médio (1a, 2a e 3a séries).

O Spaece é realizado anualmente, e de acordo com a Secretaria de Educação do Ceará, tem por objetivo "fornecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais, além de apresentar aos professores, dirigentes escolares e gestores um quadro da situação da Educação Básica da Rede Pública de ensino".

Segundo a secretaria de educação, em informações constantes de seu *site*[10], as informações obtidas a partir dos resultados dos alunos na avaliação permitem, além do diagnóstico acerca dos pontos fortes e fracos relacionados à aprendizagem dos alunos, realizar um acompanhamento do progresso individual ao longo dos anos.

Os resultados obtidos pelas escolas no SPAECE têm consequências diretas tanto para as instituições escolares, quanto para os alunos. Com base na Lei 14.190[11], que cria o Programa Aprender Pra Valer, a Secretaria institui o Prêmio

[10] http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/avaliacao-educacional/62-avaliacao-educacional/spaece/5174-resultado-ensino-medio

[11] LEI N° 14.190, de 30.07.08 (Diário Oficial de 31.07.08). Cria o Programa Aprender Pra Valer que visa desenvolver ações estratégicas complementares para o fortalecimento da aprendizagem dos alunos do ensino médio e sua articulação com a educação profissional e tecnológica

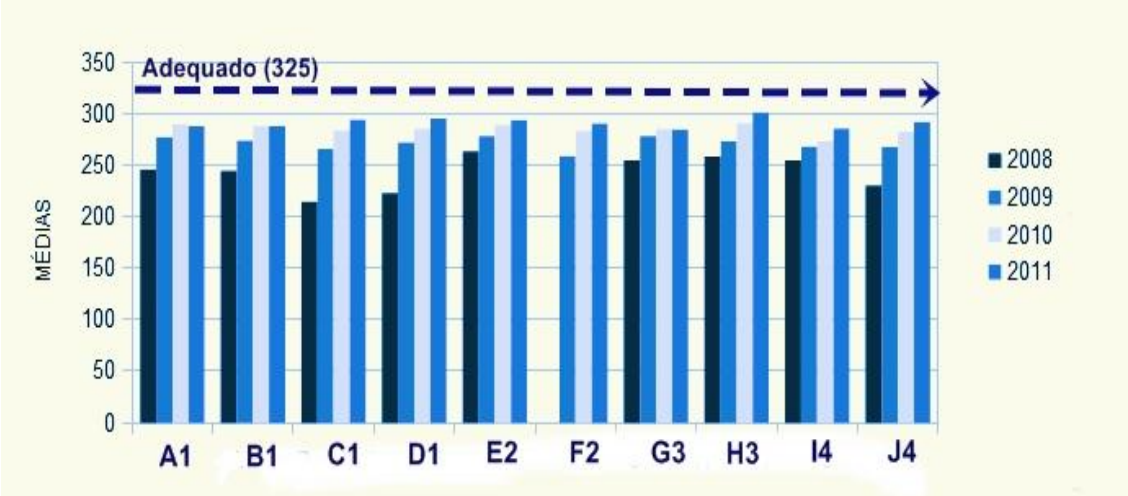
Aprender pra Valer, que consiste em premiar escolas que consegue atingir um determinado índice de crescimento em seu desempenho global em relação ao ano anterior. Aos servidores das escolas premiadas é destinada uma bonificação que varia entre 70 a 100% do salário individual de cada servidor lotado na instituição, independente de sua condição de efetivo ou temporário, excluídos apenas os profissionais da base técnica.

Também há uma premiação destinada aos alunos do ensino médio, constituída de um computador (ou *notebook*) a todos aqueles que atingem nas duas disciplinas do exame (português e matemática), o nível “Adequado” de proficiência, correspondente a obtenção de 325 pontos em português e 350 em matemática, em uma escala que vai de 0 a 500 pontos.

Em 2008, ano da primeira edição do prêmio, 813 alunos foram agraciados com computadores. No ano seguinte, 3.033 estudantes conquistaram a premiação, que em 2010 atingiu 4.320 jovens. A edição de 2011, beneficiou um total de 6.107 estudantes que receberam notebooks. A relevante participação dos alunos nesse exame, que nas escolas profissionais atinge praticamente 100% dos alunos matriculados, transforma-o em excelente ferramenta de avaliação da eficácia escolar nas respectivas áreas do conhecimento.

No gráfico a seguir, estão representadas as médias das notas obtidas pelos alunos do terceiro ano do ensino médio das dez escolas pesquisadas, nas disciplinas de português e matemática, em avaliações do Spaece realizadas entre os anos de 2008 a 2011.

Gráfico 9: Médias de Desempenho Spaece - Língua Portuguesa



Fonte: Seduc/Coave (2012) / Elaboração da Autora

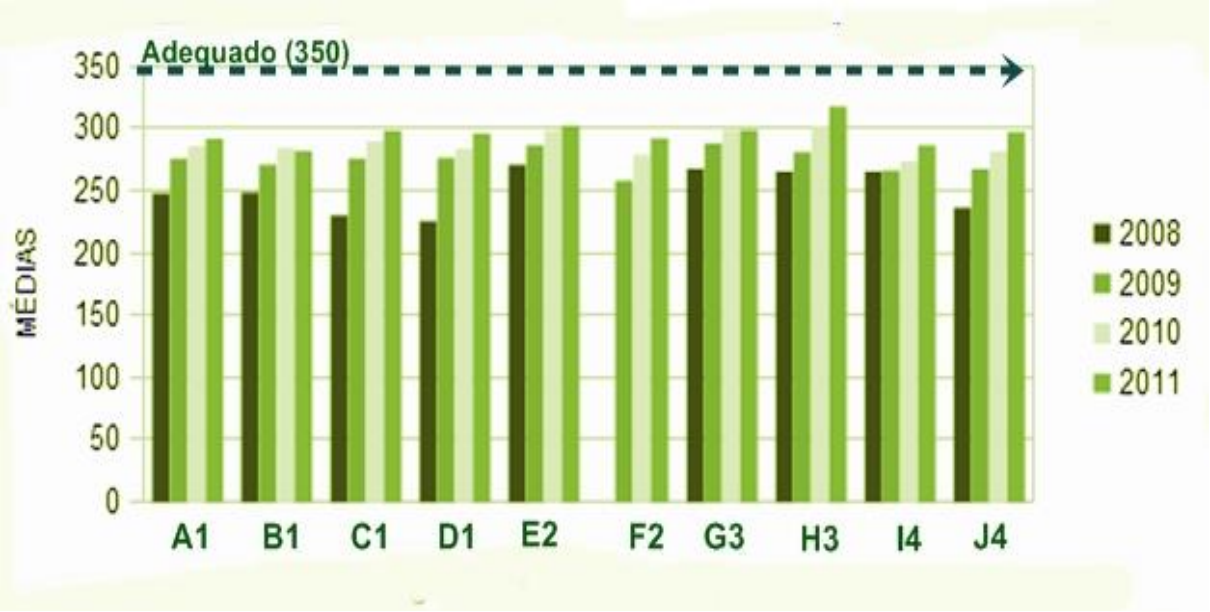
Tendência semelhante é verificada nos resultados em matemática, conforme pode ser observado na representação a seguir, inclusive no que diz respeito às escolas com maior crescimento.

É importante salientar que as escolas C, D, F, H e J passaram à condição de escolas profissionais somente no ano de 2009, e assim, as médias dessas escolas no ano de 2008 são referentes ao período em que funcionavam como escolas regulares.

Ressalte-se que, enquanto para a disciplina língua portuguesa o padrão inicial de desempenho inicia aos 325 pontos, para matemática esse padrão tem início aos 350 pontos, de modo que nenhuma das escolas pesquisadas atinge o padrão “Adequado”, de desempenho, permanecendo todas elas, no ano de 2011, no padrão “Intermediário” de desempenho nas duas disciplinas.

Gráfico 10: Médias de Desempenho Spaece

Matemática

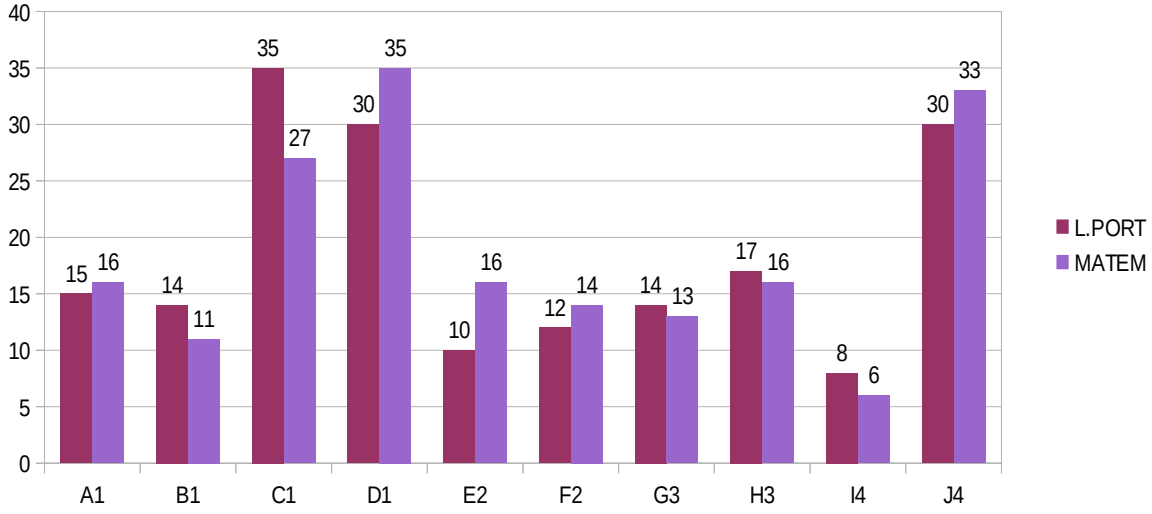


Fonte: Seduc / Coave (2012)

Apesar de apresentarem um resultado crescente, o simples conhecimento das médias escolares não é suficiente para avaliarmos os resultados obtidos pelas escolas profissionais do ponto de vista da aprendizagem como um todo. Para tanto, é fundamental a análise dos padrões de desempenho de cada escola/turma: Muito crítico, crítico, intermediário ou adequado.

O gráfico 11 busca demonstrar a comparação do crescimento das médias das duas disciplinas - língua portuguesa e matemática, no período de 2008 a 2011, com a escola C1 apresentando a maior média de crescimento em língua portuguesa (35%) e a escola DI em matemática (35%). A escola I4, localizada em município de pequeno porte foi a que apresentou menor taxa de crescimento nas duas disciplinas.

Gráfico 11: Evolução das Médias Spaece
Português e Matemática (2008-2011)



Fonte: Seduc/Coave/ Elaboração da Autora

Apesar de apresentarem um resultado crescente, o simples conhecimento das médias escolares não é suficiente para avaliarmos os resultados obtidos pelas escolas profissionais do ponto de vista da aprendizagem como um todo.

Para tanto, é fundamental a análise dos padrões de desempenho de cada escola/turma: Muito crítico, crítico, intermediário ou adequado.

O ideal é que os padrões de desempenho sejam analisados pelas escolas levando em consideração o desempenho de cada turma, em cada série, ao longo de um ciclo, conforme quadro 6

:

Quadro 6: Proficiência Ao Longo De Um Ciclo

Turma X – Escola C1

PROFICIÊNCIA	1° ANO		2° ANO		3° ANO	
%	POR	MAT	POR	MAT	POR	MAT
MUITO CRÍTICO	15	21,5	3,7	22,5	-	20
CRÍTICO	19	29	9,3	18,5	23	36
INTERMEDIÁRIO	62	42,5	69,5	41,5	53,5	25,5
ADEQUADO	4	7	17,5	17,5	23,5	18,5

Fonte: Escola C1 / Elaboração própria

A partir da análise do Quadro 8, é possível afirmar com muito maior precisão, a evolução de uma turma no decorrer dos três anos do ensino médio.

Vê-se por exemplo que em língua portuguesa, o percentual de alunos com padrão de desempenho[3] “muito crítico” no primeiro ano, decresceu de 15% para zero no terceiro ano, ao passo que o percentual de alunos em nível “adequado”, cresceu de 4 para 23,5%., indicando uma queda nos dois piores níveis e melhoria global da turma nessa área.

Em matemática, a redução na faixa “muito crítico” não foi tão representativa, e embora o número de alunos da faixa “adequado” tenha crescido de 7 para 18,5%, verifica-se um aumento de alunos na faixa “crítico” e redução na faixa “intermediário”, significando que ocorreu uma migração de pequena parte dos alunos da faixa “intermediário” para “avançado” mas uma migração maior ainda desses alunos para a faixa “crítico”, que praticamente dobrou do 2° para o 3° ano, indicando uma queda de desempenho nos níveis intermediário e adequado no final do terceiro ano.

Ainda que os números apresentados nos Gráficos 8, 9 e 10 se constituam apenas um recorte da realidade, já que limitados a apenas 10 das 51 escolas profissionais em atividade em 2009, o crescimento da participação e a melhoria no desempenho do SPAECE verificados no período de 2008 a 2011, embora não sejam suficientes para uma generalização, representam uma sinalização positiva do trabalho pedagógico que vem sendo desenvolvido nas escolas profissionais,

Entre gestores e professores das escolas pesquisadas a realização das avaliações externas recebe atenção especial. No que se referem ao Spaece, as inscrições são realizadas automaticamente através do SIGE, pela própria escola.

Além disso, seis das dez escolas pesquisadas realizam algum tipo de preparação prévia, como oficinas e “aulões” [12]

Em relação ao ENEM, as escolas disponibilizam computadores com acesso à internet para garantir a inscrição de 100% dos alunos matriculados no segundo e terceiro anos, assim como os alunos egressos, aos quais são disponibilizadas as mesmas facilidades.

Perguntados sobre atividades desenvolvidas rotineiramente na escola, em um item onde apenas uma opção poderia ser selecionado, 6 dos 8 diretores de turma responderam da seguinte forma:

> **2.2. A Escola, rotineiramente...**
>
> (**3**) A. Acompanha as taxas de aprovação e desempenho dos alunos para avaliar o processo educacional da proposta pedagógica e gestão escolar.
> (**3**) E. Estimula a realização de atividades extras visando melhoria dos resultados de avaliação e classificação das escolas em função desses resultados.

Coordenadores de curso também responderam a um item, onde poderiam assinalar até 3 opções, e curiosamente “preparação para o ENEM” foi mais bem escolhida por 6 respondentes, à frente de “Proporcionar formação técnica de qualidade”, o que de certa forma é incoerente com o próprio objetivo da escola, ou seja, a formação técnica visando o mundo do trabalho:

> **3. O ponto de excelência da escola, é: (Selecione até 3 opções):**
>
> (6) Preparar o aluno para o ENEM visando ensino superior
> (5) O estágio curricular obrigatório.
> (4) Proporcionar formação técnica de qualidade

Durante a realização das entrevistas e também em conversas informais, foi possível perceber haver por parte de professores, gestores, a concepção de que o ENEM se configura em uma oportunidade de ascensão para os alunos das escolas profissionais, a despeito de os mesmos virem a ser certificados como técnicos, haja

[12] Aulas de revisão realizadas, de participação voluntária tanto para alunos quanto para professores, que ocorrem normalmente aos sábados, domingos e até mesmo à noite podendo agrupar alunos de várias escolas

vista a seleção das universidades federais no estado do Ceará ocorrer de forma exclusiva através do ENEM.

A seguir, apresentamos os resultados relativos a uma das etapas finais vivenciadas pelos alunos nas escolas profissionais, a qual é aguardada pelos mesmos com muita ansiedade e euforia: O estágio curricular obrigatório, o momento de colocar em prática, no mundo real, aquilo que experimentaram no contexto da escola.

1.11- Estágio Curricular Obrigatório

O estágio curricular obrigatório é um momento de extrema relevância na formação dos alunos das escolas profissionais. É o momento de culminância de uma trajetória de mais de 30 meses, a partir do qual o aluno estará efetivamente inserido no mundo do trabalho.

Em todos os cursos técnicos de nível médio ofertados nas escolas estaduais de educação profissional o estágio curricular é obrigatório e regido nos termos da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, conforme estabelece em seus Artigos 1° e 2°:

> Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.
> § 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.
> § 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.
> Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.
> § 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

Para que esta etapa aconteça de maneira adequada, algumas ações precisam precedê-la. Aproximadamente três meses antes do período que será iniciado o estágio, são contratados Orientadores de Estágio, os quais terão, nesta

fase, a responsabilidade de contatar empresas do segmento correspondente à sua área de atuação, visando à captação de vagas.

O Orientador de Estágio, ou OE, é um profissional contratado por meio de seleção pública promovida pelo CENTEC, com carga horária de 20 horas semanais, com graduação na área específica do curso técnico junto ao qual irá atuar, ou graduação em área afim, com especialização na área específica.

Para a captação de vagas de estágio, as escolas costumam promover um evento para o qual são convidadas as empresas, futuras concedentes, onde são apresentados os cursos, suas características, os conteúdos estudados e práticas desenvolvidas pelos futuros estagiários e, especialmente, o Termo de Compromisso, documento que pautará as relações entre o Concedente (empresa), Estagiário (ou seu responsável legal, quando menor) e a Escola.

Cumpridas as formalidades de preparação da documentação dos alunos (CPF, RG e cartão de abertura de conta bancária), o Termo de Compromisso é emitido e assinado pelas partes envolvidas, ou seja, a empresa, a escola, o aluno ou seu representante legal, se menor, e o aluno está apto a começar a cumprir sua carga horária nas instalações da empresa.

A carga horária total do estágio varia de acordo com o curso, podendo ser de 400 ou 600 horas para os cursos do eixo de saúde. A carga horária diária a ser cumprida pelo estagiário não poderá ultrapassar 4 horas, tendo em vista que os mesmos ainda frequentam meio período de aulas diariamente.

Durante o período em que frequenta o estágio, o aluno tem como obrigação assinar diariamente sua frequência para efeito de registro das horas e também para que possa fazer jus ao recebimento da bolsa-estágio, equivalente a meio salário mínimo, além do seguro de vida em grupo, que oferece cobertura de 24 horas por dia enquanto perdurar o estágio.

Cada Orientador de Estágio acompanha até 20 alunos, exceto os orientadores do curso de Enfermagem, que atendem cinco alunos em função de peculiaridades do estágio desse curso. Semanalmente, o orientador de estágio visita as empresas concedentes objetivando contatar o supervisor do estagiário na empresa, visando assegurar o bom andamento do estágio e a aprendizagem prática do estagiário. Na ocorrência de qualquer incompatibilidade entre estagiário e empresa concedente é possível haver troca de estagiário ou remanejamento do estagiário para outra empresa[5].

Também cabe ao orientador de estágio preparar os relatórios de atividades do estagiário e encaminhá-los à Secretaria de Educação, assim como acompanhar o desempenho e frequência dos mesmos, a fim de que o estágio não se estenda além do prazo necessário.

O Orientador de Estágio exerce uma função de extrema importância no processo de preparação da transição do estudante do ambiente escolar para o ambiente laboral e se constitui em importante elo entre a escola e a concedente do estágio

De um modo geral as escolas não encontram dificuldades para a colocação de todos os seus alunos em campo de estágio, especialmente em função de as empresas concedentes não terem responsabilidade por qualquer desembolso ou encargo financeiro, visto o governo estadual assumir todos os custos relativos ao estágio (bolsa-estágio, alimentação, transporte, seguro de vida e equipamentos de proteção, quando necessários).

Em 2011 a Secretaria de Educação realizou uma pesquisa entre as empresas concedentes de estágio objetivando avaliar os alunos quanto às habilidades e competências apresentadas durante o período de estágio, verificar a satisfação da empresa concedente e identificar possíveis falhas no processo de aprendizagem para futuras intervenções.

As empresas concedentes responderam à pesquisa através de um instrumental[13] que entre outras questões, buscava identificar a percepção das mesmas acerca de habilidades e competências do estagiário, o nível de satisfação com o estagiário e sua intenção de voltar a receber estagiários no ano seguinte.

Dos 6.170 estagiários em campo de estágio, referentes às 51 escolas com turmas concludentes em 2011, 4379 alunos de 11 cursos foram avaliados por 1024 concedentes em aspectos relacionados às habilidades e competências.

A Secretaria de Educação do estado do Ceará, através da Coordenadoria da Educação Profissional (COEDP), elaborou um portfólio baseado em pesquisa de satisfação das concedentes, no qual afirma:

> Na totalidade a amostra apresentou um percentual de 97% de intenção de receber novos alunos no ano de

[13] As empresas concedentes de estágio reponderam questionário acerca das habilidades e competências dos estagiários e outras questões relacionadas ao programa. O questionário encontra-se anexado ao presente trabalho.

> 2012. Observando por curso, o percentual é superior a 92%, sendo que o mais baixo foi Segurança do trabalho. Nos cursos de estética e eventos a aceitação chegou a 100%.(SEDUC/COEDP, 2011. p.11)

A seguir, apresentamos quadro com descrição das competências e habilidades incluídas no formulário de pesquisa das empresas concedentes, e respectivas notas atribuídas pelas mesmas.

Quadro 7 – Habilidades e Competências de Estagiários

Avaliação das Empresas Concedentes – 2011

Código	Descrição	Avaliação
HC01	O estagiário cumpre os prazos definidos para cada atividade	93,3
HC02	O estagiário tem facilidade de comunicação oral e escrita	87,2
HC03	Capacidade de trabalho em equipe	92,6
HC04	Interesse no desenvolvimento pessoal	88,7
HC05	Capacidade de planejamento e organização do próprio trabalho	88
HC06	Utilização adequada do material e equipamentos de trabalho	94
HC07	O estagiário demonstra iniciativa e interesse em aprender atividades novas	87,9
HC08	O estagiário é pontual	92,3
HC09	O estagiário é assíduo	92,4
HC10	A apresentação pessoal do estagiário é adequada ao ambiente de trabalho	97,1
HC11	O comportamento do estagiário é adequado ao ambiente de trabalho	94

Fonte: Seduc/Coedp (2011)

Dentre as dez escolas pesquisadas neste trabalho, seis participaram da avaliação das concedentes de estágio, com um total de 758 estagiários avaliados. A média dos resultados das dez escolas atingiu o patamar de 91% de respostas positivas em relação às habilidades e competências dos estagiários.

As avaliações variaram de 87,2% a 96,6% de opiniões positivas, sendo a comunicação oral e escrita aquela com menor índice de avaliação positiva e a apresentação pessoal a melhor avaliada, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 8: Média de Avaliações Positivas Obtidas pelas Escolas Pesquisadas

Habilidade / Competência	%	Habilidade / Competência	%
HC01	92,7	**HC07**	87,6
HC02	87,2	**HC08**	91,8
HC03	92,5	**HC09**	91,8
HC04	88,1	**HC10**	96,6
HC05	87,6	**HC11**	93,6
HC06	93,8	**-**	

Fonte: Seduc/Coedp (2011)

Em relação às questões complementares, também inseridas no questionário, entre 92 e 97% dos respondentes concordaram que os cursos oferecidos, no que se refere a competências e habilidades, favorecem a inserção do aluno no mercado de trabalho. Entre os cursos avaliados, o que obteve menor percentual de concordância foi o curso de “Eventos”.

Quando perguntadas sobre a intenção de voltar a receber estagiários no ano seguinte, entre 92 e 100% sinalizaram afirmativamente, tendo o curso de “Segurança do Trabalho” obtido o menor percentual de intenções, enquanto cursos como Estética e Meio Ambiente receberam 100% de sinalizações positivas.

Na amostra geral referente à atuação do Orientador de Estágio, 98,8% das concedentes avaliaram o trabalho dos profissionais positivamente. Os cursos de agroindústria, edificações, enfermagem, meio ambiente e turismo, receberam 100% de avaliações positivas enquanto o curso de Turismo apresentou o menor percentual, com 92%.

A realização da pesquisa foi considerada importante por 100% dos gestores entrevistados, que a percebem como ferramenta de detecção de pontos fracos e fortes, contribuindo assim para o aprimoramento dos aspectos trabalhados nos cursos, conforme opinam duas gestoras, de município de pequeno porte e da RMF.

> A gente tinha certa apreensão desse período (do estágio), porque a gente não tinha certeza se os meninos dariam conta do recado direitinho, né? Quando saiu a pesquisa (o resultado), foi um alívio danado perceber que estava dando certo, que funcionava, que o trabalho era bem aceito e que muitos meninos iam ser contratados. (Gestora escola J4)
> Os estagiários de um de nossos cursos não foram tão bem avaliados quanto os demais, mas não foi uma surpresa porque a gente já percebia algumas falhas durante o processo. A pesquisa veio confirmar coisas que a gente já falava com os alunos, com os professores técnicos e até com a Seduc. (Gestora escola F2)

De um modo geral, os entrevistados concordam que o estágio contribui de forma indiscutível para o amadurecimento do aluno e mudança comportamental, ressaltando, contudo, que há necessidade de acompanhamento contínuo, pois a maior parte deles tem menos de 18 anos e alguns necessitam de um pouco mais de tempo para se adaptarem à nova realidade, conforme depoimento de aluno e a fala de um gestor:

> No estágio aprendi não somente assuntos relacionados à profissão. Aprendi também a ser cidadão. Amadureci de uma forma tão rápida que jamais pensei que aconteceria dessa maneira comigo. Cada vez mais me apeguei com as responsabilidades da vida. Posso afirmar que contribuiu bastante para a formação do meu caráter. (Roosevelt Alef, aluno egresso - Fortaleza)

> É muito interessante perceber como eles passam a compreender certos aspectos que antes do estágio eles criticavam, como o cuidado com o uniforme, evitar o uso de gírias, escutar o outro e até o jeito de se comportar no refeitório...(Gestor da escola F2)

Alguns aspectos do processo de estágio receberam críticas de gestores, como a elaboração do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), cuja realização e apresentação a uma banca é obrigatória e a construção do Diário de Bordo, documento que deve ser construído pelo estagiário a partir de sua experiência durante o estágio.

> Observamos que é preciso ficar mais próximo e envolver mais o coordenador do curso do Orientador de Estágio, principalmente no acompanhamento dos diários de bordo

> e TCC. Os meninos por vezes deixam pra fazer o trabalho de última hora, e se não tiverem feito um bom diário de bordo, muitas experiências deixam de ser relatadas.(Gestor de escola G3)

Diante dos resultados obtidos na pesquisa e também das informações coletadas a partir das falas dos gestores, conclui-se que o estágio se configura em uma fase de fundamental importância para a consolidação do processo de formação dos técnicos de nível médio, que certamente poderá contribuir de modo efetivo para o sucesso da próxima fase que os aguarda: O mercado de trabalho.

1.12 – Inserção no Mercado de Trabalho e Nível Superior

Concluído o processo de formação dos alunos no ensino médio técnico, após a finalização do o estágio curricular obrigatório, é quando de fato podemos avaliar a eficácia do programa. É um momento que se caracteriza pela ansiedade de praticamente todos os atores envolvidos no processo: alunos, pais, professores, e gestores aguardam os resultados decorrentes do trabalho executado.

Para a Secretaria de Educação também é momento de avaliar o retorno dos investimentos realizados para a manutenção do programa, inclusive do ponto de vista da conveniência de manutenção de cursos ou da necessidade de permuta de algum deles.

É importante ressaltar que ao mencionarmos investimentos, não nos referimos exclusivamente a recursos financeiros. Durante todo o período em que os cursos são desenvolvidos, a Secretaria de Educação desenvolve articulações com diversos setores produtivos e instituições públicas tais como Federações, Sindicatos, universidades e outros, no sentido de firmar parcerias visando o fortalecimento e consolidação do programa, ações que demandam habilidade e energia.

Dentre as parcerias mais representativas, destacam-se as realizadas com a Companhia Docas do Ceará, Sindicato do Comércio de Peças e Serviços Para Veículos Automotores (Sincopeças), Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Sindicato das Indústrias Químicas (Sindiquimica), Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras), Universidade

Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Centro Universitário Christus e diversas empresas ligadas às Câmaras Setoriais com agenda estratégica de reuniões com o Governo do Estado, nas quais a Secretaria de Educação possui assento.

Dentre as ações decorrentes das parcerias, destaca-se a contribuição de instituições na formatação dos cursos ofertados, na abertura de suas instalações para o recebimento dos alunos em visitas técnicas, realização de cursos, palestras e recebimento dos mesmos para o cumprimento do estágio curricular obrigatório.

Os dados que apresentamos a seguir são referentes à inserção em universidades públicas e privadas e no mercado de trabalho referentes ao ano de 2011, relativamente às turmas das escolas de 2008 e 2009. Cabe esclarecer que os resultados apresentados neste trabalho foram coletados entre janeiro e dezembro de 2012, já que o ano letivo de 2011 nas escolas de Fortaleza, em função principalmente de uma greve de professores ocorrida entre agosto a outubro de 2011, só foi encerrado em março de 2012, e mesmo concluído o ano letivo, alunos dos cursos com estágio de maior duração só concluíram seus estágios em maio de 2012.

Feitas essas observações, apresentamos a seguir, o quadro que é um demonstrativo dos níveis de inserção em universidades e no mercado de trabalho dos alunos das dez escolas pesquisadas.

QUADRO 09: Inserção Total por EEEP

Escola / Ano	Inserção Universidade	Inserção Mercado
A1 / 2008	8,40%	10,10%
B1 / 2008	19,2%	16,70%
C1/ 2009	21,40%	55,10%
D1 / 2009	21,70%	17,40%
E2 / 2008	27,40%	18,90%
F 2/ 2009	14,90%	31,70%
G 3/ 2008	41,10%	31,80%
H 3/ 2009	38,80%	28,60%
I4 / 2008	33,60%	30,10%
J 4/ 2009	23,15%	13,3%

Fonte: Escolas

Ao observarmos no quadro o nível de empregabilidade dos alunos concludentes, percebe-se que, de um modo geral, este nível é maior nas escolas localizadas no interior, representadas por escolas do tipo “3” e uma das escolas do tipo “4”, assim como a inserção em estudos superiores.

Esses índices, contudo, precisam ser analisadas com maior critério, levando-se em consideração aspectos como cursos oferecidos, número de instituições de ensino superior existentes no município e a relação número de vagas/candidatos, etc. Ressalte-se que os dados demonstrados representam a média composta a partir dos resultados de todos os cursos oferecidos nas escolas, havendo diferenças significativas quando os cursos são analisados separadamente.

A escola J4, por exemplo, que obteve níveis abaixo da média de empregabilidade entre as escolas pesquisadas, oferece três cursos técnicos, entre eles, Informática, onde o percentual de empregabilidade atinge 27,5%, ao passo que no curso de menor empregabilidade o percentual atinge apenas 5,9%, influenciando negativamente o índice geral da escola.

Os resultados apresentados por curso, poderão vir a ser utilizados como critério de continuidade na oferta do mesmo em determinada escola, ressaltando-se que um mesmo curso pode apresentar desempenhos muito diferentes dependendo da localização na qual esteja sendo ofertado.

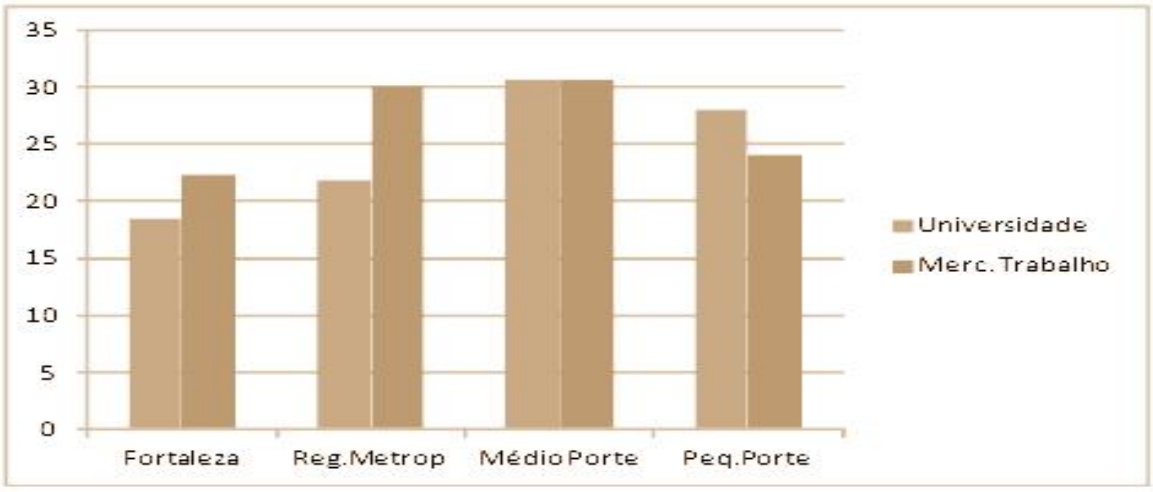
Exemplo disso é o curso de Informática, que oferecido em quase todas as escolas e em municípios de diferentes características socioeconômicas, apresenta um índice de empregabilidade variando entre 6% e 63,9% entre as escolas com turmas concludentes em 2011.

Dentre as escolas pesquisadas com oferta do curso de Informática, encontramos níveis de inserção variando de 22 a 48%. É importante que se investigue que fatores contribuem para a ocorrência de tais variações.

A seguir, apresentamos o resultado global das escolas dos anos de 2008 e 2009, por porte do município no qual estão localizadas (capital, região metropolitana, municípios de pequeno e médio porte).

É curioso perceber que ao compararmos o universo das escolas dos anos de 2008 e 2009, agrupadas por tipo, os municípios da Região Metropolitana e de pequeno e médio porte apresentam índice de empregabilidade maior que Fortaleza, assim como os níveis de inserção em universidades.

Gráfico 12– Inserção Total - Por Localização



Fonte: Seduc / Escolas (2011)

Não podemos contudo esquecer o fato de que em muitos desses municípios, especialmente naqueles de pequeno porte, as escolas profissionais são as únicas instituições a formar mão de obra especializada de nível técnico, ao passo que em Fortaleza, técnicos egressos das escolas estaduais de educação profissional sofrem uma concorrência significativa com egressos de outras instituições, tanto públicas quanto privadas.

De igual modo, a relação número de vagas em cursos superiores/ número de candidatos é extremamente alta em Fortaleza, fato que possivelmente influencie um índice menor de inserção no ensino superior na capital, aspecto predominante nos cursos das escolas de Fortaleza, embora haja exceções, conforme demonstrado no quadro a seguir, que apresenta os índices de inserção no mercado de trabalho e universidade, por curso ofertado nos anos de 2008 e 2009, em todo o estado.

Demonstraremos a seguir a inserção em nível superior e mercado de trabalho por curso pesquisado. Conforme representação gráfica a seguir, [e possível constatar que dentre os cursos com turmas concluindo em 2011, o curso de Enfermagem apresenta a maior amplitude relativamente à empregabilidade, com a maior diferença percentual entre os cursos ofertados, enquanto o curso de Estética é o que apresenta a menor amplitude.

Quadro 10 - Inserção Universidade / Mercado de Trabalho
Por Curso com Oferta em 2008 e 2009

CURSO[14]	UNIVERSIDADE		MERC. TRABALHO	
	Menor	Maior	Menor	Maior
AGROINDÚSTRIA	12,1%	37,5%	9,1%	41,2%
AQUICULTURA	-	26,2%	-	45,2%
COMÉRCIO	9,8%	48,7%	14,7%	52,4%
EDIFICAÇÕES	8,5%	17,9%	15,8%	50%
ENFERMAGEM	6,1%	65%	3,0%	40,9%
ESTÉTICA	6,7%	44,4%	23,3%	33,3%
FINANÇAS	10,8%	100%	11,1%	64,7%
INFORMÁTICA	3,4%	70,6%	7%	63,4%
MASSOTERAPIA	-	28,6%	-	61,9%
MEIO AMBIENTE	2,8%	15,8%	5,9%	11,1%
PRODUÇÃO DE MODA	-	6,5%	-	25,8%
SEG. DO TRABALHO	3,6%	44,4%	7,1%	28,6%
TURISMO	2,4%	55%	6,9%	66,7

Fonte: Seduc/Coedp (2011)

No que se refere à inserção no ensino superior, são os cursos de Turismo e Edificações que apresentam respectivamente a maior e menor amplitude. Em termos absolutos, o curso de Turismo e Meio Ambiente apresentam os maiores e menores índices de empregabilidade, enquanto Finanças e Turismo apresentam respectivamente a maior e menor inserção no ensino superior.

Apesar de resultados negativos quando comparados aos demais cursos, Meio Ambiente permanece em oferta em duas das três escolas nas quais havia oferta em 2009 e teve oferta ampliada em três novas escolas em 2013, ao passo que o curso Guia de Turismo, a despeito do maior índice de empregabilidade entre os cursos com turmas concluintes em 2011, teve sua oferta substituída pelos cursos de

[14] Os cursos Aquicultura, Massoterapia e Produção de Moda foram oferecidos em apenas uma escola, sendo o primeiro no interior e os dois últimos em Fortaleza.

Hospedagem e Eventos nos anos seguintes, e sua oferta atualmente está restrita a três escolas, sendo uma em Fortaleza e duas no interior do estado.

Por outro lado, o curso de Massoterapia, com a maior inserção no mercado entre os cursos ofertados, teve sua oferta ampliada em quatro novas unidades escolares no ano seguinte, o que demonstra a influência dos resultados sobre as decisões em relação à continuidade, ampliação ou redução na oferta dos cursos.

Um último aspecto na apresentação dos resultados diz respeito aos percentuais de inserção dos cursos observados nas dez escolas pesquisadas.

Quadro 11 – Inserção Universidade / Mercado de Trabalho
Por curso em EEEP pesquisada

Curso	Ensino Superior	Mercado de Trabalho	Curso	Ensino Superior	Mercado de Trabalho
Enfermagem 1	11,1%	8,3%	Edificações 2	17,9%	50,0%
Enfermagem 2	36,8%	13,2%	Massoterapia	28,6%	61,9%
Informática 1	6,9%	24,1%	Seg. Trabalho	11,9%	7,1%
Informática 2	26,8%	25,8%	Turismo	10,8%	32,4%
Edificações 1	8,8%	15,8%	Meio Ambiente	15,8%	5,3%

Fonte: Seduc/Escolas (2011)

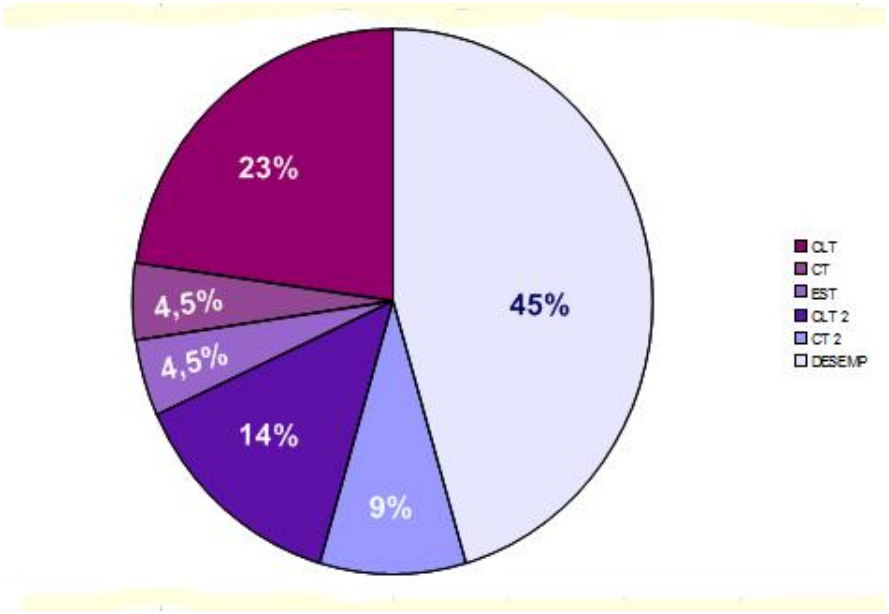
Cabe ressaltar que em decorrência da oferta do curso de Informática em todas as 51 escolas de 2008 e 2009 e de Enfermagem em 44 dessas escolas, optamos por avaliar os resultados de ambos em pelo menos duas escolas de diferentes classificações quanto ao porte do município onde se localizam, conforme demonstrado no quadro 11

O primeiro aspecto que chama a atenção é o baixo percentual de inserção em universidades em cursos ofertados em Fortaleza e Região Metropolitana, excetuando-se o curso de Massoterapia, com inserção de 28,6%.

Também se destaca negativamente, a inserção no mercado de trabalho dos alunos oriundos dos cursos de Enfermagem, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente de escolas localizadas respectivamente em Fortaleza, Região Metropolitana e município de pequeno porte, com índices de 8,3%, 7,1% e 5,3% de inserção.

Nos questionários aplicados junto ao grupo de alunos, algumas questões foram direcionadas aos egressos, abordando aspectos da empregabilidade:

Gráfico 13 - Situação de Egressos quanto a Empregabilidade[15]



Fonte: Questionários Alunos/Egressos

.

Dos 22 egressos que participaram da pesquisa, 10 não trabalham (45%) e 12 estão trabalhando (55%), dos quais 7 realizam atividades na área do curso que concluíram, sendo 5 contratados em regime CLT (23%), 1 através de contrato temporário (4,5%) e 1 como estagiário (4,5%) Dos 5 que trabalham em outra área de atividade, 2 (9%) têm carteira assinada (CLT), e 3 (14%) trabalham em regime de contrato temporário.

Perguntados também acerca do nível de satisfação, 4 se afirmaram satisfeitos, 6 como razoavelmente satisfeitos e 2 se declararam insatisfeitos.

No que se refere à continuidade de estudos, foram respondidas questões sobre a intenção de continuar os estudos e em que área e sobre o tipo de graduação pretendida.

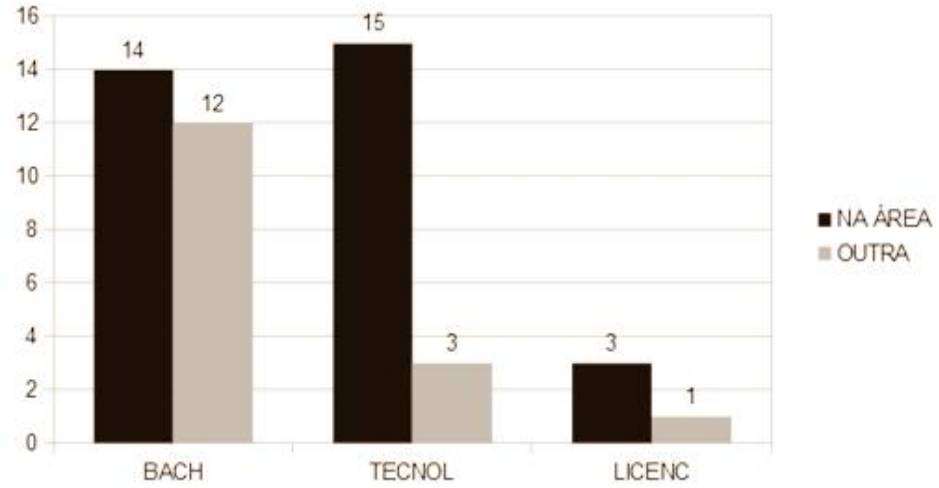
Dos 22 alunos egressos respondentes, 8 já se encontravam cursando faculdade, dos quais 3 em cursos tecnológicos e 5 bacharelados. Dos alunos de cursos tecnológicos, todos estavam na mesma área do curso técnico. Entre os

[15] CLT/ CT / EST – Alunos em atividade na área do curso, contratados pelo regime da CLT, contrato temporário e estágio.
CLT 2 / CT 2- Alunos em atividade fora da área do curso que concluíram
DESEMP – Alunos não inseridos no mercado de trabalho

alunos de bacharelado, 2 estavam em cursos da mesma área e 3 de áreas diferentes. Dos 8 egressos cursando nível superior, 4 também já estavam no mercado de trabalho.

O grupo de 52 alunos ainda não ingressos em cursos de nível superior (38 ainda cursando o ensino médio e 14 egressos), 48 responderam da seguinte forma:

Gráfico 14 – Interesse na Continuidade De Estudos



Fonte: Questionários de Alunos

Do grupo de 60 alunos, 4 afirmaram não desejar ingressar em curso superior no momento, preferindo investir em capacitações visando o mercado de trabalho.

Os momentos compartilhados com a comunidade escolar, contribuíram para uma melhor compreensão das informações obtidas através dos meios formais, como documentos internos, questionários e entrevistas, possibilitando a percepção das diferenças existentes relacionadas a comportamentos, formas de tratamento, expectativas em relação ao futuro, e identificação com o projeto de educação profissional, o que certamente será de utilidade na concepção do Plano de Ação Educacional, o qual, apesar de dirigido às escolas de um modo geral, não poderá desconsiderar algumas especificidades

2. ENTRE OS MUROS DAS ESCOLAS

> "a educação é uma obra que não termina nunca. E não chega a ser perfeita só porque isso desejem os governantes" (Lourenço Filho)

Independente do nível em que atuem, não resta dúvida que existe uma significativa correlação entre infraestrutura, conteúdo curricular, pessoal qualificado e a qualidade de ensino oferecido em instituições educacionais.

Nesse sentido, a construção do conhecimento se constitui em produto final de qualquer comunidade aprendente, sendo elemento indispensável para a formação de cidadãos capazes de atuar pessoal e profissionalmente de forma ética, crítica e sinérgica , visando a superação dos obstáculos presentes nos mais diversos campos da atuação humana. Para Luckesi,

> […] necessitamos estar atentos aos processos, para que sejam consistentes em nível de produção dos resultados que desejamos e ansiamos; e, necessitamos estar atentos ao produto como parâmetro para o dimensionamento e controle de nossas ações. Os resultados não nascem espontaneamente; necessitam de ação consistente para serem produzidos (LUCKESI, 2006, p.20, 21)'.

Tendo as escolas profissionais a responsabilidade de fornecer as condições necessárias ao bom desenvolvimento dos processos escolares de modo a oferecer uma formação profissional com conteúdos e processos pedagógicos eficientes, é essencial estarmos atentos aos fenômenos que permeiam a dinâmica dessas unidades escolares, acompanhando, monitorando e avaliando sua aplicação, desenvolvimento e resultados.

Há pouco mais de quatro anos, o Ceará possuía somente 28 escolas com oferta de educação profissional, sendo 4 federais, 2 estaduais e 22 privadas, correspondendo a 8.855 matriculas, das quais apenas 239 em nível estadual.

Em 2013, apenas na rede de estadual de educação profissional, 97 escolas de educação profissional registram a matrícula de mais de 30.000 alunos no ensino

técnico de nível médio, distribuídos em 53 cursos ofertados. É uma mudança gigantesca para um período de tempo tão curto.

Instaladas em municípios desenvolvidos, como Fortaleza, a municípios com o menor padrão de desenvolvimento social no estado, como o município de Pereiro, é de fundamental importância uma avaliação consistente acerca das condições presentes nas escolas e a viabilidade de cumprimento dos objetivos e missão propostos pelo programa:

> As Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP tem como missão integrar a formação escolar de nível médio com uma habilitação profissional técnica através de educação acadêmica de excelência, formação para o mundo do trabalho e práticas e vivências em protagonismo juvenil. (SEDUC, 2008, Documento Base da Educação Profissional)

No capítulo anterior apresentamos metodologia, procedimentos e instrumentos utilizados durante a pesquisa de campo e descrevemos os ambientes nos quais a mesma foi desenvolvida, destacando as características da população e amostra, os resultados encontrados a partir da análise dos instrumentos coletados e as percepções obtidas a partir da fala e da interação com os sujeitos participantes da pesquisa.

Além disso, descreve-se a realidade nas escolas frente às condições operacionais relacionadas aos processos didático-pedagógicos, estrutura física, recursos humanos e resultados apresentados ao final de um ciclo completo de funcionamento, correspondente à conclusão do terceiro ano de turmas iniciadas nos anos de 2008 e 2009 das escolas pesquisadas.

Neste capítulo, analisamos os dados obtidos a partir da pesquisa realizada. Entre os aspectos observados, destacamos aqueles que apresentaram avaliações mais baixas por parte dos sujeitos da pesquisa, e foram alvos de reclamações durante os contatos mais informais.

Organizamos os aspectos em grupos temáticos, o que possibilita uma análise mais ampla assim como a abordagem de desdobramentos porventura presentes. São as seguintes as categorias a serem analisadas no presente capítulo: Percursos discentes onde são discutidos aspectos relacionados às práticas de profissionais da área técnica e base comum; Infraestrutura existente nas escolas; Processos

Pedagógicos de maior relevância ; e os Níveis de Resultados apresentados pelas escolas pesquisadas..

2.1 – Percursos Discentes

O percurso traçado pelos jovens do ensino médio em uma escola profissional envolve incontáveis trajetos, dentre os quais selecionamos três que se interligam e são determinantes de muitos outros: Acesso ou matrícula, abandono e desempenho.

Ao efetuar matrícula em uma escola, o estudante certamente tem em mente a conclusão do ciclo de estudos, mas entre os momentos da matrícula e conclusão, uma série de fenômenos, tanto referentes a fatores internos quanto externos à escola, definem até onde e de que forma se dará esse percurso.

Da pesquisa realizada obtivemos que 37% dos alunos escolhem a escola profissional em decorrência da oferta do curso técnico com o qual apresentam afinidade; Por outro lado, 63% são motivados por outros fatores: 30% pela proximidade da residência, 23% pela indicação de amigos ou parentes e 10% com base nos resultados da escola. Os números acima nos levam a deduzir que a oferta de formação profissionalizante não é fator preponderante na escolha.

Obviamente os dados apresentados representam apenas uma pequena fatia da educação profissional, mas é evidente que o processo de acesso aos cursos técnicos precisa ser avaliado com mais cuidado, pois *a priori* já aponta para possibilidades de desconexão entre os estudantes e a modalidade (profissionalizante).

O acesso às vagas das escolas profissionais ocorre por meio de seleção baseada em análise de histórico ou boletim escolar. Esse fator, a despeito de eventuais desvios do processo relacionados a desempenhos registrados em boletins e não confirmados após a matrícula, contribui para que o perfil do aluno das escolas profissionais seja constituído por alunos com desempenho superior ao que ocorreria sem a análise de desempenho prévio.

Esse fato contudo, não assegura a permanência posterior do aluno. Nem todos os jovens precisam ou desejam frequentar uma escola profissionalizante. É

necessário que se adotem mecanismos que possam reduzir o abandono por razões como falta de identificação com o curso, por exemplo.

Para tanto, faz-se necessário um trabalho com o possível futuro aluno das escolas profissionais, ou seja, o aluno dos anos finais do ensino fundamental.

Durante a realização da pesquisa tivemos acesso a documentação institucional onde são registrados pelos pais ou pelos próprios alunos, quando maiores de 18 anos, as justificativas para a solicitação de transferência.

Como já demonstrado anteriormente, parte desses motivos estão ligados a fatores externos como residência distante da escola e necessidade de contribuir financeiramente para o sustento familiar ou o seu próprio. Também há menções a fatores internos como a não adaptação ao horário integral, falta de identificação com o curso escolhido e dificuldades de aprendizagem relacionadas às disciplinas técnicas.

Entre 2008 e 2011, 4.762 jovens deixaram as escolas profissionais. Em um paralelo com os números relacionados a abandono obtidos nas escolas participantes da pesquisa de campo, equivaleria a concluir que 953 jovens, ou 20%, deixaram a escola por dificuldades de aprendizagem em disciplinas técnicas e outros 762, ou 16%, em função da distância entre a escola e a residência.

De acordo com dados das escolas pesquisadas, o principal motivo para o abandono nas escolas profissionais dá-se em função de dificuldades de adaptação. Mas o que realmente significa dificuldade de adaptação?

É um motivo bastante amplo que deixa margem para o levantamento de hipóteses, às quais não nos propusemos neste trabalho, mas com a experiência de doze anos em sala de aula do ensino médio, é possível afirmar que “falta de adaptação” pode ser traduzida por notas baixas, pela perspectiva de uma reprovação iminente, por dificuldades financeiras, e outras, especialmente quando o motivo é alegado por 28% do total apurado a partir dos dados levantados nas escolas pesquisadas.

Para Cunha (1997), residem nos fatores internos as principais causas do fracasso escolar, neste incluída a evasão, a qual traz embutida a responsabilização do aluno pelo seu fracasso.

De fato, quando observamos os motivos alegados para a saída dos alunos da escola profissional, encontramos 61% dos motivos diretamente ligados a fatores internos: Adaptação (28%), dificuldades com disciplinas técnicas (20%) e falta de

identificação com o curso (13%). A necessidade de trabalhar (14%) e outros motivos (9%), compõem o rol dos motivos de evasão nas escolas de educação profissional.

É interessante observar que de apesar disso, o aluno imputa a si mesmo a responsabilidade pelo "fracasso". É ele quem não se adapta, que tem dificuldades de aprendizagem, que não se identifica com o curso, que mora longe, que precisa trabalhar.

Isso não significa contudo, que o aluno não perceba as deficiências do processo pedagógico. Ao ser provocado a avaliar professores, manifesta discordância em relação à didática docente, expressa haver apoio insuficiente aos alunos com dificuldade e que as avaliações não apresentam variedade ou critérios claro.

Ao analisarmos o fator externo de maior relevância, a questão da localização enquanto motivo para deixar a escola, percebemos haver em um mesmo sistema, dois pesos e duas medidas. 16% dos alunos afirmam a saída da escola em função da distância entre a mesma e a residência, que em outras palavras pode também significar dificuldades financeiras relacionadas ao custo com transporte, ao passo que alunos da mesma rede não sofrem os efeitos dessa circunstância.

O transporte escolar é um direito assegurado ao aluno, de acordo com o Inciso VII, do Art. 10 da LDB. Alunos de cursos técnicos dos Institutos Federais de Educação, têm direito a bolsa auxílio, alunos residentes em áreas rurais têm acesso ao transporte escolar via PNTE (Programa Nacional do Transporte Escolar); e mesmo alunos do ensino superior recebem apoio financeiro no sentido de viabilizar sua permanência na instituição, conforme Decreto 7234/2010, cujos artigos transcrevemos a seguir:

> Art.1º–O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.
> Art.2º - São objetivos do PNAES:
> I–democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
> II- minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
> III- reduzir as taxas de retenção e evasão; e
> IV- contribuir para a promoção da inclusão social pela educação .

É fato conhecido por todos que a questão da mobilidade se constitui um dos grandes desafios para trabalhadores e estudantes que necessitam utilizar transporte público, tanto pela questão da estrutura quanto pelo aspecto financeiro. É necessário que se criem mecanismos capazes de minimizar estas dificuldades também para alunos do ensino médio.

Paralelamente, no âmbito das escolas, é urgente a criação de mecanismos de acompanhamento da aprendizagem do aluno. No capítulo I falamos sobre o desempenho das escolas profissionais no Spaece, e o quanto os resultados do exame tem se mostrado superior ao de escolas regulares. Esse é um fato inegável, entretanto, não significa que a aprendizagem esteja ocorrendo em nível satisfatório.

Dados do Spaece 2012 revelam que o nível de proficiência demonstrado no exame ainda está longe de atingir a faixa superior dos padrões, mesmo quando nos referimos às escolas profissionais.

Em 2012, alunos de 92 escolas profissionais realizaram as provas, com índices de participação acima de 80%. Dentre as 92 escolas, apenas duas escolas atingem uma média que lhes coloca na faixa de desempenho considerado adequado. As médias das escolas profissionais variam de 258,7 a 344,5.

A média das escolas pesquisadas, calculadas com base no desempenho das duas disciplinas (português e matemática), coloca todas elas na faixa de desempenho intermediário, lembrando contudo que esses números referem-se à média de toda a escola, havendo uma parcela significativa de alunos nas faixas de desempenho crítico e muito crítico.

Na tabela abaixo, uma breve comparação entre as médias das escolas pesquisadas, a média geral das EEEP´s e a média do estado do Ceará.

Quadro 12 – Médias Spaece 2012

A1	B1	C1	D1	E2	F2	G3	H3	I4	J4	EEEP	CE
293,2	290,16	300,1	296,6	303,1	301,1	301,3	311,7	289,4	300,7	295,5	250.5

Fonte: Escolas/Elaboração do autor

Também em relação ao IDEB, a despeito de melhor desempenho no Nordeste, e superação da meta nacional no ensino fundamental, no ensino médio o

desempenho ainda apresenta níveis muito baixos. Na tabela abaixo, a evolução do índice a partir de 2005 e metas até 2013.

Tabela 6 – Crescimento Ideb

	2005	2007	2009	2011	2013
Ideb Ce	3	3,1	3,4	3,4	
Meta		3	3,1	3,2	3,5

Fonte:MEC/ Portal Ideb

O que se pretende demonstrar nesse momento, é que três processos indissociáveis são fundamentais para a sustentabilidade de uma escola: Acesso, permanência e desempenho.

Primeiro é necessário que haja alunos interessados em estudar na instituição, e no caso das EEEP´S, que tal interesse mantenha uma relação significativa com a profissionalização. Em seguida, é fundamental que a aprendizagem deficiente não se constitua entrave para o acesso ou razão para o abandono, e finalmente, é necessário que as condições oferecidas sejam suficientes para garantir a aprendizagem do aluno.

Atingir o patamar de uma educação de qualidade, formadora e transformadora, exige condições mínimas, essenciais para que ocorra. Segundo Moran (2000) existem três variáveis, das quais duas estão diretamente relacionadas com o educador:

> Uma organização inovadora, aberta, dinâmica, com um projeto pedagógico coerente, aberto, participativo; com infraestrutura adequada, atualizada confortável; com tecnologias acessíveis, rápidas e renovadas. Uma organização que congregue docentes bem preparados intelectual, emocional, comunicacional e eticamente; bem remunerados, motivados e com boas condições profissionais, e onde haja circunstâncias favoráveis a uma relação efetiva com os alunos que facilite conhecê-los, acompanhá-los, orientá-los. (MORAN, 2000, p. 14).

No caso das escolas profissionais, no que se refere a acesso, é fundamental democratizá-lo a partir de ações que, se não garantam, ao menos reduzam a

matrícula de alunos que não apresentam afinidade com o ensino profissionalizante, e ao mesmo tempo não exclua alunos vocacionados em função de desempenho no ensino fundamental.

Embora a educação pública tenha como pressuposto básico a oferta de oportunidades iguais a todos os educandos, é sabido que a qualidade da educação oferecida não é a mesma em todas as escolas, seja por sua localização, por vezes exposta a fatores como violência, tráfico e outros, seja pela própria infraestrutura percebida pelas famílias e estudantes, o que termina por criar uma certa hierarquia de qualidade entre as escolas.

No que se refere a desempenho, é necessário o acompanhamento mais de perto, o envolvimento da família no processo de formação dos jovens, e neste sentido, o projeto diretor de turma tem se mostrado uma ferramenta de extrema importância na efetivação dessas conexões, entretanto, é necessário oferecer ao profissional, condições que permitam um trabalho de maior efetividade.

As ações desenvolvidas no sentido de modificar o acesso e monitorar os processos de aprendizagem por si só, já podem representar melhorias na permanência do aluno, contribuindo assim para os níveis de abandono, contudo é necessário oferecer ao aluno da educação profissional, condições equânimes às recebidas por alunos de outros níveis de ensino, anteriormente mencionadas.

Falar em qualidade, em equidade, em permanência e conclusão no âmbito da escola pública, passa necessariamente pela questão dos investimentos realizados na educação. Nesse ponto, é de fundamental importância a articulação da política educacional com outras políticas sociais relacionadas à cultura, saúde, assistência social e geração de renda.

De pouco adianta a construção de prédios escolares se a estes não estiverem associados aspectos como a permanência e bom desempenho dos alunos,que por sua vez estão relacionados com a manutenção das condições necessárias para tal, tais como a existência de materiais didáticos, suporte ao estudante de baixa renda, programas de monitoramento da aprendizagem, valorização do magistério, investimentos em tecnologia e outros.

No item a seguir discutiremos aspectos relacionados à infraestrutura das escolas profissionais, um dos aspectos mais citados pelos respondentes de questionários e entrevistas.

2.2 Infraestrutura

Diversas são as ciências a afirmar que o ambiente e os elementos que o compõem exercem influência sobre aqueles que os habitam ou nele interagem, e não seria diferente no campo da educação. Independente do nível de ensino, a aprendizagem é processo envolvido em complexidades, e uma das condições para que ocorra é a existência de ambiente que a favoreça.

No Ceará, temos três padrões de escolas profissionais: escolas adaptadas, ou seja, escolas cujos prédios são mais antigos e já funcionavam anteriormente como escolas regulares; escolas padrão “liceu”, com instalações e arquitetura mais favoráveis que as adaptadas e as e escolas padrão MEC (Figuras 3, 4 e 5)

Uma simples observação da visão geral dos prédios, permite perceber com clareza a diferença entre os padrões dos três tipos de escolas profissionais. Desde a arquitetura à preocupação com aspectos relacionados ao embelezamento, localização de salas, laboratórios e parte administrativa, à existência de outros espaços de convivência (auditório, estacionamento, refeitório, etc), nos leva à conclusão que nas escolas adaptadas e padrão liceu, há mais dificuldades para o desenvolvimento de atividades ao longo de dez horas diárias.

Não por acaso, três aspectos relacionados à estrutura se destacaram negativamente durante a realização da pesquisa de campo: Precariedade ou falta de laboratórios técnicos, aquisição de materiais de consumo para a realização de práticas e acervo técnico.

Apesar de adaptadas, as escolas apresentam condições razoáveis relativamente a espaços de convivência, salas de aula e ambientes de apoio pedagógico como biblioteca, sala de vídeo, laboratório de Ciências e Laboratório educativo de Informática.

Em duas escolas localizadas em Fortaleza e em uma localizada na região metropolitana, há dificuldades relacionadas a espaço físico inclusive para a instalação de laboratórios e refeitórios, assim como fornecimento de água e energia elétrica. Percebe-se claramente que as edificações não são ideais para a oferta de ensino técnico em horário integral, quando alunos, professores e funcionários permanecem durante 10 horas diárias.

Para tais escolas é importante avaliar a quantidade e natureza dos cursos ofertados, já que existem cursos que necessitam de uma infraestrutura complexa para laboratórios e outros que podem funcionar a contento com uma infraestrutura mais básica.

Complementarmente, a situação de falta ou inadequação de laboratórios técnicos pode ser minimizada com o estabelecimento de parcerias institucionais, mediante convênio ou contratação para a realização de atividades de caráter prático.

O estabelecimento de parcerias é uma alternativa válida e até desejável em situações que ocorram de modo eventual visando o aprofundamento das práticas relativas às disciplinas da base técnica, entretanto a sua utilização deve ocorrer de maneira planejada, e não por medida de contingência. Situações dessa natureza contribuem para o desestímulo de alunos, insegurança de professores e perda de credibilidade junto a parceiros, podendo inclusive acarretar prejuízos por ocasião da captação de estágios ou empregabilidade.

Nesse sentido, o Ministério da Educação, no documento base para a educação técnica de nível médio integrada ao ensino médio, prevê que os sistemas e instituições ao elaborarem o projeto político-pedagógico do ensino médio integrado à educação profissional, deverão

> Considerar as necessidades materiais dos estudantes, bem como proporcionar condições didático-pedagógicas às escolas e aos professores. Os sistemas e as instituições não podem estar alheios às necessidades materiais para levar adiante um processo educacional dessa natureza. Por exemplo, as necessidades dos alunos para cumprir a jornada de estudos, em termos de locomoção, de alimentação, de renda mínima para se manter e manter-se na escola; segundo, a existência de instalações que ofereçam laboratórios, biblioteca, ateliês, espaços de lazer, oficinas onde aprender a teoria e a prática das disciplinas e dos projetos em curso. (BRASIL, 1997)

No que se refere à aquisição de materiais de consumo, a Secretaria de Educação vem realizando levantamento das necessidades de todos os cursos visando estabelecer um padrão de repasse financeiro às escolas, de acordo com os cursos oferecidos.

De igual modo, nos últimos meses professores técnicos têm encaminhado à Secretaria de Educação sugestões de títulos ´para a composição de acervo técnico.

Por outro lado, as próprias escolas podem contribuir para minimizar o problema de acervos reduzidos através de ações junto a organizações locais como universidades, empresas, sindicatos e conselhos de classe, visando possibilitar a consulta ou empréstimo de publicações técnicas pelos alunos.

A problemática relacionada à infraestrutura das escolas é conhecida pela Secretaria de Educação, órgão que coordena a sua oferta. Atualmente são 97 escolas profissionais em funcionamento, das quais 47 adaptadas.

Para a manutenção e expansão da educação profissional no estado do Ceará, a Secretaria de Educação conta com recursos federais captados através do Programa Brasil Profissionalizado, utilizados na construção e reforma de escolas; aquisição de mobiliários e equipamentos escolares, implantação de laboratórios técnicos e acervos técnicos.

O governo do estado também é responsável pelo aporte de recursos envolvidos em processos de construção e reforma de escolas, laboratórios técnicos, aquisição de equipamentos e mobiliários, além da contratação de professores, pagamentos relativos à bolsa estágio, alimentação e fardamento.

Apesar de não termos tido acesso ao volume total de investimentos utilizados na implantação das escolas, é fato que a sua rápida expansão acarretou consequências relacionadas à execução das etapas planejadas, ocasionando as situações relatadas e observadas durante a pesquisa de campo no que diz respeito à infraestrutura básica das escolas pesquisadas, todas elas adaptadas ou padrão Liceu.

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), realizou em 2012, um estudo acerca dos investimentos do estado no período de 2007 a 2010, em áreas de maior representatividade, seja pelo montante de investimentos ou por sua relevância social. Os dados foram obtidos a partir do Sistema de Monitoramento de Ações e Programas Prioritários (MAPP) do Governo do Estado, nas áreas de Saúde, Educação, Segurança Pública e Infraestrutura.

O estudo revela que no período pesquisado, o estado investiu R$ 493,8 milhões, dos quais R$ 309,9 foram destinados à educação profissional. O montante, oriundo de diversas fontes de financiamento, equivale a 10,7% do total de investimentos nas quatro áreas selecionadas, que por sua vez representam 66,1% do total dos investimentos totais do estado.

Nessa perspectiva, um aspecto que preocupa é a questão da manutenção das escolas profissionais, cujos recursos são oriundos de rendas próprias e repasse de recursos provenientes do Fundeb, disputando os recursos, já insuficientes, com outras modalidades e graus de ensino.

Uma alternativa que vem sendo articulada desde 2003, é a criação de um fundo destinado ao desenvolvimento da educação profissional (Fundep), cujo Projeto de Lei n° 274/2003, tramita no Congresso Nacional.

Pela proposta, os recursos do Fundep podem ser aplicados na construção, ampliação e reforma de edificações de escolas profissionais, aquisição de equipamentos técnico-pedagógicos e de gestão; na aquisição de materiais didáticos; na capacitação de docentes e pessoal técnico-administrativo e na prestação de serviços de consultoria para a realização de estudos nas áreas técnico-pedagógica, de gestão e industrial.

A aprovação do Fundep viria assim, trazer maior equilíbrio perante a escassez de investimentos destinados à manutenção de escolas profissionais, reduzindo dificuldades provenientes de instalações físicas inadequadas ou em funcionamento apenas parcial, aquisição de equipamentos e materiais didáticos e formação de pessoal.

2.3 – Processos Pedagógicos

As escolas profissionais apresentam como diferencial em relação às demais escolas da rede estadual, a proposta de um currículo do ensino médio integrado à área técnica, e funcionamento em horário integral.

O modelo de gestão adotado nas escolas profissionais tem sua base no documento intitulado TESE (Tecnologia Empresarial Socioeducacional). A TESE constitui-se em um instrumento de apoio à gestão editado pelo Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação – ICE.

O modelo foi utilizado inicialmente nos Centros de Ensino Experimental de Pernambuco e a partir de 2004 no Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano, em Recife. Sua concepção agrega conceitos e princípios relativos

às aprendizagens previstas no Relatório de Jacques Delors, Os pilares do conhecimento: Aprender a Conhecer, a Fazer, a Conviver e a Ser.

A TESE tem como princípios fundamentais: educação de qualidade, geração de resultados e formação de um ciclo virtuoso, que visa a realimentação de todo o processo. Esses princípios visam nortear as ações rotineiras de um ambiente escolar a partir da descentralização dos processos, isto é, partilha e responsabilização do poder decisório, da delegação planejada e da educação pelo exemplo, através da denominada pedagogia da presença[16].

A delegação planejada é o princípio que pressupõe a criação de espaços para o surgimento de novas lideranças, e a aplicação da ferramenta gerencial conhecida como Ciclo PDCA (*Plan/Do/Check/Act),* como método de gestão que objetiva o controle dos processos em suas etapas de planejamento, execução, avaliação e ajuste.

Esses princípios e conceitos são trabalhados com todos os profissionais das escolas profissionais durante formações realizadas normalmente no início de cada ano letivo, e devem ser suporte para a elaboração de Programas de Ação individuais e do Plano de Ação da escola.

Os programas de ação e o plano de ação são os documentos que definem objetivos, prioridades, resultados esperados (metas), estratégias a utilizar e os indicadores, através dos quais é possível verificar o atingimento dos objetivos em cada uma das premissas ou áreas previstas na TESE.

As premissas ou áreas englobam as seguintes temáticas: Protagonismo Juvenil, Formação Continuada, Corresponsabilidade, Atitude Empresarial e Replicabilidade, elementos que deverão constituir também o Projeto Político-Pedagógico das EEEP´s.

Na área de protagonismo juvenil, são definidas ações que, segundo Magalhães (2008, p.22), " visam formar o jovem por meio de práticas e vivências, na escola e na comunidade", levando-o atuar como parte da solução, e não como parte do problema, pelo exercício sistemático da cidadania ativa, construtiva, criativa e solidária.

[16] Para Antonio Carlos Gomes da Costa, a pedagogia da presença representa um passo na direção do grande esforço, que se faz necessário, para a melhoria da qualidade da relação estabelecida entre educador e educando, tendo como base a influência construtiva, criativa e solidária favorável ao desenvolvimento pessoal e social das crianças, adolescentes e jovens.

Por Formação Continuada, compreende-se a busca contínua pela aprendizagem, visando a melhoria dos processos em nível pessoal e coletivo, enquanto a Corresponsabilidade pressupõe a responsabilização coletiva pelo andamento dos processos conforme planejado,envolvendo todos os atores participantes do processo educativo – gestores, professores, funcionários, pais e alunos.

Na visão da TESE, Atitude Empresarial implica a compreensão da necessidade de se focar nos objetivos e resultados pactuados pela escola, enquanto a Replicabilidade prevê a socialização de experiências exitosas em ambientes similares.

Afora as peculiaridades decorrentes da aplicação da TESE enquanto modelo de gestão, e os aspectos específicos ao ensino médio integrado ao técnico, o Projeto Pedagógico das escolas profissionais não difere muito do de qualquer escola pública de ensino médio.

Sua construção deve ser pautada pela participação da comunidade escolar, e nele devem estar contempladas as crenças, valores e visão da comunidade escolar. A realidade, contudo, nem sempre permite que o processo ocorra dessa forma em todos itens que o compõem e por vezes se configura em processos consensuais, construídos a partir do trabalho prévio de membros da escola, e posteriormente acordado com os demais segmentos. Para Libâneo,

> A escola que consegue elaborar e executar, num trabalho cooperativo, seu projeto político-pedagógico dá mostras de maturidade de sua equipe, de bom desenvolvimento profissional de seus professores, da capacidade de liderança da direção e de envolvimento de toda comunidade escolar (p. 152-153).

O Projeto Pedagógico deve contemplar elementos capazes de fornecer uma identidade às unidades escolares, prevendo a inclusão de um histórico da escola, abrangendo informações contextuais relativas à sua localização, população, instituições no entorno, atividades produtivas, culturais e contexto social.

Deve ainda constar do documento, os marcos teórico e operacional, constituídos dos valores, missão e visão de futuro da instituição, descrição das estruturas física e administrativa, órgãos colegiados e a organização do trabalho pedagógico, em suas diversas frentes, tais como planejamento, organização

curricular, projetos de naturezas diversas, além dos instrumentos administrativo-pedagógicos tais como o plano de ação, guias de aprendizagem e calendário escolar, além da descrição dos processos ligados à aprendizagem tais como avaliação, recuperação paralela, recuperação final, dependência ou progressão parcial e reprovação. DEMO (1998) se refere assim a essa questão:

> Existindo projeto pedagógico próprio, torna-se bem mais fácil planejar o ano letivo ou rever e aperfeiçoar a oferta curricular, aprimorar expedientes avaliativos, demonstrando a capacidade de evolução positiva crescente. É possível lançar desafios estratégicos como: diminuir a repetência, introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa, experimentar didáticas alternativas, atingir posição de excelência (p. 248).

O Projeto Pedagógico é um importante instrumento auxiliar da gestão escolar, e a sua construção, uma oportunidade ímpar de oferecer à escola uma identidade própria, constituída de múltiplas opiniões, representando assim ,muito mais que o atendimento às formalidades burocráticas, mas a legítima expressão de visão, crença e valores dos que fazem a instituição. Para Freitas, o projeto pedagógico

> É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma, sob o olhar atento do poder público". (FREITAS et al., 2004, p. 69)

Nas escolas profissionais, raramente os professores da base técnica participam de sua formulação tanto em decorrência de sua admissão ocorrer em momento diverso dos demais professores, haja vista sua atuação só ocorrer a partir do segundo semestre do ano letivo, quanto em função de horário diferenciado, já que os demais professores são contratados em regime de 40 horas semanais, mas os técnicos podem ser contratado com carga horária menor, situação também aplicada aos orientadores de estágio. Nesse sentido afirma Veiga

> A importância do projeto político-pedagógico está no fato de que ele passa a ser a identidade da escola: define a direção, o rumo de suas ações. É uma ação intencional que deve refletir as opções e escolhas de caminhos e prioridades na formação do cidadão, como membro ativo e transformador da sociedade em que vive. É importante

> que o projeto político pedagógico seja entendido na sua globalidade, isto é, naquilo que diretamente contribui para os objetivos prioritários da escola, que são as atividades educacionais, e naquilo cuja contribuição é indireta, ou seja, as ações administrativas. É também um instrumento que identifica a escola como uma instituição social, voltada para a educação, portanto, com objetivos específicos para esse fim". (VEIGA, 2002, p. 13-14).

O distanciamento de professores da discussão do projeto político pedagógico e de outros processos coletivos que acontecem no ambiente escolar, compromete a definição do modelo de educação que se pretende oferecer, a compreensão acerca da intencionalidade da ação educativa e a unidade nas práticas diárias e o desenvolvimento de uma gestão participativa, conforme explicita Ferreira (2001, p. 307-308)

> A gestão democrática da educação constrói coletivamente, através da participação, a cidadania da escola de seus integrantes e de todos que nela, de alguma forma, participam, possibilitando, este aprendizado, o desenvolvimento de uma consciência de participação mais ampla no mundo.

O desconhecimento dos princípios de gestão previstos na TESE, a não participação da construção do projeto político-pedagógico e do plano de ação da escola ocasiona um certo desencontro entre os dois grupos docentes, apresentando-se os técnicos menos comprometidos com as concepções do projeto, por vezes até desconhecidas, conforme apurado através dos questionários aplicados junto a coordenadores de curso.

Essa condição produz um distanciamento entre as metodologias adotadas pelos dois grupos docentes, proporcionando visões diferentes acerca do processo pedagógico definido pela escola.

Nesse sentido, o projeto Diretor de Turma, implantado nas escolas desde 2008 a partir de parceria firmada entre a Associação Nacional de Política e Administração da Educação, Seção Ceará (ANPAE/CE) e a Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), pode vir a se constituir como elemento de promoção da integração entre as duas áreas.

Ancorado na figura de um professor de uma das disciplinas da base comum, identificado com os valores, missão e visão da escola, conduta pessoal coerente ao

discurso e características como responsabilidade, liderança, flexibilidade e grande capacidade de diálogo, a função do diretor de turma consiste do acompanhamento de uma turma, pela qual assumirá a responsabilidade durante os três anos do ensino médio, atuando como mediador dos fenômenos presentes à turma junto ao corpo docente, núcleo gestor e famílias dos alunos.

Dentre os fenômenos mencionados, estão incluídos tanto aspectos objetivos como assiduidade, pontualidade, desempenho acadêmico, quanto subjetivos, tais como comportamentos, valores e atitudes.

O exercício das atividades inerentes à função, é realizado em 5 horas semanais, das quais uma hora em sala de aula, onde leciona a disciplina Formação para a Cidadania, uma para acompanhamento de estudo orientado, uma hora para atendimento aos pais, professores ou núcleo gestor e duas horas para a construção de um dossiê da turma, constituído de informações específicas de cada aluno, tais como endereço, telefones de contato dos pais, estrutura familiar, dados médicos do aluno, e outros.

No ambiente de uma escola profissional, onde o aluno convive durante dez horas diárias com diferentes grupos sociais, nem sempre coesos ou afins, o papel do diretor de turma assume fundamental importância na construção de um clima escolar mais harmônico e tolerante.

Conhecendo cada aluno de forma detalhada, o diretor de turma é também interlocutor junto ao corpo docente, no esclarecimento das principais dificuldades identificadas nos alunos a partir de seu diagnóstico e diálogo com a família, além de chamar a atenção dos demais professores para capacidades, aptidões e vocações dos discentes, situações que podem ocorrer privativamente, quando o assunto assim exigir ou durante as reuniões do Conselho de Turma, que acontecem bimestralmente.

De um modo geral o diretor de turma exerce grande liderança junto á sua turma, podendo vir a atuar de forma mais próxima junto à equipe de professores da base técnica, contribuindo de maneira significativa para o alinhamento dos mesmos às concepções estabelecidas no projeto político-pedagógico da escola e demais instrumentos de gestão.

Não por acaso, todas essas questões estão intrinsecamente ligadas à concepção de ensino que se deseja, o que significa responder às perguntas: o quê, para quem e de que forma.

No projeto político-pedagógico, a variável “o quê” também é satisfatoriamente definida como a oferta de ensino médio profissionalizante na forma integrada. O “para quem” também se encontra-se bem definido: estudantes egressos do ensino fundamental, oriundos da rede pública ou privada, para a ocupação respectivamente de 80% e 20% das vagas disponibilizadas. A dificuldade surge quando se pergunta “como” ou de que forma se dará a integração prevista.

Do ponto de vista do marco legal, a resposta é simples. O Decreto 5.154/2004, posteriormente regulamentado pela Lei 11.741/2008, que altera dispositivos da LDB, normatiza a articulação da educação profissional com o ensino médio, mantendo a oferta dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes, previstos no Decreto nº 2.208/97, ao mesmo tempo em que o revoga, estabelece a modalidade integrada de educação profissional técnica de nível médio. A simplicidade termina neste ponto.

Em 2008, na fase de implantação das escolas profissionais a preocupação inicial da Secretaria de Educação foi oferecer aos novos gestores fundamentos teóricos capazes de contribuir para a gestão desse novo modelo de escola, o que foi feito através de formações acerca da TESE. Somente em 2010 foram publicados os Referenciais para a oferta do ensino médio integrado à educação profissional na rede estadual de ensino do Ceará.

O documento define os princípios que darão sustentação a ação educativa, que ocorrerá com base garantia da qualidade de ensino-aprendizagem, na ampliação das oportunidades oferecidas pela escola para apropriação do conhecimento historicamente produzido e na gestão compartilhada como processo de construção do Projeto Político Pedagógico da Escola.

No que se refere à integração curricular, o documento é bastante sucinto, limitando-se a fazer referência aos dispositivos legais que orientam seu funcionamento e a recomendação acerca da necessidade de observação dos objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Traz ainda o documento, uma breve menção à abordagem por competências, definindo a forma pela qual se dará o trabalho a ser desenvolvido:

> (...)o trabalho pedagógico rompe com o esquema do professor transmissor de conteúdos e do aluno receptor passivo e aponta para a necessidade de se aplicar metodologias de ensino que permitam a simulação ou

> realização de situações concretas de trabalho, propiciando a integração dos conhecimentos e o desenvolvimento de níveis de raciocínio mais complexos. (SEDUC, 2010)

Apesar de fazer referência a metodologias, o documento apenas apresenta uma lista de procedimentos didático-pedagógicos, os quais define como capazes de contribuir com as construções intelectuais do estudante, tais como a problematização do conhecimento, a criação de condições para que o aluno possa atuar como agente nos processos de ensino e aprendizagem, a adoção da pesquisa como princípio educativo e a articulação e integração dos conhecimentos de diferentes áreas sem sobreposição de saberes, etc.

O documento prossegue com orientação acerca da organização do trabalho escolar - tempo, horários, ambientes de aprendizagem, espaços e pessoas envolvidas, trazendo também uma definição acerca da avaliação, compreendida como:

> um processo contínuo e cumulativo, tendo as funções diagnóstica, formativa e somativa integrada ao processo ensino-aprendizagem, as quais devem ser utilizadas como princípios orientadores para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos estudantes. Igualmente, deve funcionar como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos (SEDUC, Coedp, 2010)

Percebe-se que os referenciais não se detêm na definição de sentidos ou concepções de currículo integrado, afirmando apenas que

> as práticas educativas previstas no currículo serão orientadas pelos princípios filosóficos, epistemológicos, pedagógicos e legais que subsidiam a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado definidos pelo MEC e pelo Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar (SEDUC, Coedp, 2010)

Um segundo documento norteador do currículo nas escolas profissionais são as Matrizes Curriculares do Ensino Médio Integrado. Implantadas em 2008, foram organizadas em três núcleos distintos: Base Comum, Educação Profissional e Parte Diversificada.

A carga horária total, de 5.400 horas, contempla cerca de 3.160 horas para a base comum, 1600 horas para a base técnica e 640 horas para a parte diversificada, podendo essa proporção ser alterada em função do curso ofertado. No quadro abaixo, reproduzimos resumidamente a matriz curricular do curso Técnico em Informática:

Quadro 13 – Modelo De Matriz Curricular

(Curso: Informática)

BASE COMUM + DIVERSIFICADA								**BASE TÉCNICA**	
LING CÓDIGOS		**CIÊNCIAS/MAT**		**HUMANAS**		**ATIV. COMPLEM.**			
DISC	**CH**	**DISC**	**CH**	**DISC**	**CH**	**DISC**	**CH**	**DISC**	**CH**
POR	360	MAT	420	HIS	240	H.ESTUDO	280	SEM 1	100
ARTES	40	BIO	240	GEO	240	PR.VIDA	240	SEM 2	260
ESP	120	FIS	240	FILO	120	TPV	80	SEM 3	280
ING	120	QUI	240	SOCIO	120	MT	100	SEM 4	300
ED.FIS	120					FCID	120	SEM 5	300
ING.TEC*	60					PROJETOS	260	ESTÁG	400
TOTAL	**820**		**1140**		**720**		**1080**		**1640**

Fonte: Seduc (2008)

A base comum contempla as disciplinas do ensino médio regular, divididas em suas três áreas: Linguagens e Códigos, abrangendo as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua estrangeira (inglês e espanhol), Artes e Educação Física; A área de Ciências da Natureza e Matemática, que agrupa as disciplinas de Matemática, Química, Física e Biologia e a área de Ciências Humanas, com as disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Na vertente da educação profissional, as matrizes diferenciam-se em função do curso técnico oferecido.

Em sua parte diversificada a matriz apresenta a inclusão de disciplinas como a TESE, TPV (temáticas: práticas e vivências), Formação para a Cidadania, além da previsão de carga horária para aulas de laboratório e horário de estudos, tempo que tem como objetivo incentivar o aluno à prática da autoaprendizagem e aprendizagem cooperativa.

Vale ressaltar que a distribuição da carga horária entre as áreas/disciplinas pode sofrer variação em função do curso técnico. Em cursos como Informática ou Edificações, por exemplo, há um reforço de carga horária em disciplinas como matemática e física, enquanto em cursos como Turismo, esse reforço ocorre em línguas estrangeiras e geografia.

No grupo das atividades complementares, as “disciplinas” Horário de Estudo e Projetos, não se constituem em disciplinas na concepção pedagógica da palavra, mas em horários dedicadas ao desenvolvimento de atividades ligadas às disciplinas da base comum, aí incluídas aulas práticas no laboratório de Ciências, preparação de projetos interdisciplinares envolvendo áreas diversas, atividades voltadas às artes, esportes, etc. O horário de estudo pode ser utilizado pelo aluno para estudos individuais ou em grupo, sob a supervisão de um professor.

Ao estudar a TESE, o aluno é exposto aos seus conceitos e princípios visando sua aplicação à construção de seu projeto de vida, na perspectiva de um período de três anos.

A disciplina Formação para a Cidadania é ministrada pelo Diretor de Turma, e durante as aulas são discutidas temáticas gerais ou específicas à turma. Em TPV – Temáticas, Práticas e Vivências e Mundo do Trabalho, o aluno é exposto a temáticas atuais, notadamente aquelas voltadas às atividades relacionadas ao mundo do trabalho, que é tratado de modo específico através do tema Empreendedorismo, ministrado por professor com formação específica realizada em convênio entre a Secretaria de Educação e o SEBRAE.

Durante o primeiro ano de funcionamento, com as escolas apresentando menor número de turmas e consequentemente com os professores dispondo de maior carga horária livre, há maior disponibilidade para as discussões acerca dos conceitos da TESE. No quadro 15 ilustramos a distribuição de carga horária de professores em uma escola com quatro turmas, ou seja, em seu primeiro ano de funcionamento:

Quadro 14 – Distribuição de Carga Horária de Professores da Base Comum

DISCIPLINA	CH EM SALA	HORÁRIO DE ESTUDO	DIRETOR TURMA	TESE	PPE	TPV	FORM. CIDADÃ	PROJETOS	PLANEJ.	TOTAL
SOCIOLOGIA / FILOSOFIA	8		4				1	14	13	40
GEOGRAFIA	8	2	4				1	12	13	40
HISTÓRIA	8	2						17	13	40
PORTUGUÊS	18							9	13	40
ARTES	4	3	4	8			1	7	13	40
LABORATORISTA	27								13	40
BIOLOGIA	12	1						14	13	40
QUÍMICA	12	1						14	13	40
MATEMÁTICA	14							13	13	40
FISICA	10	1						16	13	40
INGLÊS	6	1		4		8		8	13	40
ESPANHOL	4		4				1	18	13	40
ED. FÍSICA	6				8			13	13	40
LAB INFORMÁTICA	40									40
LAB INFORMÁTICA	40									40
	217	**11**	**16**	**12**	**8**	**8**	**4**	**155**	**169**	**600**

Fonte: Escolas

Como é possível constatar a partir da observação do quadro 15, no primeiro ano de funcionamento, os professores têm uma carga horária considerável para atividades incluídas em “Projetos”, situação que passa a se alterar a partir do 2° ano, com acréscimo de 100% do número de turmas. Vale ressaltar que nesse período inicial, ainda não são ofertadas disciplinas do eixo técnico.

Em minha opinião, essa decisão é equivocada à medida em que esses tempos pedagógicos destinados a “projetos”, poderiam ser aproveitados em atividades integradoras relativas não apenas ao curso “x” ou “y”, mas à realização de projetos envolvendo conhecimentos das diversas áreas, inclusive as técnicas, como elaboração de projetos, iniciação à pesquisa científica, comunicação, finanças pessoais e outros. Nesse sentido, professores técnicos, em sua maioria com experiência em ambientes corporativos, poderiam dar excelente contribuição à referida integração.

A partir do segundo ano de funcionamento, com o acréscimo de 100% no número de turmas e alunos, a distribuição da carga horária dos professores da base comum já não se mostra tão flexível, com alguns deles trabalhando em carga horária no limite do legalmente previsto, ou seja: 27 horas em sala de aula e 13 horas de planejamento.

Em 2010 as matrizes curriculares passam a sofrer as primeiras modificações. Esta fase se reveste de uma importância especial à medida em que a Secretaria de

Educação, através da Coordenadoria de Educação Profissional, busca ouvir professores e gestores, visando alinhar a compreensão teórica acerca da concepção de ensino integrado no âmbito das escolas profissionais do Ceará, e passa a promover formações destinadas a gestores, coordenadores e professores.

O processo tem início com a contratação de consultores do CIDE - Consórcio Internacional de Desenvolvimento em Educação, de Quebéc, Canadá – que apresentam um projeto de formação com enfoque na abordagem por competências.

A formação possibilitou a discussão acerca dos conceitos de habilidade e competência e os desdobramentos de sua aplicação na formulação dos perfis de saída do aluno, tendo o mérito de desencadear um debate acerca do assunto, embora de forma intermitente e de pequena amplitude.

A partir do final de 2011, tem início a ampliação das discussões a respeito da integração curricular a partir da inserção do conceito de disciplinas contributivas, com a inclusão de professores das referidas disciplinas e professores da base técnica dos cursos iniciantes, no caso, enfermagem e informática.

A despeito das discussões que ainda perduram, haja vista a grande quantidade de cursos e escolas envolvidas e a dimensão geográfica de sua localização, o que transparece no âmbito das escolas profissionais, é que não existe um consenso em relação à compreensão dessa integralidade e de como colocá-la em prática. Neste sentido, há interpretações diversas e por vezes até contraditórias em sua compreensão e aplicação.

Para Lopes e Macedo (2011, p.93), o currículo não é um produto de uma luta fora da escola para significar o conhecimento legítimo, mas a própria luta pela produção de significado.

Nesse sentido, a pluralidade de concepções, a despeito das diversas interpretações possíveis, pode contribuir para a ampliação do debate na perspectiva de construção de novas propostas, cabendo aos atores desse processo discutir sobre quais conhecimentos, saberes ou fazeres refletem as finalidades educativas desse instrumento.

Institucionalmente, o que se observa é o avanço das discussões sobre a reorganização do currículo a partir das disciplinas de referência, ou disciplinas contributivas, e definição dos perfis de saída para cada curso, que, pelas próprias características da rede no que se refere à localização das escolas e diversidade dos cursos ofertados, caminha de maneira muito lenta.

A esse respeito, prevê o documento Referenciais para a Oferta de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na Rede Estadual de Ensino do Ceará:

> Um trabalho pedagógico que tem seu foco na construção de competências, foca também, a educação para a autonomia, para a capacidade de iniciativa e de autoavaliação, para a responsabilidade, para a ampliação da capacidade de trabalho, de concepção e realização de tarefas e projetos.

O que se pode afirmar com certeza, é que para que alcancemos uma prática verdadeiramente integrada, a discussão sobre o currículo das Escolas Profissionais precisa contar com ampla participação dos educadores, inclusive os da base técnica, elo fundamental entre a escola e o mundo do trabalho.

Dos dados obtidos dos questionários, obtém-se que 74% concordam que os professores têm domínio dos conteúdos (sua disciplina), mas demonstram dificuldades quanto à didática, avaliada como nem sempre ou somente às vezes é favorável à aprendizagem.

A opinião de 80% dos respondentes de que projetos interdisciplinares são apenas regulares (67%) ou ruins(13%), combinados aos dois aspectos anteriormente mencionados, demonstram que não se pratica de fato uma integração curricular, pelo contrário, a prática docente apenas intercala momentos de práticas à teoria, sem contudo estabelecer conexões entre estas e demais áreas do currículo.

Para Benstein (1981, apud LOPES, 2008) “a integração pressupõe, minimamente, um grau de subordinação das disciplinas e cursos “insulares” a uma ideia relacional, bem como implica mudança nas hierarquias e relações de poder que constituem os saberes” (p. 37)

Nesse sentido, compreende-se que a integração curricular não é assegurada somente em função da possibilidade de inter-relação entre as disciplinas, dependendo também do nível de envolvimento de professores, alunos e outros atores na organização dos conhecimentos, já a partir de sua seleção.

Neste sentido, no início de 2013 foram oferecidas 480 vagas em Curso de Aperfeiçoamento em Docência em Educação Profissional nos Níveis Básico e Técnico, na modalidade semipresencial, realizado pelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, objetivando a formação de docentes da base técnica em uma perspectiva essencialmente didático-pedagógica, para atuação

nos diversos cursos técnicos de nível médio das escolas profissionais do estado do Ceará

Formações envolvendo docentes da base técnica são importantes à medida em que a apropriação das diversas concepções de cunho didático-pedagógico e as reflexões do conjunto de profissionais envolvidos nas atividades de construção dos processos pedagógicos presentes às escolas, contribuem para qualificar o debate em busca de uma proposta capaz de superar o dualismo ainda presente em nossa prática pedagógica e a efetiva construção de um currículo verdadeiramente integrado,

Assim sendo, acredito que para a compreensão do sentido de “currículo” continua sendo necessário responder a três questões elementares: O quê, Como e Para quê, conforme preceitua Libâneo (2004, p. 168, 169):

> O currículo constitui o elemento nuclear do projeto pedagógico, é ele que viabiliza o processo de ensino e aprendizagem. [...] o currículo é um desdobramento necessário do projeto pedagógico, materializando intenções e orientações previstas no projeto em objetivos e conteúdos. [...] o currículo define o que ensinar, o para que ensinar, o como ensinar e as formas de avaliação, em estreita colaboração com a didática. [...].

Na qualidade de “elemento nuclear”, é do currículo que se origina, por assim dizer, o “DNA” que permeia o projeto pedagógico de uma unidade escolar. Responder às três questões acima mencionadas, significa definir a finalidade daquilo que se propõe, o que se compreende por integração curricular e discutir os meios ou estratégias utilizadas para viabilizá-lo.

O adjetivo “íntegro” traduz com propriedade o sentido que se procura em integrado: aquele que é completo, absoluto, total, incorruptível. Assim, integrado não apenas se apensa, se anexa, mas se funde e se entrelaça de maneira que de outra forma em que se apresente não mais poderá ser reconhecido como tal.

O conceito de integração curricular pressupõe portanto, uma concepção de formação humana capaz de superar a dualidade que localiza educação profissional e propedêutica em campos diversos, compreendendo-a enquanto *formação*

omnilateral[17]*,* ao integrar trabalho, ciência e cultura, reconhecendo-as como dimensões fundamentais da vida, como assinala Ramos:

> compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, que não se confunde com o 'aprender fazendo', nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho (2008, p. 5).

Significa dizer que o ensino médio integrado não pode ser atrelado à lógica do mercado de trabalho, subjugando-se às suas exigências e normatizações, a exemplo do que se verifica na proposta de integração a partir do estabelecimento de perfis com base em competências, conforme esclarece Ramos:

> Desenhar perfil com base em competências e habilidades leva-se a formações pragmáticas e tecnicistas, portanto incompatível com a formação integrada. Adequação ao mercado de trabalho é também contrário ao que defendemos, pois o compromisso do processo educativo deve ser com os sujeitos, para que sejam formados para enfrentarem as contradições do mercado de trabalho. A escola e os sistemas de ensino precisam ter uma visão crítica do mercado de trabalho e construir o processo formativo no qual, ao tempo em que proporcionam acesso aos conhecimentos, contribuam para que o sujeito se insira no mundo do trabalho e também questione a lógica desse mesmo mercado. Por fim, a flexibilização dos currículos pode significar elidir o compromisso com uma sólida formação geral e profissional.(2007,p.17)

Nesse sentido, cabe uma reflexão acerca da realidade presente em nossas escolas, nos discursos adotados ante a insatisfação dos sujeitos que lideram os processos, posturas assumidas perante a valorização de algumas áreas em detrimento de outras, o quanto contribuímos para a construção de uma escola unitária, de formação *omnilateral, na qual* "o currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender" (RAMOS, 2005, p. 116), ou, por outro lado,

[17] termo que vem do latim e cuja tradução literal significa "todos os lados ou dimensões".

no reforço de uma lógica de mercado por meio de uma perspectiva reducionista do conhecimento.

A percepção de 58% dos respondentes aos questionários de que não há apoio suficiente por parte dos professores aos alunos com dificuldades de aprendizagem, e de 73% que concordam ou concordam parcialmente que as atividades de recuperação são insuficientes, vão de encontro ao que afirma Libâneo (1994) quanto ao processo de ensino-aprendizagem:

> O professor não apenas transmite uma informação ou faz perguntas, mas também ouve os alunos. Deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar resposta. O trabalho docente nunca é unidirecional. As respostas e opiniões dos alunos mostram como eles estão reagindo à atuação do professor, às dificuldades que encontram na assimilação dos conhecimentos. Servem também, para diagnosticar as causas que dão origem a essas dificuldades (p.250).

É preciso que o professor compreenda que resultados insatisfatórios fazem parte do processo de aprendizagem, inseparável do ensino, que vai muito além da transmissão de conhecimentos, passando inclusive pelo interesse do professor na aprendizagem do aluno, que se manifesta, entre outras formas, pela disponibilidade constante para o esclarecimento de dúvidas e pela busca de estratégias que favoreçam a aprendizagem.

Por outro lado, é fundamental que professores tenham acesso a formações centradas em uma concepção integral dos sujeitos, na qual os conteúdos levem em consideração a ciência e a tecnologia, o trabalho e a cultura e que a realidade não seja percebida de modo desconectado das relações conflituosas que permeiam o cotidiano escolar.

No item a seguir, analisamos a dimensão que se constitui atualmente no aspecto que demanda grande nível de energia e atenção entre gestores das escolas pesquisadas: os níveis de resultados, que abrangem estágio curricular e inserção dos alunos no ensino superior e mercado de trabalho.

2.4 – Níveis de Resultados

Para parte significativa dos alunos, 37% segundo dados da pesquisa de campo, o momento de colocar em prática aquilo que foi aprendido durante cerca de 30 meses, é cercado de muita expectativa e ansiedade. O estágio constitui-se pois, na materialização daqueles que além dos 37% declaradamente interessados em uma certificação técnica, atingiram a etapa final de formação.

O processo de captação de vagas de estágio, como já mencionado no Capítulo I, ocorre sem dificuldades para a escola, situação decorrente do fato de as empresas não arcarem com qualquer compromisso financeiro em relação ao recebimento dos alunos, a não ser a definição de um supervisor que acompanhe suas atividades e emita relatórios de desempenho do estagiário.

No início de 2013, houve dificuldade para a inserção em campo de estágio de turmas dos cursos de Química e Petróleo e Gás em decorrência de legislação que proíbe a atividade de menores de 18 anos em áreas insalubres ou perigosas, entretanto a dificuldade foi sanada após reuniões com representantes dos setores produtivos e o acordo de não exposição dos estagiários a níveis de insalubridade acima dos aceitáveis pela legislação.

As turmas de 2009 foram avaliadas pelas empresas concedentes de estágio e obtiveram bons índices de aceitação, conforme já demonstrado no Capítulo I, entretanto alguns aspectos ainda precisam ser elucidados, como por exemplo a relação entre recebimento/contratação de estagiários pela concedente.

Ressalta-se contudo, que não há, por parte da concedente, qualquer obrigação com a contratação do estagiário, entretanto esse se constituiria sem dúvida, um excelente indicador de resultados.

As avaliações de estagiários realizadas em 2011 e 2012, contemplaram 11 competências de caráter geral, tais como: cumprimento de prazos, comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, desenvolvimento pessoal,planejamento e organização, utilização de materiais e equipamentos de trabalho,interesse em aprender, pontualidade e assiduidade, apresentação pessoal e comportamento adequado ao ambiente de trabalho.

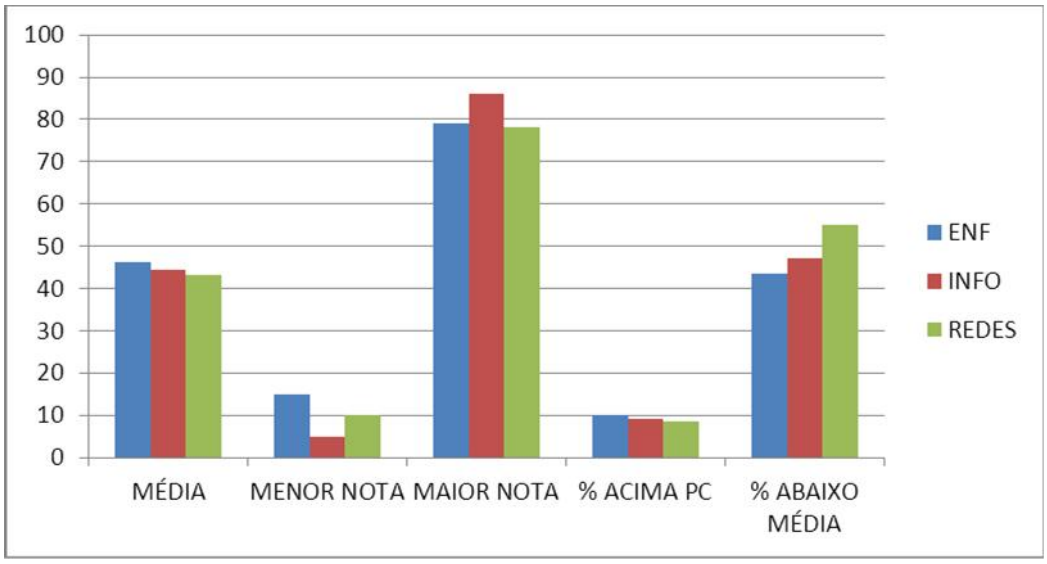
Dentre as competências acima mencionadas, apenas uma - utilização de materiais e equipamentos de trabalho – apresenta relação mais direta com a área específica do curso, fato que não permite que se tenha uma visão acerca das competências relacionadas às áreas técnicas dos cursos avaliados.

Diante da necessidade de se obter uma visão acerca da formação técnica dos alunos na área específica, foi editado em 2012, o EXAT – Exame de Alunos Técnico,que se propôs avaliar e identificar o nível e as competências adquiridas pelo aluno em cada ano letivo.

O exame foi aplicado em dezembro de 2012 nas escolas com oferta dos cursos de Enfermagem, Informática e Redes de Computadores, nas três séries do ensino médio. 11965 alunos participaram da avaliação, sendo 4672 alunos do curso de informática, 4581 do curso de enfermagem e 2712 do curso de redes de computadores. De acordo com o relatório de apresentação do referido exame, foi estabelecido um ponto de corte com base nas avaliações praticadas nas escolas, ou seja, 60% de acertos.

De um modo geral os alunos do 1°, 2° e 3° anos apresentaram desempenhos muito similares. As maiores e menores notas foram observadas no curso de informática, a maior média foi verificada no curso de enfermagem e o maior percentual de alunos com desempenho abaixo da média ocorre no curso de redes de computadores.

Gráfico 15 – Exame do Aluno Técnico (EXAT)



Fonte: Relatório Exat /Seduc (2012)

.

No âmbito das escolas pesquisadas, os resultados não diferem muito daqueles apresentados nas demais escolas. As médias gerais das escolas

pesquisadas variam de 42,1, observada na na escola D1 a 50,1 na escola E2. A média mais alta no curso de enfermagem entre as escolas pesquisadas foi 53,9, verificada na escola A1, enquanto o melhor desempenho em informática foi verificado na escola G3. O exame envolveu 62 escolas e 320 turmas das três séries. A seguir, apresentamos a ilustração dos dados acima descritos

Segundo os coordenadores do exame, as provas do curso de enfermagem foram elaboradas a partir de um banco de itens elaborados por professores do curso, e todos já haviam sido aplicados em avaliações realizadas em sala de aula. Nos cursos de informática e redes de computadores houve elaboração de questões inéditas por professores dos dois cursos em oficina especificamente realizada para tal.

Existe a previsão de realização de um novo exame com a inclusão de todos os cursos oferecidos nas escolas profissionais, mas ainda não há calendário estabelecido para tal.

Apesar de não ser possível chegar a uma conclusão mais precisa acerca dos resultados, posto tratar-se de uma primeira iniciativa, os resultados são preocupantes. A despeito de se tratarem de competências de diferentes campos, não deixa de chamar a atenção a diferença entre os resultados obtidos a partir da avaliação dos concedentes e os verificados no EXAT.

De todo modo, os resultados apontam para a necessidade de uma revisão cuidadosa dos conteúdos, metodologias e práticas utilizadas nas escolas, já que indicam uma deficiência grave na aprendizagem, com apenas 9,3% , ou 1114 alunos obtiveram desempenho acima do ponto de corte, ou seja: 60% de respostas corretas.

A realização do exame foi importante no sentido de apresentar um panorama geral do desempenho dos alunos em escolas de todo o estado do Ceará, se constituindo em importante ferramenta para a definição de estratégias visando a melhoria do desempenho nestes e em outros cursos ofertados nas EEEP´s, que, mantidos os resultados apresentados no EXAT 2012, representam riscos para a credibilidade do programa e empregabilidade dos egressos.

A despeito da importância de se ter, ao final de três anos de ensino médio integrado, resultados consistentes relativamente às competências técnicas adquiridas pelos alunos, afirma Oliveira (2012, p.57)

> É ensino médio integrado porque sua elaboração baseia-se no eixo estruturante trabalho, ciência e tecnologia e cultura. Esse é o primeiro sentido de “integrado”. Essa proposta também integra o trabalho como contexto, ao proporcionar formação profissional específica. Esse é o segundo sentido da “integração”.

A formação para o mundo do trabalho é parte constituinte da missão das escolas profissionais do estado do Ceará, e assim sendo, a inserção no mercado de trabalho representa a efetivação da missão estabelecida. Na realização da pesquisa de campo, encontramos os seguintes resultados relativamente à empregabilidade dos alunos:

Tabela 7 – Empregabilidade Por escola - 2011/2012

Mun/Tipo	Escola	MT 2011	MT 2012	Var %
GP	**A1**	28,4	48,7	20,3
GP	**B1**	19,7	17,9	-1,8
GP	**C1**	55,1	30	-25,1
GP	**D1**	17,4	6,7	-10,7
RMF	**E2**	17,9	12,2	-5,7
RMF	**F2**	31,7	24,2	-7.5
MP	**G3**	31,8	26,2	-5.6
MP	**H3**	28,6	26,1	-2,5
PP	**I4**	30,1	27,2	-2,9
PP	**J4**	13,9	6,5	-7,4

Fonte: Escolas

Observa-se que à exceção da escola A1, há uma queda no percentual de empregabilidade em todas as demais escolas no ano de 2012, embora em algumas o percentual seja de pouca relevância. A escola C1, apresenta a maior queda entre as escolas pesquisadas,mas ainda assim possui o segundo melhor índice de inserção entra as escolas pesquisadas.

Um outro aspecto que merece atenção, refere-se à média da faixa salarial praticada nas regiões nas quais se inserem as escolas, que em alguns casos corresponde a menos de um salário mínimo.

Nos municípios de grande porte, onde estão inseridas as escolas A1, B1, C1 e D1, a média salarial é de R$ 673,00. A melhor média salarial é encontrada na região metropolitana, onde estão localizadas as escolas E2 e F2, cuja média atinge R$ 762,00. Nas escolas localizadas em municípios de médio porte, a média salarial variou de R$ 485,00 (Escola G3) a R$ 620,00 (Escola H3). Em municípios de pequeno porte (Escolas I4 e J4), a faixa salarial atinge R$ 592,00.

Segundo dados do SINE/IDT-Ce, o salário médio para trabalhadores de Fortaleza e região metropolitana em junho de 2012, foi de R$ 1041,00. Se classificado por setor de atividade, temos: Indústria de transformação – R$ 920,00; Comércio: R$ 923,00; e Serviços: R$ 999,00.

Considerando que a maioria dos cursos ofertados pelas escolas se enquadram no setor de serviços – Informática, Turismo, Massoterapia – e Indústria: Edificações e Segurança do Trabalho, as médias salariais referidas pelos alunos dos cursos ofertados em escolas de Fortaleza ou região metropolitana, estão localizados abaixo da média praticada pelo mercado, fator que pode contribuir para que alunos priorizem a alternativa de inserção no ensino superior.

Os números de inserção em cursos de nível superior tem se mostrado superiores ao da inserção no mercado de trabalho. Esse aspecto sofre mais recentemente a influência de programas de inclusão social como SISU – Sistema de Seleção Unificada, utilizado a partir dos resultados do ENEM 2009 e PROUNI e FIES, já anteriormente acessíveis aos alunos das escolas profissionais.

Na tabela 8, apresentamos três aspecto relacionados à inserção de alunos no ensino superior: Índice geral de inserção no ensino superior por escola pesquisada, que reflete a inserção do total de alunos de todos os cursos ofertados na escola; Percentual de inserção nestas escolas do curso enfatizado em cada uma delas e o percentual de inserção no mercado de trabalho no mesmo curso enfatizado em cada uma das escolas.

Percebe-se uma relação inversa entre inserção no mercado de trabalho e no ensino superior, ou seja, quanto maior o percentual de alunos inseridos no mercado de trabalho, menor o percentual no ensino superior.

Essa situação pode ser explicada levando-se em consideração que as possibilidades de inserção no ensino superior são significativamente maiores que as de inserção no mercado de trabalho, especialmente em decorrência dos mecanismos de inclusão como o ENEM, em instituições públicas, PROUNI e FIES, em instituições privadas e também a proliferação da oferta de cursos através de faculdades instaladas em todo o estado, situação não acompanhada em mesma proporção pelas vagas de emprego.

Tabela 8 - Inserção Mercado X Ensino Superior

ESCOLA	ENS.SUP.TOTAL	ENS. SUP P/CURSO	MERC.TRAB P/ CURSO
A1	8,4	11,1	8,3
B1	23,3	6,9	34,1
C1	18,3	28,6	61,9
D1	21,7	8,8	15,8
E2	27,4	10,8	32,4
F2	14,9	11,9	7,1
G3	41,1	36,8	13,2
H3	38,8	17,9	50,0
I4	33,6	15,8	5,3
J4	23,5	26,8	26,8

Fonte: Escolas pesquisadas (2012)

Para uma confirmação dessa tendência seria necessário acompanhar os índices de inserção nas duas situações em anos seguintes, mas estes são indicadores importantes no que se refere à manutenção de alguns dos cursos ofertados pelas escolas profissionais,

Neste ponto, não há como deixar de mencionar um aspecto que perpassa todo o processo de instalação e manutenção das escolas profissionais: o custo. Sem significar que esse aspecto deva nortear a política de interiorização na oferta dos cursos profissionalizantes, é importante que se leve em conta aspectos relacionados à oferta de empregos no município, à média salarial praticada para os cursos

ofertados e a relação entre o custo da oferta de educação profissional de boa qualidade e a oferta de educação regular de boa qualidade.

Em municípios de tendência consistente de inserção alunos no ensino superior, seria interessante investigar a viabilidade de implantação de escolas regulares em tempo integral, com condições mais adequadas para a preparação de alunos visando a ocupação de vagas em instituições públicas de ensino superior.

O programa é muito recente, e os resultados dessa pesquisa de campo apenas sinalizam pontos que merecem destaque em uma investigação de maior amplitude, tanto do ponto de vista dos cursos ofertados quanto das localidades das escolas.

Também faz-se necessária a criação de mecanismos de acompanhamento de alunos egressos, já que somente a partir do percurso seguido pelos mesmos após o término do ensino médio profissional poderá ser obtida uma medida exata da eficácia do programa.

Neste capítulo, analisamos os aspectos de maior complexidade a partir da visão dos sujeitos da pesquisa, isto é, gestores, coordenadores de cursos técnicos, professores da base comum em função de direção de turma, alunos regulamente matriculados e egressos das dez escolas pesquisadas, classificados em quatro categorias: Percursos discentes; Infraestrutura; Processos Pedagógicos; e Níveis de Resultados.

Na categoria Percursos Discentes, acesso, desempenho e abandono apresentam situações que se interligam e se influenciam mutuamente, para as quais ofereceremos sugestões no capítulo a seguir.

Na categoria Infraestrutura, há diversos pontos, por assim dizer, nevrálgicos, para os quais oferecemos alternativas que sabemos paliativas, mas que poderão, a curto prazo, minimizar algumas das dificuldades apontadas pelos respondentes da pesquisa, já que uma solução de caráter mais definitivo depende de decisões não alcançadas na elaboração desse trabalho, haja vista a indisponibilidade de informações de caráter técnico e financeiro para lhes dar suporte.

A categoria Processos Pedagógicos foi a que, em minha opinião, apresentou ao mesmo tempo os problemas de maior gravidade e de melhores possibilidades de solução, já que boa parte das dificuldades identificadas dependem do estabelecimentos de rotinas e alinhamento interno referentes à oferta do ensino médio integrado à educação profissional.

A última categoria, Níveis de Resultados, apresenta um panorama relativamente promissor quanto aos aspectos de inserção no mercado de trabalho e no ensino superior. Os resultados, contudo, são ainda preliminares, haja vista o curto tempo decorrido do início das atividades das escolas pesquisadas.

Merece uma atenção especial a avaliação das competências técnicas de alunos de três cursos – Enfermagem, Informática e Rede de Computadores - realizada pela própria Secretaria de Educação. O desempenho demonstrado está muito abaixo das expectativas e pode representar um sério risco á eficácia do programa, já que se constitui em um dos núcleos da missão da escola – a formação profissional.

Finalizando, um aspecto que chama a atenção e merece que se estude com maior amplitude, é a relação inversamente proporcional entre o nível de empregabilidade e inserção no ensino superior. O universo pesquisado – dez escolas, sete cursos – é muito reduzido frente ao grande número de cursos atualmente ofertados e as diversas características sociais, econômicas e culturais dos municípios onde estão localizadas as escolas profissionais.

Frente às situações acima relatadas, apresentaremos no próximo capítulo um Plano de Ação Educacional direcionado às escolas pesquisadas, mas também àquelas cujas sugestões e recomendações possam ser de utilidade na melhoria dos processos internos.

3.PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

> *O longo voo das aves, desde o gelado Canadá ao calor do Brasil, ultrapassa todas as dificuldades porque as aves 'sabem' o seu destino.* (Rubem Alves)

A realização da pesquisa de campo cujos resultados são apresentados neste trabalho, exigiu muitas horas de conversas com gestores, coordenadores de cursos, professores, funcionários e alunos das dez escolas estaduais de educação profissional selecionadas.

Foram gravadas entrevistas, aplicados questionários, e anotadas ideias e sugestões que contribuíram para uma melhor compreensão da dinâmica dos diversos processos que têm lugar no dia a dia de uma escola profissional. Este processo também foi de extrema importância para que eu, na qualidade de ex-gestora de uma escola profissional, pudesse exercitar a capacidade de distanciamento em relação às próprias experiências, e reconhecer com humildade do quão pouco sabemos e do quão comumente pressupomos.

As visitas foram iniciadas em 2011 pelas escolas localizadas na cidade de Fortaleza, passando em seguida para as escolas localizadas na Região Metropolitana. As duas escolas localizadas entre 400 e 500 km de Fortaleza a visita foi um pouco mais complicada pela necessidade de maior tempo de deslocamento e pernoites, mas no final, foi possível conhecer um pouco de cada uma delas.

Além dos dez gestores com quem o convívio ocorreu por mais tempo por ocasião das entrevistas e conversas informais, foram encaminhados 30 questionários, via e-mail, dos quais apenas seis foram devolvidos. Diante disso, recorri aos gestores, que contribuíram com a distribuição dos questionários junto aos Coordenadores de curso e professores diretores de turma. Durante as visitas ás escolas, tive a oportunidade de conversar com coordenadores e diretores de turma e dirimir dúvidas ainda persistentes.

No contato com os alunos, além de bate-papo informal, fui presenteada por três deles, com depoimentos escritos. A ideia me pareceu extremamente atraente e

sugeri aos que também desejassem, fazê-lo por e-mail, deixando na oportunidade os contatos para o envio, tendo no final, recebido 40 depoimentos.

Após a leitura dos depoimentos, concluí que minha pesquisa não apresentava de modo direto a opinião daqueles, que em minha opinião configura-se no principal ator desse processo: O aluno. Elaborei e apliquei o questionário junto a 100 alunos matriculados e egressos, dos quais 60 foram devolvidos.

As informações, dados e impressões obtidas através de entrevistas, conversas, e questionários se configuraram na melhor das fontes consultadas e contribuem fortemente para a formulação de uma proposta de intervenção através de um Plano de Ação Educacional – PAE.

3.1 – Identificação dos Aspectos Críticos

Com base nas observações durante visitas, entrevistas com gestores, conversas com professores, coordenadores e outros atores presentes no universo escolar e respostas fornecidas a partir dos questionários, foi possível destacar quatro aspectos com impacto negativo na maioria das escolas.

O primeiro aspecto diz respeito ao acesso, desempenho e permanência do aluno na escola. Conforme dados da Secretaria de Educação e das escolas, a média de abandono no primeiro ano de funcionamento das escolas pesquisadas foi de 23,68% e embora a pesquisa indique uma redução de cerca de 10 pontos percentuais no segundo ano de atividade, ainda assim o índice é significativo.

O abandono contudo, é apenas o número que surge após apurada a matrícula inicial e final. Tão importante quanto conhecer o índice, é saber que razões contribuem para a decisão de deixar a escola ou, no caso das escolas profissionais, trocar de escola.

Dificuldade de adaptação ao horário integral, distância da residência, dificuldades de aprendizagem das disciplinas técnicas, falta de identificação com o curso e necessidade de trabalhar foram as razões alegadas por alunos ou seus responsáveis para a decisão de deixar a escola profissional.

Na visão dos coordenadores de curso e diretores de turma, alunos com formação deficitária, expostos a uma jornada excessivamente longa, com pouca

identificação com o curso, com muitas tarefas para casa e pouco tempo para o lazer são os maiores problemas no ensino médio integrado. Gestores, por sua vez dão grande ênfase às dificuldades relacionadas à estrutura, tais como ausência de laboratórios técnicos e à contratação de profissionais para atuarem nas disciplinas técnicas. Um último e não menos importante aspecto mencionado diz respeito aos resultados da escola, ou seja: a inserção no mercado de trabalho e em universidades.

Destacamos quatro categorias para as quais serão propostas intervenções através desse PAE: Percurso Discente, Infraestrutura, Processos Pedagógicos e Níveis de Resultado.

Na primeira, serão propostas ações relacionadas ao acesso, desempenho e permanência do aluno na escola; No segundo, apresentaremos alternativas a algumas das dificuldades detectadas na pesquisa, embora desde já admitamos que as mesmas têm caráter paliativo, haja vista essa categoria implicar o desembolso de recursos, cujas dimensões conhecemos apenas parcialmente.

Na terceira categoria, Processos Pedagógicos, as ações exigirão um grande envolvimento da comunidade escolar, mas são de maior governabilidade pela própria escola, e finalmente na última categoria, Níveis de Resultado, as ações propostas têm como objetivo principal ampliar a capacidade de análise de elementos que não dependem de modo exclusivo de ações das escolas ou da Secretaria de Educação, já que envolve ambiência externa à mesma.

Como já mencionado, algumas das ações, embora de gerência exclusiva da escola, tais como ajustes, elaboração de projetos ou reorganização de horários, precisarão da anuência da Secretaria de Educação, tendo em vista modificar alguns dos procedimentos atualmente vigentes ou necessitar do aporte de recursos.

A seguir, o detalhamento do Plano de Ação proposto. Adicionalmente informamos que o não estabelecimento de metas, levou em consideração as especificidades e realidades diferenciadas de cada escola, cabendo apenas às mesmas definir esses limites.

3.2 – Detalhamento do Plano de Ação

Ao se elaborar um plano de ação, é fundamental que alguns aspectos sejam observados: O primeiro diz respeito aos atores envolvidos no processo de elaboração desse plano. Em uma escola, como em outros setores da sociedade, há interesses conflitantes, e assim, a elaboração de um plano que se pretenda institucional, este precisa representar o consenso dos interesses presentes na escola. Para Silva (1996, p.37),

> Iniciativas existem, esforços são realizados, recursos são consumidos: todavia há um erro no princípio em todas essas situações quando se imagina que um autêntico trabalho educativo possa acontecer sem que haja pessoas autônomas, portanto livres e responsáveis (...). A persistência de formas administrativas que não levam a uma mobilização da criatividade do pessoal que se envolve diretamente ou que presta apoio, no trabalho de ensino – aprendizagem, resulta não só em uma subutilização do potencial humano disponível, mas inviabiliza qualquer ação educativa digna desse nome (SILVA, 1996, p.37).

O segundo aspecto a se levar em consideração diz respeito à exequibilidade das ações propostas. É importante recordar que a escola é parte de uma estrutura maior, da qual provêm os recursos financeiros que dão suporte às ações, e em assim sendo, ações que envolvam recursos fora de sua governabilidade devem ser propostas em uma perspectiva propositiva.

Um último e não menos importante aspecto de um plano de ação refere-se à definição clara dos objetivos, estratégias e resultados esperados, além da indicação dos atores responsáveis pelo acompanhamento das etapas relativas a cada ação proposta.

Diante disso, as ações propostas nesse Plano de Ação Educacional priorizam o atendimento de questões apontadas por quatro grupos constituintes das escolas pesquisadas: gestores, professores da base técnica, professores da base comum e alunos.

A seguir, detalharemos as ações propostas, separadas nas quatro categorias anteriormente mencionadas: Percursos Discentes, Infraestrutura, Processos Pedagógicos e Níveis de Resultado, cuja estrutura poderá ser observada de forma mais clara no Plano Detalhado das Ações Propostas (Anexo I).

3.2.1 – Categoria 1: Percursos Discentes: Acesso, Desempenho e Permanência

Na Categoria 1 Percursos Discentes, estão incluídos três aspectos inter-relacionados: Acesso, Desempenho e Permanência. Institucionalmente, cabe aos estados a responsabilidade pela oferta da educação de nível médio, em todas as suas modalidades.

O acesso às escolas profissionais atualmente ocorre por meio de um processo de seleção baseado em análise do histórico escolar do candidato, a partir do qual é estabelecida uma média classificatória.

Essa abordagem apresenta como desvantagem o fato de impossibilitar o acesso aos alunos com médias abaixo do ponto de corte, determinado pelo número de vagas ofertadas, independentemente de maior interesse pela realização de curso técnico. Nesse sentido, a proposta para a democratização do acesso é realizá-lo por meio de sorteio.

Durante a pesquisa de campo, verificamos que apenas 37% dos candidatos escolheram a escola profissional em função da identificação com o curso técnico ofertado, ao mesmo tempo em que 20% afirmam haverem solicitado transferência em decorrência da falta de identificação co o curso no qual estavam matriculados.

No sentido de ampliar qualitativamente o acesso de alunos identificados com os cursos oferecidos e consequentemente a redução de vagas ociosas em decorrência de abandono por falta de identificação com o curso escolhido, propomos a escolha do curso após a realização de testes vocacionais em todas as escolas.

No que se refere à permanência e desempenho do aluno, propomos a realização de avaliação diagnóstica em todas as disciplinas visando o estabelecimento do nível de desempenho por turma e aluno e, complementarmente, a ampliação da carga horária do professor diretor de turma, de modo a acompanhar alunos em situação de risco de abandono.

Uma outra ação prevê a responsabilização do estado pelo fornecimento do transporte do aluno entre a escola e a residência, seja por meio de crédito do valor correspondente em carteira de estudante ou bilhete único ou ainda através da aquisição de bicicletas. Essas ações têm suporte legal no Artigo 10 da Lei 9394/96.

Mais diretamente voltada à melhoria do desempenho, propomos o pagamento de bolsa-auxílio a alunos pesquisadores, selecionados na proporção de até 02 alunos por turma. Os recursos necessários a esta ação são oriundos de duas fontes: Recursos próprios e decorrentes de captação externa em instituições de fomento à

pesquisa, na proporção de 50% para cada, com as escolas se responsabilizando pela captação junto às instituições de fomento à pesquisa através da apresentação de projetos.

As ações referentes ao acesso não implicam recursos financeiros adicionais, ao passo que as ações relativas a prevenção de abandono podem ser financiadas a partir de recursos do FUNDEB.

Há ainda ações dependentes apenas de reorganização de rotinas e calendários, mas que necessitam de ampla negociação com os atores envolvidos, como por exemplo a mudança do período de férias, que seriam divididas em três períodos: julho,outubro e dezembro – podendo contribuir para a proteção do tempo pedagógico, com a redução da infrequência e consequentemente contribuindo para a melhoria da aprendizagem.

No detalhamento do PAE (em anexo), são propostas 16 ações relacionadas a acesso, desempenho e permanência do aluno, algumas de aplicação a todas as escolas, como acesso por meio de sorteio e escolha do curso após orientação vocacional, fornecimento de transporte e divisão do período de férias e outras a serem aplicadas de acordo com as especificidades das escolas, como a ampliação da carga horária do diretor de turma, realização de oficinas e mapeamento de turmas de 9° ano em escolas da região.

3.2.2 – Categoria 2 – Infraestrutura

A proposição de ações nessa categoria apresenta um dificultador à medida em que desconhecemos os custos relativos aos itens de maior relevância revelados pela pesquisa de campo: Laboratórios técnicos, Acervo e Materiais de Consumo.

As ações propostas passam por medidas de caráter interno capazes de mensurar os prejuízos pedagógicos decorrentes das deficiências nas referidas áreas, tais como a elaboração de relatórios detalhados de atividades não conformes e divulgação dos referidos documentos junto à comunidade escolar, como forma de exercer pressão junto aos órgãos responsáveis por atrasos no atendimento às referidas demandas.

Um dos aspectos de dificuldade na área de infraestrutura dos cursos apontado na pesquisa de campo diz respeito à rotatividade de professores técnicos.

Essa é uma situação que vai exigir da Secretaria de Educação uma avaliação da oferta de cursos relacionada à localização da escola.

É necessário realizar estudo de disponibilidade de profissionais das áreas de maior carência nas localidades onde os referidos cursos são ofertados através do levantamento de instituições de ensino superior com oferta de referidos cursos na região, assim como a criação de melhores condições de trabalho por meio da criação de um plano de carreira, com bonificação de titulações.

Uma alternativa proposta é o investimento em formação docente destinada a técnicos da própria instituição, com contrato de contrapartida relacionada à permanência na função por pelo menos igual período ao da formação ofertada.

Outras ações, de gerência da escola, podem ser executadas sem aporte financeiro, necessitando somente da reorganização de horários e mobilização dos atores envolvidos, conforme especificado no detalhamento do PAE, em anexo.

3.2.3 – Processos Pedagógicos

O que se percebe na fala de gestores e coordenadores de curso, é que nem todo o corpo docente está alinhado em relação aos valores, missão e visão da escola, assim como não há conhecimento de todos acerca dos objetivos da instituição e das ações e estratégias propostas para seu atingimento.

Propõe-se como medida inicial a realização de avaliação institucional visando identificar as áreas que necessitam de atenção e eleger as ações correspondentes.

Sugere-se também a revisão periódica dos objetivos e estratégias previstos no Plano de Ação das escolas e respectivos programas de ação, adequando-os à realidade, que, dependendo da localização e cursos ofertados, podem sofrer alterações entre dois ou três anos letivos.

Para tanto, é necessário implementar um calendário de discussão interna acerca dos instrumentos de gestão disponíveis na escola, tais como a TESE e o PPP, podendo tais discussões ocorrerem na própria instituição por meio de grupos focais.

A formação continuada deve ser objeto de constante acompanhamento e ajuste, e, quando verificada a necessidade, proposição à Secretaria de Educação a oferta regular de cursos em áreas indicadas a partir de pesquisa interna, tais como a atuação interdisciplinar, visando a implementação de um currículo integrado que vá

além da escolha de disciplinas contributivas, destinada a professores da base comum e base técnica, cujo aporte financeiro pode ser oriundo de parcela do FUNDEB prevista para esse fim.

Propõe-se finalmente, a implementação, onde couber, de incubadoras tecnológicas, objetivando contribuir para a inserção de alunos egressos e comunidade em atividade produtiva e geradora de renda, através do estabelecimento de parcerias e financiamento por meio de instituições destinadas a tal fim.

No Ceará, uma Rede de Incubadoras de Empresas[18] configura-se como instituição facilitadora na promoção e desenvolvimento integrado entre as empresas Inovadoras, através das Incubadoras de empresas em operação e de outras Incubadoras, parques tecnológicos e programas de incubação.

A RIC é composta por nove incubadoras de empresas representadas pelas seguintes instituições: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação (ITIC), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (NUTEC), Parque de Desenvolvimento Tecnológico (PADETEC) e Embrapa. .

3.2.4 – Níveis de Resultados

Não há instituição que possa sobreviver sem que apresente resultados que a justifiquem. No caso de uma escola profissional, esses resultados estão relacionados à inserção de alunos no ensino superior, no mercado de trabalho ou a partir de iniciativas empreendedoras.

Tais resultados, contudo, nem sempre se apresentam no momento em que o aluno conclui o ensino técnico de nível médio. Não raramente o aluno não é inserido em curso superior de imediato ou não é contratado pela empresa na qual estagiou.

Para conhecer seus resultados efetivamente, a escola precisa desenvolver estratégias de atualização em relação aos seus alunos egressos, pelo menos até um ano após o término do curso.

[18] Rede de Incubadoras de Empresas do Ceará (RIC)

Esta não é uma ação fácil de ser desenvolvida, mas a escola pode adotar algumas estratégias capazes de favorecer a manutenção do vínculo do egresso à instituição. Dentre as estratégias, o banco de talentos pode se mostrar de grande utilidade para o egresso que procura colocação no mercado de trabalho e também para a empresa que busca mão de obra qualificada.

Não basta contudo receber currículos e disponibilizá-los em um site. É importante manter os dados atualizados e estabelecer parcerias estratégicas com empregadores, dando-lhes acesso ás informações e criando situações que favoreçam a aproximação entre os dois grupos, tais como organização de simpósios, seminários, convidando-os para apresentar ou assistir palestras, workshops, oficinas, ou mesmo atividades culturais promovidas pela escola.

Uma opção que deve ser levada em consideração pelas escolas profissionais é a oferta de espaço no turno da noite para realização de cursos de capacitação por empresas locais para seus empregados e cessão de parcela das vagas para alunos ou egressos da escola, assim como a adesão a programas federais, estaduais ou municipais, conveniados com as Secretarias de Educação, do Trabalho e outras, tais como o E-Jovem, Pronatec e outros.

Finalmente, é importante que a escola tenha a noção exata acerca da capacidade técnica da mão de obra que está formando. Nesse sentido, o EXAT pode vir a ser uma excelente ferramenta de divulgação de talentos, podendo ainda a escola oferecer cursos de atualização, disponibilizados pelos próprios professores ou em parceria com empresas, prefeituras, secretarias municipais, etc, destinados a alunos egressos.

Atualmente, as redes sociais representam um importante canal de comunicação não apenas pessoal, mas também profissional, e as escolas profissionais podem e devem estar inseridas nesse contexto, através da criação de redes ou grupos específicos.

Nem todas dependem do aporte de recursos financeiros para se constituírem eficazes. Muitas vezes é a organização, a comunicação e a capacidade de articulação de uma escola com os setores produtivos e comunidade que determinam o nível de resultados apresentado.

A despeito de todas as ações citadas, não é possível ser eficaz sem que determinadas condições sejam pré-existentes. Não há como esperar empregabilidade em um curso para o qual não haja mercado, ou inserção

significativa em cursos superiores quando a única universidade esteja a distâncias inacessíveis ao aluno.

Assim é que a proposta de avaliação institucional também deve observar a conveniência da manutenção de cursos em determinada região em função dos resultados obtidos pela escola em períodos anteriores, o que só pode ser feito com maior precisão se a escola conseguir manter um nível de comunicação eficiente com seus egressos e parceiros locais e regionais, e, também, oferecer credibilidade diante dos serviços educacionais oferecidos aos seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos este trabalho apresentamos como proposta a investigação acerca de fatores que poderiam vir a comprometer a sustentabilidade das escolas profissionais no estado do Ceará. Dentre as diversas possibilidades, elegemos a localização das escolas e os cursos oferecidos pelas mesmas como hipóteses prováveis.

No decorrer de sua realização, tivemos a oportunidade de observar a rotina de dez escolas profissionais localizadas em municípios de porte e características variadas, a fim de podermos avaliar a influência desses aspectos nos resultados apresentados.

Os cursos selecionados, em um total de sete, foram os quatro primeiros implantados em todas as escolas do estado – Técnico em Enfermagem, Informática, Segurança do Trabalho, e cursos novos, oferecidos a partir de 2009 – Edificações, Massoterapia e Meio Ambiente.

Foram analisados documentos internos nas escolas visitadas, que nos apontaram circunstâncias não reveladas através de questionários ou entrevistas, tais como as justificativas para o desligamento da escola. Tivemos acesso a Projetos Político Pedagógicos, Programas de Ação, Planos de Ação e relatórios diversos das escolas, inclusive aqueles relacionados a desempenho discente.

A aplicação dos questionários nos forneceu uma visão objetiva acerca de aspectos não possíveis de verificação através de relatórios, tais como a didática de professores, o nível de apoio recebido por alunos com dificuldades de aprendizagem, os modelos avaliativos e a prática interdisciplinar entre os eixos comum e técnico.

As entrevistas e conversas informais nos forneceram valorosas contribuições para a compreensão dos aspectos relacionados ao clima organizacional, à internalização de valores, visão e missão das escolas e das expectativas de gestores, professores e alunos.

Esse conjunto de dados, declarações e impressões, tornaram possível chegarmos a algumas conclusões importantes e reveladoras, ao mesmo tempo em que sinalizaram a necessidade de um maior aprofundamento relacionado a questões que vão surgindo no decorrer da realização do trabalho.

Pudemos perceber por exemplo, que alunos de municípios menores apresentam um nível maior de satisfação em frequentarem a escola profissional, em alguns deles, caracterizada como a melhor escola do município. Percebe-se nestas escolas um sentimento maior de pertencimento à instituição que em escolas da capital, por exemplo.

Por outro lado, nas escolas da capital e região metropolitana, percebe-se maior independência e autonomia por parte dos alunos, que se por um lado pode ser caracterizado como positivo, também reflete em atitudes mais competitivas e menos solidárias.

Os professores das cidades de menor porte, tanto os da base comum quanto os da base técnica aparentam maior integração pessoal e flexibilidade quanto à realização de atividades não especificamente docentes. Nas escolas de Fortaleza, apesar do clima amistoso, percebe-se um certo viés “separatista”, com determinadas atividades hierarquizadas entre mais e menos importantes.

Entre os gestores, é possível sentir um alto grau de comprometimento, mas também uma certa preocupação com as condições para a realização de determinadas atividades e metas relacionadas ao desempenho discente.

De um modo geral, é possível fazer uma avaliação positiva no desempenho geral das escolas pesquisadas, especialmente quando comparado ao desempenho das escolas regulares. Apesar disso, é importante ressaltar que, embora contestado por alguns gestores, existe sim uma seleção para o acesso às referidas escolas.

Nas escolas regulares, de um modo geral não há critérios para a matrícula, bastando a existência de vaga, ao passo que nas escolas profissionais, os dados coletados nas escolas indicam haver maior procura que oferta de vagas, privilegiando o acesso àqueles com melhor desempenho acadêmico.

Apesar disso, também verificamos nas escolas profissionais, um nível relativamente alto de abandono, especialmente durante o primeiro ano. A pesquisa nos indica que esse fenômeno está relacionado em grande parte a três fatores: Dificuldade de adaptação, que de tão amplo pode abrigar motivos como carga horária excessiva, dificuldades de relacionamento ou aprendizagem, especialmente nas disciplinas técnicas, distância entre a escola e a residência, sendo este aspecto mais presente nas escolas da capital, nas quais é comum a presença de alunos de muitos bairros distantes e a falta de identificação com o curso técnico.

No que se refere ao desempenho dos alunos das escolas profissionais, os dados revelam ser superior ao das escolas regulares, entretanto esse fato ainda não caracteriza a presença de uma educação de excelência, já que analisados separadamente, os referidos resultados ainda coloca a maioria das escolas profissionais em faixas de desempenho crítico ou intermediário, quando utilizamos o Spaece como parâmetro, ou apenas mediano, ou seja, abaixo de 500 pontos, quando utilizamos o ENEM como medida de avaliação.

Quando nos detemos na avaliação da estrutura das escolas pesquisadas, nos deparamos com variadas inadequações. Algumas delas não apresentam as condições básicas necessárias ao funcionamento de determinados cursos técnicos, seja pela ausência de laboratórios técnicos, seja pela própria estrutura física dos prédios adaptados.

Essa situação é mais presente nas escolas de Fortaleza e região metropolitana, onde três das seis escolas pertencentes ao grupo carecem de espaço físico para a instalação de todos os laboratórios necessários aos cursos ofertados. Esse foi o aspecto mais citado pelos sujeitos da pesquisa.

Nas escolas do interior, notadamente em cursos que envolvem a contratação de profissionais cuja demanda do mercado de trabalho encontra-se aquecida, a maior reclamação refere-se á rotatividade de professores da base técnica, muitos dos quais oriundos de municípios maiores, que terminam por não permanecer nas escolas por muito tempo. É o caso de profissionais da área de engenharia, necessários em cursos como Técnico em Edificações, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente, por exemplo.

Do ponto de vista dos processos gerenciais desenvolvidos nas escolas, percebe-se um maior alinhamento dos professores da base comum, mais estáveis do ponto de vista da permanência. A TESE, instrumento de gestão utilizado nas escolas profissionais, exige uma postura integradora entre os diversos aspectos presentes nas escolas e respectivos atores. Assim é que, programas de ação devem apresentar coerência e relação com objetivos e metas institucionais, o que nem sempre é percebido nos documentos analisados.

De igual modo, professores da base técnica aparentemente não estão suficientemente alinhados a tais processos. Somente em uma das escolas pesquisadas pudemos verificar a presença de programa de ação da área técnica e sua vinculação ao Projeto Político-Pedagógico e Plano de Ação da escola.

Esse fato representa uma fragilidade na consecução dos objetivos propostos e desenvolvimento das estratégias previstas no Plano de Ação, entretanto esse é um aspecto que pode ser trabalhado a partir de uma avaliação institucional e do estabelecimento de um programa de formação interno, com a discussão dos aspectos que necessitam ser alinhados.

Outro ponto que mercê destaque refere-se à própria compreensão do modelo de escola que se pretende oferecer, ou seja, responder o que, como e para quê se ensinar. A concepção de ensino integrado não está clara para grande parte dos professores com os quais conversamos, resumindo-se por vezes à noção da oferta do ensino médio e técnico simultaneamente.

Em cursos como Enfermagem, Informática e Segurança do Trabalho, vêm sendo desenvolvidas ações no sentido de aproximar a oferta atual á ideia de integração, mas ainda assim, estas ocorrem a partir da definição de perfil de saída dos alunos, em uma abordagem por competências e integração a partir de disciplinas contributivas.

Com relação aos professores da base comum, é fundamental que seja dada continuidade à política de admissão através de concurso público, reduzindo ao mínimo necessário a contratação temporária. No que se refere aos professores da base técnica, além da sinalização de um plano de carreira é de extrema importância a oferta de formação inicial (formação em licenciaturas);

Neste sentido, é muito bem vinda a formação em nível de especialização recentemente oferecida a estes profissionais pela Secretaria de Educação, em parceria com o Instituto Federal do Ceará, na qual a integração curricular poderá se aproximar um pouco mais do sentido que é apresentado nos Referenciais do Ensino Médio Integrado propostos pela Secretaria de Educação.

Reconhecemos o desafio que representa a integração curricular diante de uma proposta do porte da que é desenvolvida pela Secretaria de Educação do Ceará, que envolve mais de 90 escolas em cerca de 75 municípios do estado e mais de 50 diferentes cursos técnicos, mas reafirmamos a necessidade de adequar as práticas atualmente vigentes nas escolas à teoria representada pelos referenciais.

Assim, o maior risco que se apresenta a partir da pesquisa realizada, reside na não concretização de fato da integração curricular. A despeito do esforço em busca de sua efetivação é necessário oferecer as condições no interior de cada escola, evitando a priorização do conhecimento tácito em detrimento do

conhecimento científico – tecnológico e histórico- social , com a oferta de uma educação que aprofunde as diferenças e a dualidade.

Um aspecto que merece destaque refere-se ás atividades complementares, as quais representam um avanço no desenho curricular das escolas profissionais. A inclusão de temáticas atuais e contextualizadas contribui de maneira efetiva para a formação de um jovem mais consciente de sua cidadania.

Nesse ponto, o projeto Diretor de Turma se apresenta como excelente elo de integração entre a escola, o aluno e sua família, atuando em áreas onde outros projetos não conseguem atingir, sendo importante o seu fortalecimento.

No que se refere aos resultados apresentados pelas escolas, é importante analisá-los com cuidado. Em primeiro lugar, cabe investigar a razão pela qual os alunos são tão bem avaliados pelas concedentes de estágio, com índices de aceitação acima de 90%, segundo pesquisa realizada em 2011 pela Secretaria de Educação, e não haver uma correspondência em relação ao número de estagiários efetivados na maioria dos cursos ofertados.

Esse aspecto merece um desdobramento dessa pesquisa e deve contemplar também a questão da avaliação da formação técnica dos alunos, a qual, segundo o EXAT, apresenta níveis preocupantes nos cursos avaliados, tendo o curso de Enfermagem somente 10,1% e o de informática, apenas 9,1% de alunos com desempenho acima do ponto de corte (60 pontos, de um total de 100)

Na análise dos dados, foi possível verificar uma grande discrepância entre os níveis de empregabilidade relacionados aos cursos oferecidos. Assim, enquanto tivemos cursos com empregabilidade por volta de 60%, como massoterapia e 50%, como edificações, também verificamos cursos com 5% de empregabilidade como Meio Ambiente e 7% no curso de turismo, uma área de maior expectativa de empregabilidade, tendo em vista a expansão da atividade turística no estado do Ceará nos últimos anos.

É importante destacar que encontramos níveis de empregabilidade altos e baixos tanto em municípios de pequeno quanto de médio e grande portes, o que nos leva a concluir que os resultados apresentam maior relação com o binômio curso ofertado x município no qual é ofertado, do que aos elementos isoladamente.

De todo modo, não é possível estabelecer uma relação definitiva com base na pesquisa realizada, podendo a mesma apenas sinalizar indícios a partir dos quais outros estudos poderão ser desenvolvidos, sendo ainda necessário para tal, a

existência de dados confiáveis a respeito dos alunos egressos que contemplem aspectos como tipos de contrato, níveis salariais e atividades desenvolvidas, relacionadas ou não com a formação recebida.

No que diz respeito à inserção no ensino superior, é importante investigar não apenas o percentual de inserção, mas os cursos nos quais os alunos foram inseridos e a modalidade de inserção – SISU, PROUNI ou FIES.

A exemplo do que se verifica com a empregabilidade, a inserção no ensino superior não segue um padrão fixo. Há níveis mais altos e mais baixos em escolas localizadas em municípios de todos os portes, embora seja possível perceber uma certa razão inversa, ou seja, à medida que a empregabilidade aumenta, a inserção em ensino superior diminui, sem contudo ter sido possível constatar se esta situação decorre de uma escolha do aluno ou de contingências relacionadas aos cursos ou localidades.

Finalizando, acreditamos ser possível responder à nossa questão inicial, qual seja, a existência de riscos à sustentabilidade das escolas profissionais relacionadas à localização e aos cursos oferecidos.

Concluímos que existem fatores que seguramente representam riscos à sustentabilidade, mas que estes não estão vinculados apenas à localização das escolas ou aos cursos, mas a uma combinação de fatores como a oferta de curso relacionada á localização da escola, às condições de infraestrutura das escolas relacionadas especialmente a laboratórios, professores da base técnica e perfil socioeconômico dos municípios.

O Plano de Ação Educacional apresentado aponta algumas ações, sugeridas a partir dos resultados obtidos através dos questionários, entrevistas, conversas informais, análise de dados e observação das rotinas escolares.

Algumas são de fácil execução, dependendo apenas de intervenções administrativas no âmbito das próprias escolas, enquanto outras prescindem da anuência da Secretaria de Educação, seja pela necessidade de recursos financeiros ou por implicarem mudanças que envolvem o sistema como um todo.

Mesmo tendo consciência das possibilidades que envolvem tais ações, sabemos que a construção de novos caminhos envolve a tomada de decisões políticas, as quais, queiramos ou não, são influenciadas por fatores econômicos.

Assim, é fundamental que essa construção esteja respaldada, além da

garantia de financiamento público, por uma gestão democrática e envolvimento de toda a comunidade escolar.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1.996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1.996.

_____. LEI No- 11.741, de 16 de Julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

_____. Lei 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB,

_____. Lei n° 11.788, de 20 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996

_____.Lei n° 9.790, de 23 de março de 1999, que Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

_____. Decreto 6.302, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

_____. Decreto 7.234, de 17 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado.

_____. Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2 º do art . 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DOU de 18.4.1997.

_____. Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art . 36 e os arts . 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DOU, 26.7.2004.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Educação Profissional: Legislação Básica. 2a ed. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: bases legais. Brasília: MEC, 1999.

_____. Referencias Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Introdução. Brasília: MEC/SEMTEC, 2000.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. 1a ed. Brasília, 2000.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.Educação Profissional e Tecnológica: Legislação Básica. 6a ed. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.Educação Profissional e Tecnológica: Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. 1a ed. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. Reestruturação e expansão do ensino médio no Brasil. 2008.

CEARÁ. Lei n° 14.273, de 19 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional –EEEP, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá outras providências. Fortaleza, DOE, 23.12.2008.

_____. Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará. Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará. Fortaleza, Março de 2008.

_____. Secretaria de Educação do Ceará. Coordenadoria da Educação Profissional. Referenciais Teóricos da Educação Profissional. 2010.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. IPECE. Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) Ceará, 2010.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora, 1994.

FERREIRA, Naura Syria Carrapeto. Gestão democrática na escola: Ressignificando Conceitos e Possibilidades. In: FERREIRA, Naura Syria Carrapeto (Org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 295 - 316.

FREITAS, L. C. et al**.** Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social. GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2004.

FRIGOTTO, G. Mudanças societárias e as questões educacionais da atualidade no Brasil. Mimeo, 2001.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1988

JAPIASSU, H. Prefacio. In: FAZENDA, I. C. A. Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia? 2. Ed. São Paulo: Loyola, 1992

LAJOLO, M. (org). Livro didático: um (quase) manual de usuário. Em Aberto, Brasília, v. 16, n 69, jan./mar. 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, Alice Casimiro. *Políticas de Integração Curricular*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

LUCK, H. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. EM ABERTO, Brasília, v.17,n.72,p. 11-33, fev/jun.2000.

LUCKESI, C. Prática educativa: processo versus produto. EDUCATIO – A revista da Educação. Nº. 52, Ano 2006, p. 20-21.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In:Pesquisa social: teoria, método e criatividade. MINAYO, M. C. de S (Org) Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos e BEHRENS, Marilda. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. São Paulo, Papirus Editora, 2000.

MOREIRA, Daniel Augusto. O Método Fenomenológico na Pesquisa. São Paulo: Thomson, 2002.

OLIVEIRA, R. de. Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional. Políticas Públicas em Debate. Campinas, Papirus, 2012.

PARO, V.H. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 11-23, julho/dezembro. 2002

SAVIANI, Dermeval. O Choque Teórico da politecnia. Revista Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, 2003,p. 142.

SOUSA, Antonia de Abreu. Política Pública para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Fortaleza, Publicações UFC, 2011.

RAMOS, Marise N. (Org.) ; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 106-127.

_____. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: In: RAMOS, Marise N. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

VEIGA, I. P. A**.** Projeto Político-Pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P.A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15.ed. Campinas: Papirus Editora,2002.

Apêndice 1 – Protocolo de entrevista semi estruturada aplicada aos gestores de escolas estaduais de ensino profissional do estado do Ceará

Universidade Federal de Juiz de Fora
Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
Linha de Pesquisa: Avaliação de Programa Educacional
Mestranda: Aila Maria S. Magalhães

ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA APLICADA AO GESTOR DA EEEP _____

I – IDENTIFICAÇÃO:
1- Nome:_____
2 - Graduação:_____Instituição:_____
3- Pós-Graduação:_____Instituição:_____
4 – Função atual:_____Instituição: _____
5 – Tempo de trabalho na escola:_____
6 – Tempo de magistério:_____
7- Disciplina(s) que ministra:_____
8- Como se deu sua escolha para o exercício da função:
9 . Qual a sua visão acerca do Ensino médio integrado à educação profissional?
10. Qual (is) a(s) principal (is) vantagens/desvantagens que identifica em relação ao Ensino médio regular?
11. Em relação à estrutura curricular e organização dos cursos, a metodologia institucional utilizada para implantar estas mudanças permitiu participação neste processo? Fale como se deu o processo. Quem foi chamado a participar?
12. Que problemas ou dificuldades você identifica no processo de implantação e desenvolvimento do curso técnico de _____?
13. Qual (is) metodologia(s) prevista(s) no projeto do curso de _____ você identifica a presença da interdisciplinaridade e diálogo entre os eixos técnicos e regular?
14. Em relação à formação geral, que atividade (s), disciplina(s) e/ou metodologia(s) você identifica no projeto do curso _____. Você acredita que a(s) mesma(s) garante(m) esta formação? Você concorda com o que está proposto? Justifique.
15. Que conteúdos, atividades, metodologias precisam ser inseridos na matriz curricular, no seu entender, para assegurar esta preparação?
16. O currículo do curso possibilita a discussão das questões mais atuais da sociedade, no que diz respeito às mudanças no mundo do trabalho, tecnologias , sustentabilidade e responsabilidade social?
17- Qual sua avaliação sobre o desempenho do curso que coordena junto ao mercado de trabalho? Como você tem acesso a esta avaliação? Que fatores contribuem para esta situação?
18 - Qual(is) a(s) maior(es) dificuldade(s) que você encontra no desempenho de sua função relacionada(s) ao corpo discente?
19 – Que outro(s) aspecto(s) você elegeria como dificultador(es) do sucesso do programa de ensino médio integrado à educação profissional no Estado do Ceará?
20 – Que aspectos positivos você destaca ao longo desses três anos?

Apêndice 2 - QUESTIONÁRIO DE ALUNOS – TÉCNICO

PARTE 1 - Informações Pessoais:

A – Série: Segundo Ano: ( ) Terceiro Ano: ( ) Egresso: ( )

B - Idade : Até 15 ( ) . 16 a 18 ( ) . 19 a 21 ( ) 22 ou mais ( )

C - Sexo: Masculino ( ) . Feminino ( )

PARTE 2 – EMPREGABILIDADE

D - Você trabalha <u>na área</u> em que concluiu ou concluirá o curso técnico?

a( ) Sim, totalmente b( ) Não. Trabalho em outra área c( ) Não trabalho

E. Qual é o tipo de vínculo empregatício?

a( ) CLT b( ) Empregado sem carteira assinada c( ) Funcionário público concursado

d( ) Autônomo/Prestador de serviços e( ) Em contrato temporário

f( ) Estagiário g( ) Proprietário de empresa/negócio h( ) Ainda não concluí o curso

F. Qual o seu grau de satisfação com sua atividade profissional na atualidade?

a( ) Muito satisfeito b( ) Satisfeito c( ) Razoavelmente satisfeito

d( ) Insatisfeito e( ) Não estou trabalhando f ( )Ainda não concluí o curso

G. Você considera que o mercado exige capacitação profissional:?

a( ) Inferior à recebida no curso técnico em que se formou

b( ) Compatível com a recebida no curso técnico

c( ) Superior à recebida no curso técnico em que se formou

d( ) Não sei

H. Onde acredita que irá trabalhar após a conclusão do curso técnico ?

a( ) No próprio município onde realizou o curso técnico.

b( )Em município até 50km de onde realizou o curso técnico.

c( ) Em município entre 50 e 100km de onde realizou o curso técnico.

D( ) Em município com distância entre 100 e 300km

e( ) Em município com distância superior a 300km

PARTE 3 – INSTITUIÇÃO E CURSO

I – Ao escolher a escola, você levou em consideração:

a( ) Bons resultados da escola

b( )Proximidade da residência

c( ) Oferta do curso que eu queria

d( )Indicação de parentes,amigos, conhecidos

e( ) Escolha dos pais

J – Ao escolher o curso, você levou em consideração:

a( )Já ter interesse/afinidade com a área

b( ) Curso com maiores oportunidades de emprego

c( ) Intenção de prosseguir estudos na área

d( )Menor concorrência

e( )Indicação de parentes, amigos

K. Qual sua opinião sobre sua escola, de modo geral?

a( ) Ótima b( ) Boa c( ) Regular d( ) Ruim e( ) Péssima

L. Como avalia a infra-estrutura geral da instituição?

a( ) Ótima b( ) Boa c( ) Regular d( ) Ruim e( ) Péssima

M- Classifique a sua escola quanto a:

	MB	**BOM**	**REG**	**RUIM**
a)Salas de aula (carteiras, iluminação, ventilação, etc)	( )	( )	( )	( )
b) Estado geral da escola (quadras, portaria, pátios,etc)	( )	( )	( )	( )
c) Biblioteca (acervo, acesso, atendimento...)	( )	( )	( )	( )
d) Laboratórios Técnicos	( )	( )	( )	( )
e) Refeitório / Cozinha	( )	( )	( )	( )
f) Banheiros / Vestiários	( )	( )	( )	( )
g) Salas de apoio (vídeo, leitura, LEI,etc)	( )	( )	( )	( )
h)Laboratório de Ciências	( )	( )	( )	( )
i) Equipamentos (som, data-show, xerox,etc)	( )	( )	( )	( )
j) Materiais (papel, pincéis, etc)	( )	( )	( )	( )
k) Alimentação	( )	( )	( )	( )
l) Processos (Matrícula,recuperação,progressão parcial)	( )	( )	( )	( ).
m)Segurança	( )	( )	( )	( )
n)Planejamento (horários, calendário, eventos,etc)	( )	( )	( )	( )
o) Baixa rotatividade de professores	( )	( )	( )	( )
p) Clima escolar	( )	( )	( )	( )
q) Gestão democrática / participativa	( )	( )	( )	( )

N.Avalie <u>seu curso</u> quanto a:

	MB	**BOM**	**REG**	**RUIM**
a) Conhecimentos adquiridos	( )	( )	( )	( )
b) Conteúdo ensinado e sua relação com o trabalho	( )	( )	( )	( )

c) Atualização dos conteúdos ensinados	( )	( )	( )	( )
d) Conhecimento dos professores das disciplinas	( )	( )	( )	( )
e) Projetos interdisciplinares	( )	( )	( )	( )
f) Qualidade das aulas teóricas	( )	( )	( )	( )
g) Qualidade das aulas práticas	( )	( )	( )	( )
h) Facilidade de estágio	( )	( )	( )	( )
i) Facilidade de empregos da área na região	( )	( )	( )	( )

O – Dificuldades Encontradas

	CT	**CP**	**DP**	**DT**
a) Falta apoio para alunos com dificuldades	( )	( )	( )	( )
b) Critérios de avaliação não são claros	( )	( )	( )	( )
c) Excesso de matérias	( )	( )	( )	( )
d) Pouco trabalho em grupo	( )	( )	( )	( )
e) Muita indisciplina na sala	( )	( )	( )	( )
f) Atividades de recuperação insuficientes	( )	( )	( )	( )
g) Rotatividade professores	( )	( )	( )	( )

P- Qualidade do ensino

	MB	**BOM**	**REG**	**RUIM**
a).Relação entre teoria e prática	( )	( )	( )	( )
b) Conteúdos curriculares	( )	( )	( )	( )
c) Atividades Extracurriculares	( )	( )	( )	( )
d) Instrumentos Pedagógicos	( )	( )	( )	( )
e)Metodologias Aulas	( )	( )	( )	( )
f) Avaliações adequadas	( )	( )	( )	( )
g).Relacionamento Prof./Aluno	( )	( )	( )	( )
h).Atenção dos Prof. às duvidas	( )	( )	( )	( )
i).Incentivo à pesquisa	( )	( )	( )	( )

PARTE 4 – CONTINUIDADE DOS ESTUDOS

Q. Após a conclusão do curso técnico, você pretende continuar os estudos em nível superior?

a ( ) Sim, na mesma área do curso técnico

b ( ) Sim, em área diferente do curso técnico

c ( ) Não decidi ainda. d ( ) Não pretendo fazer faculdade

R. Qual o tipo de graduação você pretende seguir:

a( ) Tecnológico (menor duração)

b( ) Licenciatura (Carreira docente)

c( ) Bacharelado (maior duração.)

d( ) Não decidi

Apêndice 3 - Questionário – Diretor de Turma

Prezados colegas, este questionário faz parte da pesquisa para a tese de mestrado intitulada O Programa de Educação Profissional so Estado do Ceará – Avaliar para Avançar. O objetivo do presente documento é investigar junto aos ***Diretores de Turma*** *questões relacionadas aos processos didático-pedagógicos, organizacionais e estruturais relativos à instituição. Desde já agradeço sua valiosa colaboração, informando que a identidade do participante será anônima.*
Atenciosamente,
Aila Magalhães

Identificação:

- Sexo: - Idade: - Tempo de Serviço:

- Modalidade: ( ) Efetivo ( ) Contrato Temporário ( ) Centec/CLT

1. Estrutura Escolar:

1.1 - O aspecto causador de maior dificuldade no desenvolvimento das atividades docentes é: (Indique até 3)

( ) A. Falta de materiais básicos no dia a dia (papel, pincel, etc).
( ) B. Estrutura geral do prédio mal conservada ou inadequada.
( ) C.Salas de aula quentes, mal iluminadas ou pequenas
( ) D.Laboratórios técnicos deficientes.
( ) E. Número insuficiente de professores da base comum
( ) F. Ausência de equipamentos (data show, som, tv, etc)
( ) G. Número insuficiente de professores da base técnica
( ) H.Serviços de apoio deficientes (LEI, laboratório de ciências, sala de vídeo)
( ) I. Reprodução de cópias (TD´s, provas, etc)
( ) J. Problemas com rede elétrica ou de água/esgoto
( ) K.Internet lenta ou sem acesso
( ) L.Inexistência de área para esportes, artes, convivência, etc
( ) M.Refeitório inadequado ou inexistente
( ) N.Livros didáticos em quantidade insuficiente
( )O.Insegurança

1.2 . A principal função do Diretor de Turma: (Escolher apenas uma alternativa)

( ) A. Acompanhamento do rendimento escolar dos alunos e da execução do cronograma das ações preestabelecidas.
( ) B. Trabalho integrado com a gestão.
( ) C. Realização de reuniões com os pais.
( ) D. Conscientização da comunidade escolar para uma nova cultura de escola.
( ) E. Elaboração de dados para a construção de um dossiê com o portfólio de cada aluno.

1.3. O papel desta escola na Educação para a Cidadania tem sido:

( ) A. Preparar os alunos para o processo produtivo e para a vida numa sociedade tecno- científica-informacional.
( ) B. Investir na capacitação efetiva para empregos reais e na formação do sujeito político socialmente responsável.
( ) C. Formação ética, o ensino do pensar sobre valores.
( ) D. Criar espaços de participação dos alunos dentro e fora da sala de aula em que exercitem a cidadania crítica.
( ) E. Proporcionar meios de desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas, ou seja, ajudar os alunos nas competências do pensar autônomo, crítico e criativo

Assinale S (Sim) ou N (Não)

1.4. Sobre Planejamento, Currículo, TESE e PPP:

( ) A. É tema de reuniões específicas para discussão do assunto.
( ) B. Professores das diversas áreas trabalham de forma articulada entre as áreas no planejamento das atividades.
( ) C. A integração curricular é percebida na prática docente.
( ) D. A TESE é utilizada como Instrumento de planejamento, gerenciamento e avaliação das atividades dos diversos integrantes da comunidade escolar, inclusive dos estudantes.
( ) E. O projeto político pedagógico está articulado com o plano de ação da Escola e estes foram discutidos e elaborados por toda a comunidade escolar.

2. Prioridades no ambiente escolar:

2.1. O que se caracteriza como prioridade 1 na Escola?

(apenas uma alternativa)

( ) A. A Formação dos Gestores.
( ) B. O planejamento conjunto.
( ) C. A realização de eventos visando um clima positivo de trabalho na escola.
( ) D. Os resultados das avaliações externas.
( ) E. O acompanhamento dos Programas de Ação e Plano de Ação.
( ) F. Proteção do tempo pedagógico, monitorando a assiduidade e pontualidade dos alunos.

2.2. A Escola...

( ) A. Acompanha as taxas de aprovação e desempenho dos alunos para avaliar o processo educacional da proposta pedagógica e gestão escolar.
( ) B. Cumpre as normas e procedimentos visando à melhoria do ambiente de trabalho e otimizando recursos para elevar e manter o padrão de qualidade da instituição.
( ) C. Satisfaz as necessidades do usuário dos serviços oferecidos pela escola com base nas opiniões dos alunos, pais e professores.
( ) D. Descentraliza e monitora processos pedagógicos
( ) E. Estimula a realização de atividades extras visando melhoria dos resultados de avaliação e classificação das escolas.

Muito obrigada!

Apêndice 4 - Questionário – Coordenador de Curso

Prezados colegas, este questionário faz parte da pesquisa para a tese de mestrado intitulada O Programa de Educação Profissional do Estado do Ceará – Avaliar para Avançar. O objetivo do presente documento é investigar junto aos Coordenadores de Cursos, questões relacionadas aos processos didático-pedagógicos, organizacionais e estruturais relativos às escolas. Desde já agradeço sua valiosa colaboração, informando que a identidade do participante será anônima.
Atenciosamente,
Aila Magalhães

Nota: Para cada pergunta você deve responder :(S) Sempre (Q) Quase sempre (AV) Às vezes (R) Raramente (N) Nunca

Algumas questões possuem apenas duas alternativas (“sim” ou “não”), as quais estão identificadas.

Dimensão 1: Missão Institucional

1.Você conhece o Plano de Ação da escola? ( ) Sim ( ) Não
As questões 2 e 3 devem ser respondidas por aqueles que responderem “sim” na questão 1.
2.Existe uma formulação clara dos objetivos e finalidades da Instituição?
3.Existe coerência entre as ações praticadas pela Instituição e o proposto em sua missão.
4.As ações praticadas pela Instituição favorecem a articulação entre PPP, PA e Programas de Ação?

Dimensão 2: Ensino.

2.1 – Quanto aos Professores da Base Técnica:

(S) Sempre (Q) Quase sempre (AV) Às vezes (R) Raramente (N) Nunca

1.Está(ão) empenhado(s) no desenvolvimento e na qualidade do curso.
2.Encaminha soluções para os problemas surgidos no curso.
3.Relaciona-se bem com os alunos.
4.Relaciona-se bem com os professores.
5.Relaciona-se bem com o Núcleo Gestor

2.2 – O Curso que você coordena:

(S) Sempre (Q) Quase sempre (AV) Às vezes (R) Raramente (N) Nunca

1.O curso está correspondendo às expectativas dos alunos.
2.O curso oferece atividades de aplicação prática dos conteúdos estudados.
3.Você conhece o Projeto Pedagógico do curso. ( ) Sim ( ) Não
4.O Projeto Pedagógico do Curso está sendo devidamente desenvolvido.
5.Há programa de recuperação/ reforço para alunos com dificuldades

2.3 - Desempenho Docente e Disciplinas do Curso

(S) Sempre (Q) Quase sempre (AV) Às vezes (R) Raramente (N) Nunca

1.O professor apresenta o plano de ensino da disciplina no início do semestre.
2.O professor domina o conteúdo e está atualizado.
3.O professor tem bom relacionamento com os alunos e é aberto ao diálogo.
4.O professor é pontual em suas funções.
5.O professor é assíduo às suas funções.
6.A didática do professor contribui para a aprendizagem.
7.O professor incentiva a autonomia intelectual do aluno.
8.O professor é disponível para o esclarecimento de dúvidas.
9 O plano da disciplina apresentado contém os itens essenciais (objetivos, conteúdos, sistema de avaliação, atividades a serem realizadas).
10.Conteúdos e carga horária Da disciplina são cumpridos adequadamente.
11.A sequência e organização dos conteúdos da disciplina são adequadas.
12.O aprofundamento dos conteúdos na disciplina é adequado.
13.Os conteúdos da disciplina estão relacionados com os conteúdos das demais disciplinas que compõem o todo da profissão.
14.Os recursos didáticos utilizados na disciplina são de boa qualidade.
15Você está satisfeito com os resultados da aprendizagem da disciplina.
16.Há diversidade de instrumentos de avaliação (provas, trabalhos, etc).
17.O professor analisa os resultados de avaliações com os alunos.
18.No desenvolvimento da disciplina fica garantida a relação teoria-prática, respeitadas as especificidades da disciplina.
19.As visitas técnicas / de campo têm relação com os conteúdos.
20.A turma é assídua às aulas, comprometida e responsável.
21.Há interesse e envolvimento da turma com a aprendizagem na disciplina.
22.As condições do laboratório quanto a espaço de circulação e segurança
23.Há disponibilidade de equipamentos e materiais de consumo
25.O material didático indicado para a disciplina é de boa qualidade.
25.A bibliografia para estudo do conteúdo é disponível na biblioteca.

Dimensão 3: Responsabilidade Social

1.Existem ações que favoreçam a inclusão e permanência de estudantes em situação econômica desfavorecida.( ) Sim ( ) Não
2.A política institucional favorece a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais.( ) Sim ( ) Não
3.Existem ações que promovam iniciativas de incubadoras de empresas, empresas juniores, captação de recursos.( ) Sim ( ) Não

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade

1.A comunidade externa tem conhecimento das atividades desenvolvidas pela Instituição. ( ) Sim ( ) Não
2.As informações internas fluem de maneira satisfatória.( ) Sim ( ) Não
3.O sistema de informações é de boa qualidade e eficiente.( ) Sim( ) Não

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

(S) Sempre (Q) Quase sempre (AV) Às vezes (R) Raramente (N) Nunca

1.As condições de trabalho oferecidas pela são adequadas.
2.O número de professores é suficiente para atender satisfatoriamente a Instituição.
3.Os servidores recebem apoio para a sua qualificação.
4.A instituição possibilita o crescimento profissional dos servidores.
5.Os critérios para a Progressão Funcional são claros e efetivos.
6. O nível salarial está de acordo com o mercado

Dimensão 6: Organização e gestão institucional / Núcleo Gestor

1.A disponibilidade do Diretor e coordenadores é a desejada.
2.Há firmeza e bom senso na condução da direção.
3.Demonstram interesse pelas reivindicações e agem no sentido de atendê-las.
4.Resolve com rapidez as demandas da comunidade escolar
5.Os organismos colegiados são consultados de forma rotineira

Dimensão 7: Infraestrutura

1.O ambiente oferece condições adequadas de acesso e segurança.
2.Salas de aulas são apropriadas quanto à acústica, luminosidade e ventilação.

3.A manutenção e conservação das instalações físicas são satisfatórias.
4.Os equipamentos dos laboratórios de informática são adequados e em número suficiente.
5.Os recursos instrucionais (TV, DVD, multimídia) são em número suficiente.
6.Os laboratórios são adequados em termos de espaço e equipamento.
7.O material necessário para as atividades de laboratório é suficiente.
8.O refeitório oferece instalações e serviços satisfatórios.
9.A alimentação oferecida tem qualidade e diversidade satisfatórios.
11.Os serviços de limpeza são adequados.
12.O serviço de biblioteca atende aos anseios da comunidade escolar.
13.A biblioteca dispõe dos livros básicos e periódicos recomendados nas disciplinas.
14.A biblioteca dispõe de títulos em número suficiente aos usuários.

Dimensão 8: Atendimento ao estudante

1**.**O programa de estágio funciona adequadamente.
2.Os alunos são acompanhados por OE adequadamente
3.Os alunos têm apoio de um núcleo pedagógico (excluído o coordenador do curso).

Muito Obrigada!

ANEXO I - PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – PAE – DETALHAMENTO

CATEGORIA 1 – PERCURSOS DISCENTES (Acesso – Matrícula – Desempenho - Permanência)			
Objetivos	**O que fazer:**	**Como fazer:**	**Quem faz:**
1.1 Democratizar o acesso às vagas e possibilitar ao aluno melhores condições antes de escolha do curso técnico a seguir	1.1.1 Viabilizar o acesso às vagas através de sorteio, com a proporcionalidade: 80% para alunos oriundos da rede pública e 20% para alunos oriundos da rede particular, e Inscrição sem definição de curso.	Disponibilizar ambiente eletrônico para a inscrição de candidatos interessados através dos sites da Secretaria de Educação e das Coordenadorias Regionais; Divulgar regras, cronograma de inscrições, sorteio e matrículas através de portaria; Realizar sorteio eletrônico de todos os alunos inscritos, em data e hora previamente estabelecidos;	Seduc/Credes Definir Período inicial e final; Ação sem aporte de recursos
1.2 Prevenir o abandono, a geração de vagas ociosas e identificar afinidades do aluno com os cursos ofertados	1.2.1 Firmar com alunos/, termo de conhecimento e concordância em rela-ção á definição do curso a seguir após processo de orientação vocacional, podendo contudo o aluno(a) indicar dois cursos, informando a ordem de sua preferência.; 1.2.2 Contratar empresa ou profissional credenciado para orientação vocacional, 1.2.3.Realizar seminário informativo de 4 horas com orientadores e professores dos cursos técnicos ofertados pela escola destinado a alunos/pais	Efetivar a matrícula dos candidatos sorteados;/ Realizar chamada de classificáveis, na ordem do sorteio, em caso de desistência formal ou não formalização da matrícula em data prevista. Realizar seminário informativo de 4 horas com orientadores e professores dos cursos técnicos destinado a alunos, pais ou responsável; Definir cronograma de aplicação de testes e resultados; Agendar reunião com pais e alunos para confirmação da matrícula / definição do curso.	Escola Ações sem aporte financeiro Recursos: Seduc/ Fundeb / Lei 9394/96, Art. 70, Inciso IV R$ 9,33 / aluno
1.3 Divulgação dos cursos ofertados pela escola junto a alunos em potencial.	1.3.1 Mapear escolas com oferta do 9° ano do EF no bairro ou região para divulgação dos cursos ofertados; 1.3.2 Visitar escolas e efetuar convite para visita durante mostra de profissões.	Promover mostra de profissões relacionadas aos cursos da escola e agendar visita de turmas de 9° ano Agendar visitas de alunos do 9° ano	Escola: Professores Técnicos e Alunos do 3° ano Ação s/ aporte financeiro
1.4 Oferecer suporte pessoal e pedagógico aos alunos em situação de risco de abandono	1.4.1 Ampliar para 8 horas mensais a carga horária dos professores diretores de turma destinadas ao exercício das atividades inerentes à função, visando acompanhamento pessoal e familiar de alunos em risco de abandono.	Mapear alunos em situação de risco de abandono; Criar banco de dados e manter atualizados telefones de pais e responsáveis Implantar sistema de mensagem via celular (SMS) para comunicação de ausência do aluno à família, gestor, coordenador de curso e coordenador pedagógico; Adquirir telefone celular com duplo chip para envio de mensagens de texto ou de voz e plano básico de ligações e mensagens; Estabelecer com líderes e vice-líderes da sala, rotina de recebimento de informações diárias de ausências até o horário do intervalo de almoço Criar formulário de atendimento domiciliar	Escola: Diretor de Turma / Alunos Prof. LEI Escola: R$ 350,00 (aparelho / 10 parcelas R$ 15,00 Dir.Turma / Líderes e vice-líderes de sala Dir. Turma

		para ciência dos responsáveis por ocasião de visita domiciliar.	
1.5 Reduzir os índices de abandono motivado por dificuldades financeiras relacionadas a despesas com transporte escolar.	1.5.1Assegurar o transporte urbano para alunos residentes a mais de 3 km da escola através do crédito mensal nas identidades estudantis; ou Adquiri bicicletas escolares a partir do Programa Caminho da Escola, vinculado ao FNDE. Fundamentação Legal: LDB, Art 10, Inciso VII;	Aderir ao sistema de Registro de Preços do FNDE Estabelecer de critérios para acesso ao benefício; Levantar e cadastrar beneficiários; Firmar termo de compromisso de frequência com responsáveis do aluno;	Seduc Escola R$ 440,00 /aluno (200 dias letivos)/ Bicicleta: R$ 260,00 (Seduc / Fundeb) Escola
1.6 Conhecer o nível de desempenho dos alunos novatos em todas as disciplinas, e estabelecimento dos padrões de desempenho: Muito Crítico, Crítico, Intermediário e Adequado	1.61. Realizar avaliação diagnóstica 1.6.2 Elaborar portfólio do aluno visando oferecer suporte nas disciplinas críticas através da sugestão de leituras, resolução de atividades propostas e apresentações de trabalho acerca de tema estudado;	Apadrinhamento de aluno por colega de série mais avançada com bom desempenho na área, de dificuldade, sob supervisão de professor da área; Elaboração de cronograma mensal de estudos e atividades	Escola: Professores / Alunos Coordenadores / Dir. Turma
1.7 Incentivar a pesquisa e entre grupos de alunos	1.7.1 Estabelecer o pagamento de bolsa-auxílio a alunos pesquisadores 1.7.2 Promover eventos científicos semestrais para divulgação de trabalhos desenvolvidos; 1.7.3 Inscrever projetos em editais locais e nacionais de amparo e apoio à pesquisa	Promover seleção semestral de bolsistas de iniciação científica – pelo menos 02 alunos por turma Buscar parcerias junto a instituições e empresas relacionadas às áreas da pesquisa/projeto visando apoio e/ou patrocínio Validar trabalho apresentado em substituição a uma das avaliações na área do estudo	Escola / Parceiros Recursos: R$ 400,00 por aluno/semestre R$ 150.00 por projeto / semestre Coordenadores/ Professores
1.8 Promover o interesse do aluno em seu desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional 1.9 Contribuir para maior interação e troca de ideias entre alunos de diferentes turmas;	1.8.1 Promover oficinas, de livre escolha do aluno, tais como: Elaboração de Projetos / Iniciação à metodologia da pesquisa / Iniciação à docência, voltada para alunos com interesse na atividade docente / Planejamento Pessoal, Acadêmico e Profissional, etc 1.9.1 Criar banco de ideias de projetos a partir de sugestões de alunos e professores	Organizar horários de estudos por série, no mesmo horário, viabilizando a escolha pelo aluno, dos projetos dos quais deseja participar Criar um índice de rendimento acadêmico vinculado à participação em atividades extracurriculares, que constará do histórico do aluno; Criar índice de Suporte Docente, que valerá pontos e poderá ser critério de participação em eventos, mostras, feiras, etc.	Escola:Professores / Alunos Escola/Gestores / Professores Ação sem aporte financeiro. Gestores / Coordenadores
1.10 Incentivar a aprendizagem contínua do aluno e otimizar a utilização do tempo	1.10.1 Substituir a semana de provas bimestrais por avaliações quinzenais, sem data marcada, no próprio horário das aulas, possibilitando a abordagem de	Aplicar estilos variados de avaliação; Sincronizar o avanço de conteúdos ao nível de aprendizagem da turma; Criar horário semanal para trabalho em grupo e tira-dúvidas; Aplicar provas breves com questões que	Escola Professores / Alunos

pedagógico; 1.11 Contribuir para redução do absenteísmo e ao mesmo tempo equilibrar atividades acadêmicas e descanso/ lazer	menor volume de conteúdos em cada prova; 1.11.1 Reorganizar os períodos de férias escolares de modo a reduzir os impactos com feriados longos, passando a serem ofertadas em três períodos: Julho (20 dias) – Outubro (10 dias - entre os dias 12 e 21) – Dezembro (10 dias – entre os dias 24/12 a 02/01) + 15 dias de recesso no mês de fevereiro.	envolvam situações reais, valorizando as soluções mais criativas Praticar a correção coletiva Negociar com a comunidade escolar; Reformular calendário letivo	Seduc / Escola Comunidade Escolar

CATEGORIA 2 – INFRAESTRUTURA			
Objetivos	**O que fazer:**	**Como fazer:**	**Quem faz:**
2.1 Melhorar a qualidade do material didático utilizado nas disciplinas técnicas	2.1.1 Criar grupo interescolar de atuação presencial e em ambiente virtual, para avaliação e revisão dos materiais didáticos produzidos por consultores, ou na ausência destes, a produção ou organização de materiais alternativos, autorais ou de livre utilização.	Criar grupo de discussão no ambiente *moodle* para troca de informações e organização das atividades; Envolver professores da base técnica e base comum; Elaborar cronograma de encontros mensais; Socializar materiais produzidos com escolas não participantes visando sua adesão.	Escola Professores
2.2 Execução de melhorias em áreas de convivência	2.2.1 Construir ou adaptar espaço destinado a descanso de alunos	Solicitar apoio às escolas/alunos com cursos de Edificações, Paisagismo, Desenho da Construção Civil e Design de Interiores para detalhamento do projeto; Elaborar orçamento e submeter projeto à Secretaria de Educação	Escolas Seduc
2.3 Instalação de laboratórios técnicos	2.3.1 Elaborar programas de ação para todos os laboratórios previstos para os cursos ofertados na escola; 2.3.2 Criar formulário de não conformidade para registro de toda atividade prática não efetuada pela falta de laboratório ou equipamento previsto para o curso 2.3.3 Acompanhar os processos de aquisição (pregão, licitação, processos impeditivos, etc) para esclarecimento à comunidade escolar.	Planejamento em conjunto com professores da base comum a execução do plano de curso e disciplinas e as práticas integradoras previstas na unidade temática Registrar em formulário próprio, as ocorrências de não conformidade decorrentes da ausência de laboratório, equipamentos, materiais de consumo ou infraestrutura básica (água, luz, internet, etc) Arquivar uma via na escola e encaminhar cópia ao setor responsável na Secretaria de Educação; Criar painel demonstrativo do andamento dos processos relativos à aquisição de laboratórios ou equipamentos para a escola para conhecimento da comunidade escolar	Professores Professores/ laboratorista Gestor
2.4 Aquisição de materiais de consumo para práticas laboratoriais	2.4.1 Elaborar lista de materiais e produtos, com quantidades e valores estimados necessários às práticas de cada disciplina . 2.4.2 Elaborar memorial descritivo das práticas alternativas realizadas	Anexar lista ao programa da disciplina e encaminhar cópia ao setor responsável pela liberação de recursos da Secretaria de Educação. Anexar memorial ao programa da disciplina.	Gestor Professores

2.5 Reduzir as dificuldades de contratação de professores da base técnica 2.6 Estimular a permanência de professores técnicos, reduzindo a rotatividade	em decorrência da falta de materiais de consumo, detalhando técnicas e materiais utilizados. 2.5.1 Manter banco permanente de recursos humanos 2.6.1 Bonificar titulação de Professores Técnicos (Especialização / Mestrado /Doutorado) 2.6.2 Investir na formação de professores com formação técnica	2.5.1.1 Realizar processos seletivos regularmente (a cada seis meses). 2.5.1.2 Firmar parcerias com Entidades de Classe (Conselhos, Sindicatos, Associações), visando dar ampla divulgação da oferta de vagas; 2.5.1.3 Realizar estudo de disponibilidade de mão de obra na área de oferta do curso 2.6.1.1 Criar plano de carreira para a área técnica 2.6.2.1 Ofertar, através de parceiros, curso na área de docência e áreas de carência, com contrapartida de permanência na atividade docência por igual período	Seduc / Centec/ Escolas Seduc / Parceiros
CATEGORIA 3 – PROCESSOS DIDÁTICOS			
Objetivos	**O que fazer:**	**Como fazer:**	**Quem faz:**
3.1Estimular a formação de cultura de monitoramento e Avaliação na Instituição	3.1.1 Implantar sistema de avaliação da instituição para o reconhecimento de pontos fortes e fracos na instituição, de forma a orientar a gestão em suas dimensões política, acadêmica e administrativa, a promover os ajustes necessários à melhoria de seu padrão de desempenho.	Eleger comissão de implantação do sistema de avaliação com representação dos segmentos escolares Estabelecimento das etapas da implantação do programa, divulgação e sensibilização da comunidade escolar Dimensionamento do nível de satisfação dos integrantes do corpo de gestores, corpo docente, servidores efetivos e terceirizados, e corpo discente; Realizar pesquisa junto aos segmentos; Divulgação e análise dos resultados Realizar seminário para discussão e definição das prioridades	Conselho Escolar Comissão Comissão e segmentos Comissão Comissão e Segmentos
3.2 Alinhamento Político-Pedagógico	3.2.1 Alinhar o PPP às prioridades estabelecidas pela comunidade escolar; 3.2.2 Confirmar ou reformular Missão, Valores e Visão da Escola 3.2.3 Confirmar ou revisar Objetivos, Prioridades e Metas da escola 3.2.4 Revisar plano de ação e programas de ação à luz da TESE	Realizar encontros setoriais para discussão e alinhamento do PPP às propostas aprovadas pelos respectivos segmentos Preparar apresentação sobre a Tese e elaboração de programas de ação a professores e servidores novatos Revisar Programas de Ação Realizar encontros para atualização do Plano de Ação e PPP	Todos Gestor / Coordenador Todos Todos
3.3 Incrementar a política de Formação e Incentivo à Pesquisa.	3.3.1 Estabelecer necessidade de formação docente 3.3.2 Incentivar o envolvimento de docentes em projetos interdisciplinares 3.3.3 Elaborar plano de investimento em Pesquisa. 3.3.4 Criação de incubadora tecnológica em área de curso ofertado	Realizar encontros de estudos temáticos: Currículo Integrado, Avaliação. Abordagem por competências Viabilizar planejamento conjunto Buscar apoio junto aos órgãos de fomento à pesquisa. IES e Seduc Identificar alunos egressos com perfil e interesse em pesquisa Identificar pequenos produtores locais interessados em parceria com a escola	Coord. Pedagógico/ Professores Escola / Professores Escola/Seduc Escola / Comunidade Recursos: Externos
CATEGORIA 4 – NÍVEIS DE RESULTADOS			
Objetivos	**O que fazer:**	**Como fazer:**	**Quem faz:**

4.1 Desenvolver o Empreendedorismo e a respon-sabilidade social na comunidade escolar	4.1.1 Participar de editais de financiamento de projetos de diversas natureza como Petrobras, BB, Caixa Cultural e outros 4.1.2 Incentivar a criação de empresas-junior no âmbito dos cursos ofertados e de áreas de interesse social como meio ambiente, emprego, educação	Estimular e orientar a criação de associação sem fins lucrativos Buscar suporte didático e operacional junto a instituições como federações, universidades e ONG´s	Gestor / Professores Professores / Alunos
4.2 Incremento dos níveis de empregabilidade	4.2.1 Criar e manter atualizado banco de dados com informações de alunos egressos 4.2.2 Criar site para divulgação de talentos e captação de vagas de emprego 4.2.2 Viabilizar práticas de alunos antes do período de estágio	Buscar softwares livres como o " Caça Talentos", do Banco de Softwares livres do Brasil Divulgar site nos meios de comunicação local , redes sociais, sindicatos, empresas, etc Buscar parcerias locais e firmar convênio	Coordenado-res Escola/Egres sos Professores / Gestores
4.3 Tornar-se uma escola sustentável e acolhedora	4.3.1 Negociar metas de inserção na universidade – por turma e por escola 4.3.2 Manter a meta de 100% de alunos do 2° e 3° anos inscritos e participando do ENEM 4.3.3 Estabelecer meta para desempenho de alunos no EXAT 4.3.4 Estabelecer metas de inserção no mercado de trabalho por curso e escola 4.3.6 Criar serviço de ouvidoria no âmbito da escola e dar encaminhamento às demandas da comunidade 4.3.5 Utilizar espaço e estrutura da escola como meio de desenvolver a comunidade através da oferta de oficinas e cursos mediante convênios com instituições (universidades, Secretarias municipais ou estaduais, programas do governo federal, como o Pronatec) 4.3.7 Participar das atividades culturais da comunidade e acolher suas solicitações sempre que não houver impedimento legal	Oferecer suporte acadêmico aos alunos com interesse em prosseguir estudos através de aulas específicas e aulas especiais Documentação até 60 dias após matrícula Realizar simulados uma vez por ano. Estabelecer vínculos com empresas da região ou relacionadas aos cursos Manter site para atendimento de reclamações, sugestões, dúvidas ou elogios, encaminhar aos setores responsáveis e oferecer resposta ao demandante Incentivar comunidade escolar a participar de cursos através de seminários de divulgação Estabelecer calendários de comemorações típicas (festas juninas, aniversário do município, dia do ex-aluno, etc).	Professores / Alunos Escola/Servi-dores Escola / Gestores / Professores / Alunos Seduc/ Escola / Professores/ Alunos Servidores Seduc / Escola Comunidade Escolar

ANEXO 2 – Portaria de Matrícula Escolas Profissionais do Ceará

ANEXO II - A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº1053/2011 – GAB - ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE MATRÍCULA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – EEEP

1. DA DISPONIBILIZAÇÃO DE VAGAS PARA AS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EEEP

1.1 Serão disponibilizadas, para 2012, vagas para compor o 1º ano do Ensino Médio em todas as Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP.

1.2 Das vagas destinadas à composição das turmas de 1º ano do Ensino Médio, 80% serão destinadas a estudantes oriundos da rede pública de ensino e 20% serão destinadas a estudantes oriundos da rede particular de ensino conforme a Portaria Nº105/2009-GAB de 27/02/2009.

1.3 As vagas serão distribuídas nos cursos oferecidos nas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, de acordo com a oferta dos cursos técnicos de cada unidade escolar.

1.4 As turmas serão compostas por no mínimo 40 e no máximo 45 alunos, respeitando a capacidade física da EEEP. Nas escolas padrão MEC, as turmas serão compostas por 45 alunos.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1 Das condições para inscrição

a) Ter comprovadamente concluído o 9º ano do Ensino Fundamental ou que o concluirá até a confirmação da matrícula;

b) Ter total disponibilidade de 2ª a 6ª feira para a jornada escolar integral das 7:00h às 17:00h;

c) Ter idade mínima de 14 anos completos no ato da matrícula, com exceção para os cursos Técnico em Enfermagem e Técnico em Saúde Bucal que deverão ter idade mínima de 14 anos e seis meses, visando atender o que estabelece a resolução CNE/CEB Nº1 de 21 de Janeiro de 2004 em seu §5º: “Somente poderão realizar estágio supervisionado os alunos que tiverem, no mínimo, 16 anos completos na data de início do estágio”;

d) Estar ciente e de acordo com as normas de funcionamento e oferta do Curso Profissional de sua opção.

2.2 Do local e período de inscrição a) As inscrições serão realizadas na Secretaria de cada Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP;

b) O período e horário das inscrições serão estabelecidos conforme calendário divulgado pelas EEEP e respectivas CREDE e SEFOR, divulgados pela instituição.

2.3 Da documentação necessária para inscrição a) Cópia de comprovante de residência (conta de luz, água, telefone ou correspondência bancária);

b) Cópia do Histórico Escolar ou declaração da conclusão do 9º ano do Ensino Fundamental, carimbados e assinados pelo(a) Diretor(a) e Secretário(a) da escola. Nestes documentos deverá constar a média anual de todas as disciplinas cursadas pelo estudante no 9º ano;

c) No caso dos alunos que ainda estiverem cursando o 9º ano no período das inscrições, estes deverão apresentar declaração emitida pela escola de origem, carimbada e assinada pelo(a) Diretor(a) e Secretário(a) Escolar, contendo a média das notas de todas as disciplinas cursadas, pelo menos de três bimestres concluídos.

2.4 Da ocorrência de duplicidade de inscrição
a) No caso da ocorrência de duplicidade de inscrição em processo seletivo de estudantes para Escolas Estaduais de Educação Profissional, será considerada como válida apenas a primeira inscrição efetivada.
3. DO PROCESSO SELETIVO
3.1 O processo seletivo constará da análise da documentação apresentada pelo estudante, na qual não deverá existir qualquer emenda ou rasura.
3.2 A análise da documentação será realizada por Comissão constituída pelas Escolas Estaduais de Educação Profissional e pela CREDE ou SEFOR.
4. DA CLASSIFICAÇÃO
4.1 Para o processo classificatório será considerada a maior média aritmética das notas relativas as disciplinas cursadas no 9º ano e que constam da documentação apresentada que trata o item 2.3.
4.2 A classificação será em ordem decrescente obedecendo ao número de vagas existentes nas respectivas escolas e de acordo com o curso pretendido.
5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
5.1 Será classificado para ocupar a vaga disponibilizada, o estudante que, por ordem de prioridade:
a) Obtiver maior média na disciplina Língua Portuguesa;
b) Obtiver maior média na disciplina Matemática;
c) Comprovar maior proximidade entre a sua residência e a EEEP.
5.2 Mantida a situação de empate, será priorizado o estudante que comprovadamente tiver a maior idade.
6. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS
6.1 Os resultados dos estudantes selecionados serão divulgados nas instalações da respectiva Escola Profissional e CREDE/SEFOR.
7. DA MATRÍCULA
7.1 A matrícula será realizada na Secretaria de cada EEEP viabilizada pelo sistema SIGE Escola (via web), no período e horário estabelecidos conforme calendário divulgado pelas Escolas, CREDE/SEFOR e somente será efetivada mediante a entrega de toda a documentação exigida.
7.2 Da documentação necessária para a matrícula
a) Requerimento de matrícula preenchido;
b) Documento de transferência ou declaração de escolaridade da escola de origem;
c) Histórico Escolar;
d) 3 fotografias recentes e iguais;
e) Cópia da certidão de nascimento;
f) Ficha de saúde devidamente preenchida;
g) Perfil socioeconômico familiar devidamente preenchido.
8. DAS VAGAS REMANESCENTES
8.1 No caso da existência de vagas remanescentes em virtude de desistência ou do não comparecimento ao ato da efetivação da matrícula no período estabelecido no item 7.1, as mesmas serão disponibilizadas aos estudantes que estiverem posicionados imediatamente após àquele que obteve a última classificação.
9. DOS CASOS OMISSOS E DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS
9.1 Os casos omissos serão submetidos à apreciação e decisão da comissão citada no item 3.2.
9.2 O prazo para interposição de recursos é de 10 dias a contar da data de publicação dos resultados, devendo o interessado apresentar requerimento específico à Secretaria da EEEP neste prazo.

ANEXO 3 – Matriz Curricular de Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - EEEP
CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
TURMAS DE 2009 E 2010

	1º ANO				2º ANO				3º ANO				
COMPONENTES CURRICULARES	1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		1º SEM		2º SEM		TOTAL
BASE COMUM	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	S	T	
LINGUAGENS E CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS													
Língua Portuguesa	6	120	5	100	4	80	4	80	4	80	4	80	540
Artes	1	20	1	20									40
Língua Estrangeira: inglês	3	60	2	40	1	20	1	20	1	20	1	20	180
Língua Estrangeira: espanhol	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Educação Física	2	40	2	40	1	20	1	20	1	20	1	20	160
CIÊNCIAS HUMANA E SUAS TECNOLOGIAS													
História	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Geografia	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	240
Filosofia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
Sociologia	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	1	20	120
CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS													
Matemática	6	120	4	80	4	80	4	80	4	80	4	80	520
Biologia	3	60	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	260
Física	3	60	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	260
Química	3	60	2	40	2	40	2	40	2	40	2	40	260
SUBTOTAL	34	680	27	540	23	460	23	460	23	460	23	460	3.060
PARTE DIVERSIFICADA													
Horário de Estudo	4	80	4	80									160
Tese	1	20	1	20	1	20	1	20					80
Laboratório Ciências	3	60	3	60	1	20							140
Temáticas, práticas e vivências	2	40	2	40									80
Formação para a cidadania	1	20	1	20	1	20	1	20					80
SUBTOTAL	11	220	11	220	3	60	2	40					540
FORMAÇÃO PROFISSIONAL													
Informática Básica			2	40									40
Psicologia do Trabalho I			2	40									40
Segurança do Tabalho I			3	60									60
Psicologia do Trabalho II					2	40							40
Segurança do Tabalho II					3	60							60
Epidemiologia a Toxicologia					2	40							40
Ergonomia					2	40							40
Introdução à Administração					2	40							40
Legislação e Normas Técnicas I					2	40							40
Estatística aplicada					2	40							40
Laudos Periciais					4	80							80
Segurança do Tabalho III							3	60					60
Inspeção de Riscos I							3	60					60
Desenho Técnico							4	80					80
Legislação e Normas Técnicas II							2	40					40
Tecnologia dos Processos Industriais							4	80					80
Saneamento Ambiental							4	80					80

Medicina do Trabalho									2	40			40
Prevenção e Controle de Sinistros I									2	40			40
Inspeção de Riscos II									3	60			60
Estágio Supervisionado I									10	200			200
Técnicas de Treinamento									5	100			100
Prevenção e Controle de Sinistros II											2	40	40
Estágio Supervisionado II											20	400	400
SUBTOTAL			7	140	19	380	20	400	22	440	22	440	1.800
TOTAL	45	900	45	900	45	900	45	900	45	900	45	900	5.400

ANEXO 4

Coordenação da Educação Profissional
Célula de Estágios– CEEST

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DAS CONCEDENTES DE ESTÁGIO CURRICULAR 2011

INSTITUIÇÃO CONCEDENTE:
MUNICÍPIO:
RESPONSAVEL PELA AVALIAÇÃO:
FUNÇÃO:
ESCOLA: MUNICÍPIO:
TOTAL DE ESTAGIÁRIOS:
I – Identificar as respostas com um ”X”:

CRITÉRIOS AVALIATIVOS

1- RUIM 2- REGULAR 3- BOM 4- ÓTIMO

Cumprimento das tarefas propostas ( )
Facilidade de comunicação oral e escrita ( )
Postura ética e capacidade de trabalho em equipe ( )
Interesse no desenvolvimento pessoal ( )
Capacidade de planejamento e organização do próprio trabalho ( )
Utilização adequada do material e equipamentos de trabalho ( )

•*observações, considerações e justificativas podem ser registradas no verso.*

QUESTÕES COMPLEMENTARES

O curso oferecido pela Escola, no que se refere a capacidade de favorecer a inserção do aluno no mercado de trabalho?
A empresa pretende receber mais estagiários de escolas profissionais em 2012?
O orientador de estágio da escola trabalhou em articulação com o supervisor responsável, esclarecendo os objetivos e as peculiaridades do estágio curricular obrigatório?
Que competências técnicas são mais valorizadas na atividade desta empresa?

Figuras

Figura 3 – Escola Adaptada

Figura 4 – Escola Padrão Liceu

Figura 5 – Escola Padrão MEC